



PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

2003 / 2006

A **Rede Social**, definida na Resolução de Conselho de Ministros nº 197/97 de 18 de Novembro como um **fórum de articulação e congregação de esforços, baseado na adesão livre de autarquias e de entidades públicas e privadas sem fins lucrativos que nela queiram participar**, é uma medida de política social activa que visa o planeamento estratégico da intervenção social local.

O presente documento foi elaborado no âmbito do Programa de Apoio à Implementação da Rede Social e consubstancia uma das acções previstas em candidatura apresentada ao Instituto de Solidariedade e Segurança Social, co-financiada pelo Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social do III Quadro Comunitário de Apoio.



Viana do Castelo
Julho de 2004

Apoio Técnico

Grupo Executivo do Conselho Local de Acção Social de Viana do Castelo:

Câmara Municipal – Cláudia Magalhães

APPACDM – Fernanda Albuquerque

Segurança Social – Idalina Melo

Técnica Responsável pela Elaboração do Plano

Isabel Barciela

Assessoria Técnica

António Batista

Arranjo Gráfico

Pedro Tristão

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	6
I. Estrutura do Plano.....	7
II. Modelo de Funcionamento da Rede	9
III. Constituição dos Grupos de Trabalho	11
IV. Princípios Orientadores na Elaboração do Plano	12
V. Dimensões de Mudança	13
INTERVENÇÃO ESTRUTURANTE	14
I. Projectos Estruturantes Transversais	16
1. Enquadramento	16
2. Eixos de Intervenção	17
3. Objectivos Gerais de Intervenção	18
4. Organização dos Projectos Segundo Eixos de Intervenção	21
5. Projectos Estruturantes do Grupo “Educação, Formação e Emprego”	23
6. Projectos Estruturantes do Grupo “Crianças e Jovens em Risco”	39
7. Projectos Estruturantes do Grupo “Idosos”	51
8. Projectos Estruturantes do Grupo “Toxicodependências”	61
II. Projectos Estruturantes Específicos	67
INTERVENÇÃO INFRA-ESTRUTURANTE	68
I. Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI) 2003-2005	70
1. O PNAI e o Programa Rede Social: O Caminho para a Participação	70
2. Orientações Estratégicas	71
3. Articulação PNAI/PDS	74

II. Plano de Desenvolvimento Estratégico do Vale do Lima	77
1. Recursos e Dinâmicas de Base Produtiva Instalada	77
2. Qualificação dos Recursos Humanos e de Emprego	79
3. Equipamentos Sócio-Culturais, Património, Dinâmicas e Práticas Culturais	79
4. Contextos Sociais e Processos de Mudança	80
5. Estratégia de Desenvolvimento	81
III. Carta Educativa	82
1. Enquadramento Legal	82
2. O Conselho Municipal de Educação e a Rede Social: Pontos de Convergência	82
IV. Plano Director Municipal	84
V. Cobertura Prevista em Equipamentos Sociais	85
VISÃO ESTRATÉGICA DA INTERVENÇÃO	91
I. Eixos Estratégicos de Intervenção	93
II. Critérios para Emissão de Pareceres Técnicos	95
III. Planeamento Prospectivo	98
SISTEMA DE INTEGRAÇÃO	104
I. <i>Workshops</i> de Planeamento para Preparação de Candidaturas	106
II. Encontros Anuais de Projectos	108
SISTEMA DE ARTICULAÇÃO	110
PLANO DE ACCÇÃO	138
I. Grupo de Trabalho “Educação, Formação e Emprego”	139

II. Grupo de Trabalho “Crianças e Jovens em Risco”	146
III. Grupo de Trabalho “Idosos”	150
IV. Grupo de Trabalho “Toxicodependências”	154
V. Dimensão de Integração	158
VI. Comissões Sociais Interfreguesias	160
1. Plano Operacional para a Constituição das CSIF	161
2. Plano Operacional da CSIF de Alvarães, Vila Franca e Vila Fria	163
3. Plano Operacional da CSIF de Barroselas, Mujães, Carvoeiro, Vila de Punhe e Portela Susã.	164
4. Plano Operacional da CSIF de Meadela, Santa Marta, Serreleis e Cardielos	165
ANEXOS	166
Anexo 1 - Abreviaturas/Siglas	167
Anexo 2 – Lista de Entidades Participantes	169
Anexo 3 – Fontes Documentais	171
Anexo 4 – Instrumentos de Apoio	173
Anexo 5 – Metodologia	178
Constituição de Grupos Temáticos de Trabalho	179
MAPA – Método Aplicado de Planeamento e Avaliação	181
Plano de Acção para a Constituição das CSIF	184
Cobertura do Concelho por CSIF	185
Programa do <i>Workshop</i> de Qualificação da Intervenção nas CSIF	186
Plano de Acção para a Realização de <i>Workshops</i> nas CSIF	187
<i>Workshop</i> de Avaliação e Planeamento Participado nas CSIF	188
Plano de Trabalho para a Construção do PDS	189

INTRODUÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) pretende ser um instrumento de definição conjunta de prioridades e estratégias para a promoção do desenvolvimento social local, agregador de vontades, iniciativas e recursos. A escolha da palavra “desenvolvimento” não é, de todo, casual, antes reforça a intenção de colocar a tónica numa nova perspectiva de intervenção, mais centrada na prevenção dos problemas, na animação das comunidades e na promoção da qualidade de vida do que meramente na correcção dos fenómenos da pobreza e da exclusão social.

Um dos grandes objectivos deste instrumento de planeamento é servir de enquadramento, ou de quadro de leitura comum, a todas as intervenções para a promoção do desenvolvimento social deste concelho, relevem ou não especificamente do trabalho desenvolvido pelo Conselho Local de Acção Social (CLAS), vinculando assim as diversas iniciativas dos agentes que actuam nesta “arena”. É nesta perspectiva que se entende a incorporação no PDS de elementos relativos a iniciativas já em curso, a outros instrumentos de planeamento ou a factores que condicionam a intervenção social dos actores no território.

No sentido de orientar o leitor na consulta deste documento, e porque, não obstante a possibilidade de o fazer parcial e desordenadamente em função de interesses e necessidades particulares, se pretende veicular uma visão unificada dos vários capítulos constituintes, segue-se uma breve descrição da estrutura do PDS.

A opção pelo modelo de organização da informação apresentado releva da sua natureza abrangente, cobrindo os diversos elementos informativos disponíveis, integradora, contribuindo para promover uma visão alargada da intervenção social no concelho (e não esquecendo o devido enquadramento regional e nacional), e dinâmica, incentivando a participação e abrindo “janelas” para novos desafios e oportunidades.

I. ESTRUTURA DO PLANO

1. Intervenção Estruturante

Tem como função garantir o planeamento integrado das intervenções tendo em vista o desenvolvimento social harmonioso do concelho.

Em termos de conteúdo, engloba um conjunto de projectos que incidem nas áreas problemáticas consideradas prioritárias na fase de diagnóstico e que procuram fazer convergir respostas e recursos.

O PDS compreende dois tipos de projectos, transversais e específicos (ou, respectivamente, macro-territoriais e micro-territoriais), que correspondem a dois níveis diferentes e complementares de implementação da rede para o desenvolvimento local: o do concelho e o das freguesias. O primeiro releva do trabalho desenvolvido pelos grupos temáticos criados com o objectivo de definição de prioridades e estratégias de intervenção em cada área problemática identificada, enquanto o segundo resulta da constituição de Comissões Sociais Inter-Freguesias (CSIF) e dos diagnósticos e planos de acção elaborados nesse contexto.

2. Intervenção Infra-Estruturante

Incorpora todos os factores que condicionam a intervenção social dos actores no território e que, nessa medida, devem ser atendidos na definição de estratégias para o desenvolvimento.

São aqui considerados planos com relevância para a região, investimentos previstos ou outras orientações, bem como planos nacionais ou específicos para um determinado sector.

3. Visão Estratégica da Intervenção

Está associada à função orientadora ou indicativa do PDS, ao que deverá ser a intervenção futura no concelho.

Os actores sociais podem encontrar, nesta dimensão, projecções fundamentadas acerca dos recursos, necessidades, respostas prioritárias e problemáticas emergentes. Em suma, está em causa a definição de parâmetros para novas intervenções.

4. Sistema de Integração

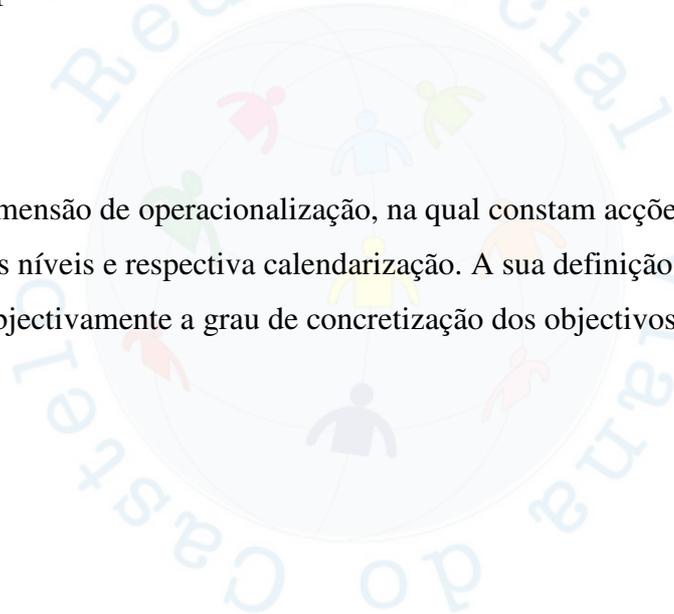
Como o próprio nome indica, integra novas intervenções na lógica do PDS, definindo a abertura do mesmo a iniciativas e oportunidades que venham a surgir.

5. Sistema de Articulação

Tem por objectivo conferir visibilidade às iniciativas ou projectos já em curso para cada uma das problemáticas prioritárias definidas. Sempre que possível vai mais além, no sentido de colocar em evidência a forma como se cruzam (ou poderiam cruzar) as várias intervenções para responder articuladamente às prioridades definidas.

6. Plano de Acção

Esta é uma dimensão de operacionalização, na qual constam acções e actividades concretas a realizar aos diversos níveis e respectiva calendarização. A sua definição procura ser feita de modo a permitir verificar objectivamente a grau de concretização dos objectivos propostos.



II. MODELO DE FUNCIONAMENTO DA REDE

A apresentação, em traços gerais, do modelo subjacente à implementação e funcionamento da rede social no concelho (ver diagrama nº 1) ilustra o circuito de elaboração, apreciação e execução do PDS.

A vertente de planeamento da acção é alimentada pelo trabalho realizado a dois níveis distintos:

- O do concelho, correspondendo aos grupos temáticos criados para as diversas áreas identificadas como prioritárias na fase de diagnóstico.

- O das freguesias, produzido pelas Comissões Sociais Inter-Freguesias (CSIF).

Estes são os responsáveis pela qualificação da intervenção que, com base na utilização de métodos e técnicas de diagnóstico e planeamento, procuram intencionalizar a acção transformadora da realidade social.

O Conselho Local de Acção Social (CLAS) chama a si a responsabilidade pela definição de uma estratégia global para o desenvolvimento, consensualizada com base nas propostas apresentadas pelo nível anterior. Isto significa que as opções técnicas que emanam dos grupos de trabalho e das CSIF devem ser consideradas e legitimadas a este nível de decisão.

O grupo executivo tem uma função preponderante porque apoia de uma forma mais próxima e regular o planeamento da acção, cabendo-lhe coordenar todo o processo e estabelecer a ponte de ligação com o plenário.

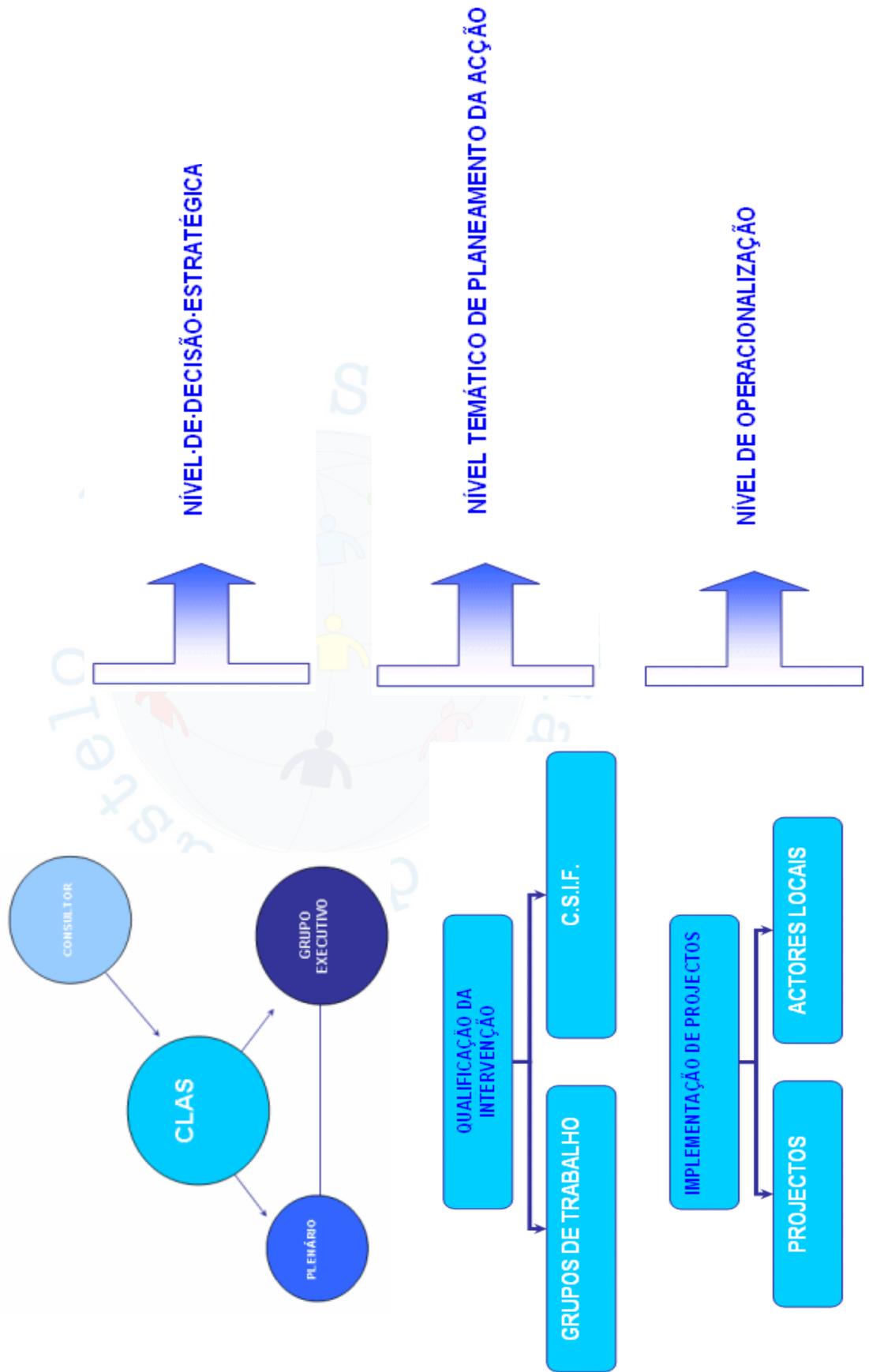
O consultor tem acompanhado, essencialmente, o nível temático de funcionamento da rede e o grupo executivo, nomeadamente através da formação dos agentes intervenientes na implementação da rede e do apoio ao planeamento estratégico e operacional dos grupos de trabalho.

Por último, a execução do plano depende fundamentalmente da intervenção dos diferentes actores sociais e instituições que estão no terreno e pode ser operacionalizada em projectos cuja responsabilidade de implementação cabe aos parceiros.

Diagrama 1

MODELO DE FUNCIONAMENTO DA REDE

Definição da Estratégia Global Para o Desenvolvimento



III. CONSTITUIÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO

Designação do Grupo	Constituição Inicial (Instituições)	Novos Parceiros
Serviços e Equipamentos Sociais (Crianças e Jovens em Risco)	<ul style="list-style-type: none"> - Câmara Municipal - Segurança Social - APPACDM - CPCJ - GAF - Rede Social 	<ul style="list-style-type: none"> - Casa dos Rapazes - IPJ - IEFP
Serviços e Equipamentos Sociais (Idosos)	<ul style="list-style-type: none"> - Câmara Municipal - Segurança Social - APPACDM - União das IPSS's - Gabinete Cidade Saudável - Rede Social 	<ul style="list-style-type: none"> - Santa Casa da Misericórdia - Centro S. P. N. Sra. de Fátima - Sub-Região de Saúde - Centro de Saúde - Centro Hospitalar do Alto Minho
Toxicodependências	<ul style="list-style-type: none"> - Câmara Municipal - Associação Cultural e de Educação Popular da Meadela - Instituto da Droga e Toxicodependência - GAF - Centro de Atendimento a Toxicodependentes - APPACDM - Centro da Área Educativa - Rede Social 	<ul style="list-style-type: none"> - IPJ - Segurança Social - Sub-Região de Saúde
Educação, Formação e Emprego	<ul style="list-style-type: none"> - IEFP - IPJ - Centro da Área Educativa - Segurança Social - Rede Social 	<ul style="list-style-type: none"> - Entidades acreditadas pelo INOFOR* - EsproMinho - Forpescas - Instituto Politécnico de Viana do Castelo** - Associação Empresarial - Associação Industrial do Minho

* APPACDM; Associação para a Cooperação entre Baldios; Associação Regional dos Agricultores do Alto Minho; Associação Nacional de Formadores em Ciências Empresariais; Centro Britânico do Alto Minho; Despertar – Psicologia a Desenvolvimento Educacional, Lda.; Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.; Portucel Viana; PsicoViana Consultores; Viana Soft; Sénior – Associação para o Estudo e Desenvolvimento da Acção Social

** Escola Superior de Educação; Escola Superior de Tecnologia e Gestão; Escola Superior de Enfermagem

IV. PRINCÍPIOS ORIENTADORES NA ELABORAÇÃO DO PLANO

O processo participado de construção de uma estratégia para o desenvolvimento social do concelho iniciou-se, ao contrário do sentido do caminho traçado por outras redes, tomando como unidade territorial estruturante o concelho no seu todo. A constituição do Conselho Local de Acção Social (CLAS), no decorrer do Programa-Piloto de Implementação, antecedeu de uma forma temporalmente significativa a constituição das Comissões Sociais Inter-Freguesias (CSIF), só iniciada em 2004, pelo que as freguesias não se encontram desde o início representadas naquele Conselho.

Pode-se considerar, em última análise, que a aplicabilidade do princípio fundamental da territorialização respeitou uma lógica de afunilamento (do macro para o micro-territorial), tomando o concelho como unidade geográfica de partida.

Esta opção, à qual não foram alheias algumas dificuldades que se prendem com a mobilização de intervenientes num conjunto tão numeroso e heterogéneo de freguesias, acabou por revelar-se vantajosa em alguns aspectos:

- A definição, em primeira instância, de uma estratégia global para o concelho, permite a partilha de uma grelha de leitura da realidade de uma forma menos parcelar e espartilhada, facilitando de certa forma a articulação do planeamento estratégico ao nível das freguesias com o trabalho já desenvolvido pelo CLAS.

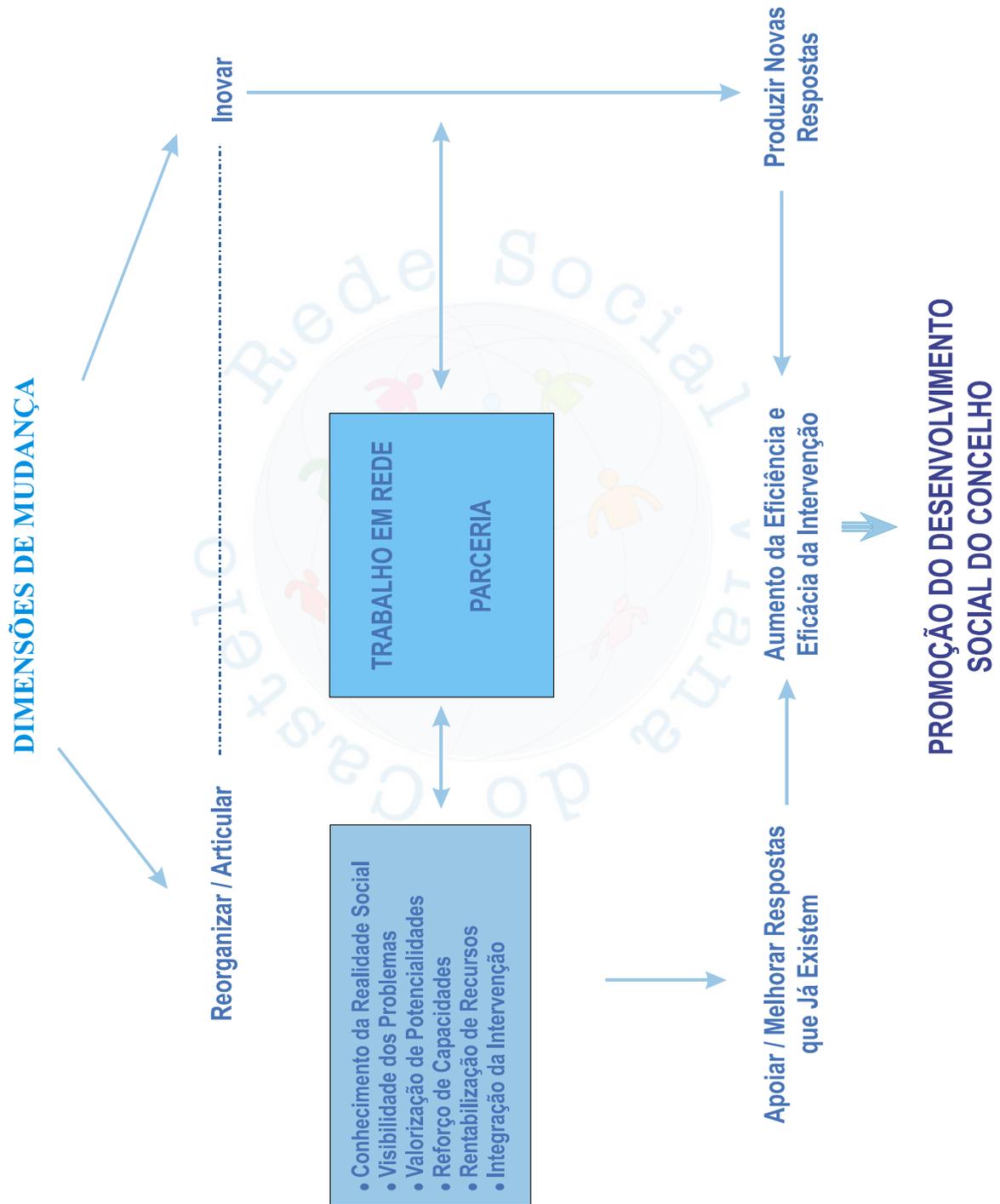
- A consolidação do modelo de funcionamento da rede a nível concelhio alimenta as CSIF, fornecendo-lhes um quadro de referência e potenciando a consistência do seu trabalho e o seu contributo para a coesão do concelho.

Como é óbvio, a eventual mais-valia que a lógica do processo encerra pressupõe, a partir do momento da criação das CSIF:

- Estabelecimento de uma relação horizontal entre o nível concelhio e o nível de freguesia quando está em causa a definição de prioridades e estratégias para o desenvolvimento social local (os dois níveis têm que se alimentar mútua e equilibradamente).

- Flexibilidade na acção do CLAS face à integração do contributo das CSIF, o que implica desde logo uma grande capacidade de abertura a novas aprendizagens e descentralização do processo de decisão.

Diagrama 2

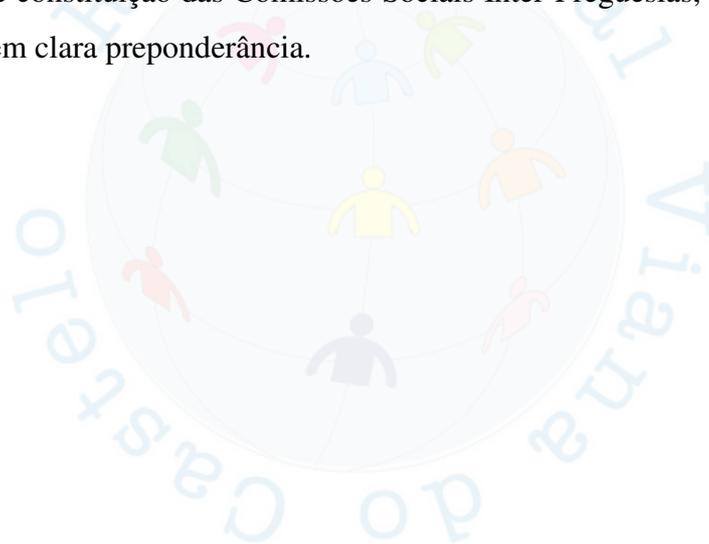


INTERVENÇÃO ESTRUTURANTE

INTERVENÇÃO ESTRUTURANTE

Tendo como objectivo, em última instância, o planeamento integrado das intervenções para o desenvolvimento social do concelho, esta componente do PDS resulta fundamentalmente do trabalho realizado a dois níveis distintos mas complementares de implementação da rede social: o do concelho e o das freguesias.

Partindo desta distinção, são identificáveis dois tipos de projectos, os **transversais** e os **específicos** ou, respectivamente, os macro-territoriais (concelho) e os micro-territoriais (freguesias). Ambos incidem nas áreas problemáticas consideradas prioritárias, sendo que no momento, e dada a fase ainda inicial de constituição das Comissões Sociais Inter-Freguesias, os projectos estruturantes transversais assumem clara preponderância.



I. PROJECTOS ESTRUTURANTES TRANSVERSAIS (MACRO-TERRITORIAIS)

1. ENQUADRAMENTO

Resultam especificamente do trabalho desenvolvido pelos grupos temáticos constituídos no âmbito concelhio e incidem nas problemáticas que, durante a fase de diagnóstico, foram identificadas como prioritárias em termos de intervenção. Procuram fazer convergir sobre aquelas um conjunto de respostas e recursos, assumindo necessariamente um carácter multidimensional e multi-institucional, consonante com a complexidade das realidades que se pretende transformar e com uma abordagem integrada dos problemas e da sua resolução.

A tomada de uma perspectiva englobante face ao conjunto de projectos elaborados pelos diferentes grupos deu origem a uma estrutura de eixos que não pretende mais do que organizar, de uma forma considerada inteligível, o trabalho desenvolvido. Trata-se de um ensaio de conceptualização de entre vários possíveis, que procura ajudar a compreender como se entrecruzam parceiros, intervenções e actividades que têm como pano de fundo um quadro de leitura partilhado da realidade social e da sua mudança.

Não existe correspondência unívoca entre os eixos definidos e as áreas problemáticas cuja identificação esteve na origem da constituição dos grupos; cada qual pode ter vários projectos, que contribuam para a concretização de diferentes eixos, sendo também possível que um mesmo projecto encontre cabimento em mais do que um eixo.

Os eixos estruturantes identificados consubstanciam uma visão genérica e orientadora do plano e resultam de uma leitura global do contexto, que se pretende condutora da acção estratégica para a mudança. Desta feita, procura-se clarificar o sentido da intervenção partindo de uma visão agregadora partilhada pelos parceiros da rede.

O modelo apresentado permanece, obviamente, aberto a acrescentos e alterações, sendo esperado que venha a incluir novos projectos, sub-eixos e eixos. Os primeiros quatro eixos são os chamados substantivos e concentram os projectos elaborados pelos grupos, enquanto que os eixos 5 e 6 têm carácter transversal e perpassam todo o trabalho subjacente à implementação da rede social.

2. EIXOS DE INTERVENÇÃO ESTRUTURANTE TRANSVERSAL

Eixo 1: Desenvolvimento da Rede de Equipamentos e Serviços de Apoio Social

- 1.1. Alargamento e melhoria da rede de equipamentos e serviços
- 1.2. Qualificação do serviço prestado pelas instituições

Eixo 2: Desenvolvimento de Planos Integrados de Intervenção sobre Territórios e Populações Vulneráveis

- 2.1. Intervenção sobre grupos específicos
- 2.2. Intervenção em zonas de pobreza territorializada

Eixo 3: Promoção da Saúde e da Qualidade de Vida

- 3.1. Combate ao alcoolismo
- 3.2. Educação para a saúde e cidadania

Eixo 4: Promoção da Igualdade no Acesso à Educação, Formação e Emprego

- 4.1. Conhecimento, divulgação e ajustamento da oferta formativa
- 4.2. Inserção dos jovens na vida activa
- 4.3. Inserção sócio-profissional de grupos vulneráveis

Eixo 5: Implementação da Rede para o Desenvolvimento Local e Capacitação dos Intervenientes

- 5.1. Constituição das Comissões Sociais Inter-Freguesias (CSIF)

5.2. Formação de agentes para o desenvolvimento

5.2.1. Formação em métodos e técnicas de diagnóstico e planeamento

5.2.2. Formação de qualificadores da intervenção nas CSIF

Eixo 6: Desenvolvimento Organizacional, Promoção da Participação e *Empowerment* da Comunidade

Esta é uma dimensão transversal à implementação da rede para o desenvolvimento e que consubstancia a essência do trabalho em rede, favorecendo a emergência de um novo modelo de funcionamento institucional, de uma nova forma de trabalhar, em suma, de uma organização social assente nos princípios da parceria, da complementaridade e da coesão social.

3. OBJECTIVOS GERAIS DE INTERVENÇÃO

Eixo 1: Desenvolvimento da Rede de Equipamentos e Serviços de Apoio Social

- Contribuir para a distribuição equitativa de equipamentos e serviços no concelho.
- Coordenar necessidades e respostas na oferta de equipamentos.
- Criar infra-estruturas de apoio às populações-alvo identificadas como prioritárias em termos de necessidade de intervenção (*).
- Qualificar os serviços prestados pelas instituições.
- Alargar a cobertura de apoio aos idosos e às crianças.
- Diminuir o isolamento da população idosa.
- Promover a inserção social e a qualidade de vida dos indivíduos e das famílias.
- Capacitar as instituições para a captação de recursos exógenos à comunidade (apoiar o acesso a candidaturas a projectos e programas).

Eixo 2: Desenvolvimento de Planos Integrados de Intervenção sobre Territórios e Populações Vulneráveis

- Contribuir para a construção de uma sociedade inclusiva.
- Promover a diminuição das desigualdades sociais no acesso a bens e serviços.
- Melhorar a inserção social de populações que acumulam factores de vulnerabilidade.

- Intervir de forma integrada em territórios onde tendem a gerar-se fenómenos de reprodução geracional da pobreza (zonas degradadas, bairros de habitação social, etc.).

Eixo 3: Promoção da Saúde e da Qualidade de Vida

- Promover uma política pública a favor da saúde e da igualdade de acesso.
- Capacitar os indivíduos e as comunidades para agir sobre os factores que influenciam a saúde.
- Desenvolver acções de intervenção comunitária.
- Rentabilizar e alargar a rede de equipamentos e serviços de lazer, cultura e desporto.
- Dinamizar o tecido associativo local.
- Proporcionar aos jovens vivências formativas que constituam alternativa ao “prazer” de consumir drogas.
- Contribuir para a formação de pais e outros agentes que participam na educação dos jovens.
- Valorizar as capacidades dos jovens (solidariedade, generosidade, criatividade, inovação) e promover a sua auto-estima.
- Promover a participação integrada da Escola e da Família na educação dos jovens.
- Alterar hábitos e comportamentos de risco.

Eixo 4: Promoção da Igualdade no Acesso à Educação, Formação e Emprego

- Aumentar os níveis de qualificação escolar e profissional.
- Promover a melhoria das condições de empregabilidade e acesso ao emprego.
- Promover o emprego.
- Qualificar os agentes activos, empregados e desempregados.
- Conhecer e divulgar a oferta formativa local.
- Ajustar as respostas de educação e formação profissional às necessidades locais e regionais.

Eixo 5: Implementação da Rede para o Desenvolvimento Local e Capacitação dos Intervenientes

- Promover a territorialização da intervenção.
- Potenciar e rentabilizar os recursos humanos e materiais disponíveis nas instituições.
- Formar agentes para a qualificação da intervenção nas CSIF.

- Formar técnicos em métodos e técnicas de diagnóstico social, planeamento estratégico e planeamento operacional.
- Sensibilizar os dirigentes associativos para a formação.
- Dinamizar as associações locais e formar os agentes associativos.
- Apoiar iniciativas de animação comunitária.

Eixo 6: Desenvolvimento Organizacional, Promoção da Participação e *Empowerment* da Comunidade

- Promover a convergência de respostas e recursos por forma a produzir um máximo impacto na estrutura social do concelho.
- Incentivar um salto qualitativo para um novo patamar de intervenção, consubstanciado num modelo inovador de organização social, assente em princípios tais como: parceria, complementaridade, partilha de recursos, comunicação, co-responsabilização, rentabilização de meios, articulação de respostas, integração de programas e medidas.
- Mobilizar para a participação de todos os intervenientes.
- Capacitar a comunidade para assumir um papel activo na resolução colectiva dos problemas sociais.

(*) **Quadro:** Grupos-alvo identificados como prioritários em termos de intervenção

Grupos-Alvo	Tipo de Valências
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Crianças 	Creche ATL
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Crianças e jovens em risco e suas famílias 	Centro de Acolhimento Temporário Lar de Jovens (maiores de 12 anos) Centro de Aconselhamento Parental
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Idosos 	Apoio Domiciliário Centro de Dia Centro de Noite
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Crónico-dependentes 	Unidades de Apoio Integrado
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mulheres vítimas de violência 	Casa Abrigo
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Toxicodependentes, sem abrigo, mães solteiras ou outros grupos em situação de marginalização 	Comunidade de Inserção

4. ORGANIZAÇÃO DOS PROJECTOS SEGUNDO EIXOS DE INTERVENÇÃO

Os projectos estruturantes transversais dos quatro grupos de âmbito concelhio podem ser lidos à luz do modelo de eixos proposto, tal como se ilustra no quadro seguinte. Tendo presente este enquadramento conceptual e passando a focalizar o nível mais concreto do trabalho da rede, a apresentação dos projectos que dão conteúdo à dimensão estruturante deste PDS é feita, por uma questão prática, de acordo com os grupos que estiveram na sua origem. Outra possibilidade de organizar a informação seria respeitar a ordem dos eixos de intervenção definidos.

EIXOS DE INTERVENÇÃO NAS ÁREAS PROBLEMÁTICAS PRIORITÁRIAS

Eixos	Sub-Eixos	Projectos Estruturantes
<p>1. Desenvolvimento da Rede de Equipamentos e Serviços de Apoio Social</p>	<p>1.1. Alargamento e melhoria da rede de equipamentos e serviços</p> <p>1.2. Qualificação do serviço prestado pelas instituições</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Cuidados Continuados de Saúde - Banco de Ajudas Técnicas - Alargamento da Resposta de Apoio aos Idosos. - Qualificação da Intervenção nos Lares de Crianças e Jovens em Risco - Qualificação das Famílias de Acolhimento
<p>2. Desenvolvimento de Planos Integrados de Intervenção sobre Territórios e Populações Vulneráveis</p>	<p>2.1. Intervenção sobre grupos específicos</p> <p>2.2. Intervenção em zonas de pobreza territorializada</p>	<p>A definir pelos Grupos de Trabalho</p>
<p>3. Promoção da Saúde e da Qualidade de Vida</p>	<p>3.1. Combate ao alcoolismo</p> <p>3.2. Educação para a saúde e cidadania</p>	<p>- Plano Sub-Regional de Intervenção em Alcoologia</p>
<p>4. Promoção da Igualdade no Acesso à Educação, Formação e Emprego</p>	<p>4.1. Conhecimento, divulgação e ajustamento da oferta formativa</p> <p>4.2. Inserção dos jovens na vida activa</p> <p>4.3. Inserção sócio-profissional de grupos vulneráveis no acesso ao emprego</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Guia de Recursos Formativos - Espaço Emprego-Formação - Centro de Recursos para a Orientação Vocacional - Qualificação de Beneficiários do RSI - Percursos de Orientação-Formação-Inserção de Crianças e Jovens em Risco Institucionalizados

**PROJECTOS ESTRUTURANTES DO GRUPO
“EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E EMPREGO”**

**PROJECTO “QUALIFICAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DO
RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO (RSI)”**

Problema:

- Inadequação de respostas de formação para a inserção sócio-profissional de beneficiários do RSI com baixo índice de escolarização.

Manifestações:

- Baixo índice de inserção sócio-profissional de beneficiários.
- Baixos níveis de qualificação escolar e profissional.
- Dependência dos beneficiários face ao RSI.

Causas:

- Falta de respostas de formação profissional para populações com índices muito baixos de escolaridade.
- Desarticulação entre o sistema educativo (ensino recorrente) e o sistema de formação profissional.
- Faltam entidades formadoras alternativas ao centro de formação profissional.
- Os cursos existentes não satisfazem as necessidades, interesses e expectativas deste tipo de população.

GRELHA-SÍNTESE DO PROJECTO “QUALIFICAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DO RSI”

Impactos Previstos	Objectivos Estratégicos	Objectivos Específicos	Resultados	Indicadores
Aumento da percentagem de inserção sócio-profissional dos beneficiários.	Eleva os níveis de qualificação escolar e profissional dos beneficiários.	Até 2006, incrementar respostas de formação para beneficiários que têm como escolaridade o 1º ciclo do ensino básico.	A definir pelo grupo de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Nº de beneficiários que concluem o 1º ciclo. - Novas respostas de formação criadas especificamente para beneficiários com baixo grau de escolaridade. - Nº de beneficiários que encontram colocação profissional só com o 1º ciclo. - Nº de beneficiários que encontram colocação profissional após frequentarem formação com equivalência ao 2º ciclo do ensino básico.

Entidade Promotora: CDSSS

Parceria de Suporte

- Grupo de trabalho “educação, formação e emprego”
- Coordenação Concelhia do Ensino Recorrente
- Centro de Formação Profissional

Recursos

- Programas e Medidas de Âmbito Nacional

Medida/Programa: Criação de Emprego e Empresas

Programa de Desenvolvimento Cooperativo

Programa de Estímulo a Oferta de Emprego

Medida /Programa: Formação/Emprego

Programa Formação/Emprego

Medida/Programa: Mercado Social de Emprego

Programas Ocupacionais

Empresas de Inserção

Medida/Programa: Programa de Emprego e Protecção Social

Apoio ao Desenvolvimento do Artesanato, do Património Natural, Cultural e Urbanístico

Medida/Programa: Inserção

Medida Horizontes 2000 (Formação para a Inserção)

Medida/Programa: Formação Profissional

Educação Formação de Adultos

- Programas Comunitários

Plano Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS):

Medida 5.3. – Promoção da Inserção Sócio-Profissional de Grupos Desfavorecidos

Medida 5.4. – Promoção da Inserção no Âmbito dos Instrumentos do Mercado Social de Emprego

Medida 5.5. – Apoio ao Desenvolvimento Cooperativo

Programa de Iniciativa Comunitária EQUAL 2000-2006

Tipologia de Actividades

- Aplicação de questionário de interesses profissionais a 64 beneficiários do RSI que frequentam o 1º ciclo do ensino básico recorrente.
- Selecção de domínios mais representativos, em média, dos interesses manifestados pelo grupo-alvo.



PROJECTO “ESPAÇO EMPREGO-FORMAÇÃO”

Problema:

- Insuficiência do acesso à oferta de emprego e de formação concelhia por parte da comunidade em geral e dos jovens em particular.

Manifestações:

- Desfazamento temporal entre a tomada de conhecimento da oferta que existe e a sua procura pela população-alvo (desempregados, empregados à procura de novo emprego, etc.).
- Desajustamento entre as características de quem procura trabalho e as condições requeridas por quem o oferece.
- Sub-aproveitamento de recursos (respostas de formação, programas específicos, profissionais com perfil adequado à procura, etc.).

Causas:

- Défice de competências de empregabilidade e procura activa de emprego.
- Falta de acesso a meios de procura de informação por uma parte da população.
- Desarticulação entre entidades envolvidas no circuito de oferta/procura de emprego.

GRELHA-SÍNTESE DO PROJECTO “ESPAÇO EMPREGO-FORMAÇÃO”

Impactos Previstos	Objectivos Estratégicos	Objectivos Específicos	Resultados	Indicadores
<p>Melhoria da inserção profissional de jovens à procura do 1º emprego ou desempregados.</p>	<p>Melhorar o acesso dos jovens à oferta de emprego e formação.</p>	<p>Em 2004, dinamizar um serviço de suporte aos jovens no âmbito da sua inserção sócio-profissional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecida uma parceria de cooperação para a criação de um canal interinstitucional entre o IPJ/ Entidade promotora de UNIVA e o Centro de Emprego. - Criado um espaço emprego-formação numa sala do IPJ. - Criada uma Unidade de Inserção na Vida Activa. - Formada uma técnica do IPJ para dinamizar o espaço. 	<ul style="list-style-type: none"> - N° de jovens inscritos. - N° de colocações profissionais. - N° de encaminhamentos para formação. - N° de utilizadores (total por ano e média semanal). - Empresas e instituições que recorrem ao serviço. - Iniciativas realizadas.

Entidade Promotora: IPJ

Parceria de Suporte

- Grupo de trabalho “educação, formação e emprego”
- Estabelecimentos de ensino
- Empresas da região

Recursos

- Programas e Medidas de Âmbito Nacional

Medida/Programa: Estruturas de Apoio ao Emprego e às Empresas
Unidades de Inserção na Vida Activa

- Produtos

Agenda de eventos programados para 2004 na área da formação e do emprego.

Tipologia de Actividades

- Parceria entre o Centro de Emprego e o IPJ/Entidade promotora de UNIVA.
- Disponibilização e apetrechamento de espaço no IPJ.
- Criação de base de dados para inscrição de utilizadores do espaço.
- Constituição de uma Unidade de Inserção na Vida Activa.
- Realização de *workshops* e painéis com profissionais.

PROJECTO “GUIA DE RECURSOS FORMATIVOS”

Problema:

- Falta de acesso à oferta de formação concelhia por parte da comunidade em geral e dos técnicos e instituições com responsabilidades no encaminhamento de situações várias.

Manifestações:

- Desequilíbrio ao nível das respostas disponíveis (sobreposição de respostas em certas áreas e existência de lacunas relevantes noutras).
- Canalização de recursos para áreas que não respondem às necessidades do concelho.
- Incapacidade dos técnicos face à necessidade de encaminhamento para respostas específicas de formação.
- Desperdício de recursos pelo desconhecimento de oportunidades de financiamento.

Causas:

- Desconhecimento interinstitucional da actividade formativa desenvolvida no concelho.
- Dispersão da informação relativa à oferta formativa disponível.
- Falta de hábitos de articulação entre entidades formadoras.

GRELHA-SÍNTESE DO PROJECTO “GUIA DE RECURSOS FORMATIVOS”

Impactos Previstos	Objectivos Estratégicos	Objectivos Específicos	Resultados	Indicadores
<p>Acesso à oferta formativa do concelho (pelos técnicos, serviços e comunidade em geral).</p>	<p>Criar uma resposta formativa integrada.</p>	<p>Em 2004 existe um dispositivo de congregação e divulgação da oferta formativa.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Reunidos um conjunto de parceiros de diferentes sectores e representativos da oferta formativa do concelho nas mais diversas áreas. - Recolhida informação sobre a oferta formativa de acordo com uma grelha de parâmetros consensualizada pelos parceiros. - Construída uma base de dados, a alojar na página de <i>internet</i> da rede social, a partir da qual se possa aceder a informação actualizada acerca das respostas de formação disponíveis no concelho e para os diferentes tipos de população-alvo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Entidades formadoras parceiras no projecto. - Grau de adesão ao projecto (relação entre nº de entidades convidadas e nº de entidades que aderem ao projecto). - Nº de utilizadores da base de dados. - Instituições junto das quais é divulgada a base de dados. - Meios de divulgação utilizados. - Nº de acções candidatadas e financiadas.

GRELHA-SÍNTESE DO PROJECTO “GUIA DE RECURSOS FORMATIVOS” (CONT.)

Impactos Previstos	Objectivos Estratégicos	Objectivos Específicos	Resultados	Indicadores
<p>Acesso à oferta formativa do concelho (pelos técnicos, serviços e comunidade em geral).</p>	<p>Criar uma resposta formativa integrada.</p>	<p>Em 2004 existe um dispositivo de congregação e divulgação da oferta formativa.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Atribuída a cada entidade parceira uma palavra-passe de acesso à base de dados para actualização anual da oferta. - Divulgado o instrumento criado junto de técnicos, instituições e público em geral. - Garantida a sustentabilidade do trabalho (através do estabelecimento de uma rotina de actualização dos dados). 	<ul style="list-style-type: none"> - Entidades formadoras parceiras no projecto. - Grau de adesão ao projecto (relação entre nº de entidades convidadas e nº de entidades que aderem ao projecto). - Nº de utilizadores da base de dados. - Instituições junto das quais é divulgada a base de dados. - Meios de divulgação utilizados. - Nº de acções candidatas e financiadas.

Entidade Promotora: Câmara Municipal

Parceria de Suporte

- Grupo de trabalho “educação, formação e emprego”
- Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental
- Associação Empresarial de Viana do Castelo
- Associação Industrial do Minho
- Instituto Superior Politécnico de Viana do Castelo
- Associação para a Cooperação entre Baldios
- Associação Nacional de Formadores em Ciências Empresariais
- Centro Britânico do Alto Minho
- Despertar – Psicologia e Desenvolvimento Educacional, Lda.
- Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.
- Portucel Viana
- PsicoViana Consultores
- Viana Soft
- Sénior – Associação para o Estudo e Desenvolvimento da Acção Social

Recursos

- Programas e Medidas de Âmbito Nacional

Medidas e Programas do IEFP

- Programas Comunitários

Plano Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS):

Medida 5.1. – Apoio ao Desenvolvimento Social

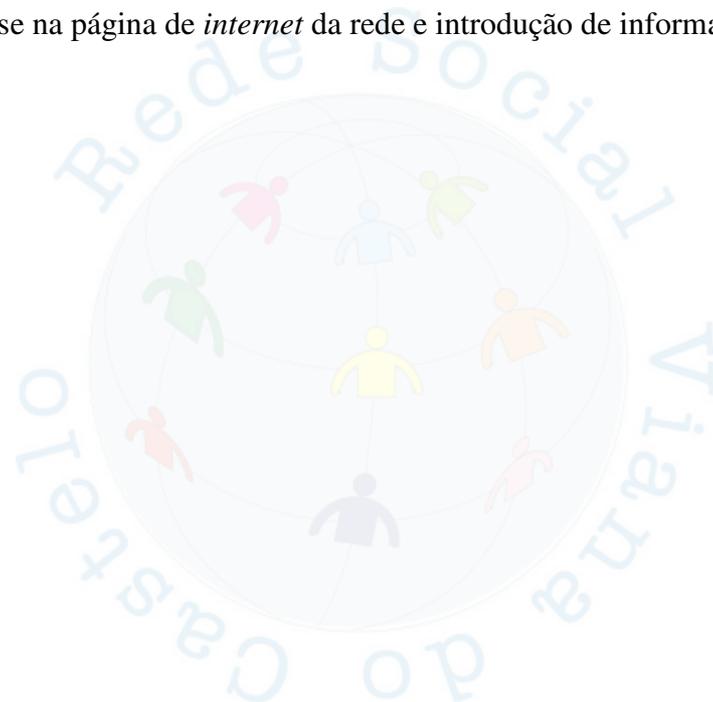
Medida 5.2. – Promoção da Inserção Social e Profissional das Pessoas com Deficiência

- Produtos

Base de dados com a oferta formativa do concelho.

Tipologia de Actividades

- Reunião de entidades concelhias que oferecem formação (inicial e contínua) em diversas áreas e para diferentes públicos (activos, desempregados, jovens à procura do 1º emprego).
- Construção de base de dados pelos formandos de um curso promovido por um dos parceiros.
- Alojamento da base na página de *internet* da rede e introdução de informação pelos parceiros.



**PROJECTO “CENTRO DE RECURSOS PARA A
ORIENTAÇÃO VOCACIONAL”**

Problema:

- Insuficiência de respostas de orientação escolar e profissional para os jovens em idade escolar.

Manifestações:

- Falta de informação e de oportunidades de exploração vocacional.
- Fraca qualidade das escolhas vocacionais.
- Construção de percursos escolares inadequados face aos interesses e expectativas dos alunos.
- Dificuldades na entrada para o mundo do trabalho.

Causas:

- A rede de Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) não cobre muitas das escolas do concelho.
- Há escolas não abrangidas pela rede que não recebem apoio profissional específico, por falta de recursos ou de sensibilidade para a importância das questões vocacionais.
- Os gabinetes que prestam serviços nesta área não são acessíveis à grande maioria da população.
- A capacidade de resposta do Serviço de Integração Social e Orientação Profissional do IPJ fica claramente aquém das necessidades.

GRELHA-SÍNTESE DO PROJECTO “CENTRO DE RECURSOS PARA A ORIENTAÇÃO VOCACIONAL”

Impactos Previstos	Objectivos Estratégicos	Objectivos Específicos	Resultados	Indicadores
<p>Melhoria da inserção profissional de jovens.</p>	<p>Promover o desenvolvimento vocacional dos jovens.</p>	<p>Até 2006, criar um centro de recursos que apoia as escolas na organização de actividades de orientação vocacional</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Feito o levantamento de escolas sem SPO ou outro tipo de apoio na orientação vocacional dos alunos. - Existe uma sala no IPJ com materiais disponíveis para consulta que pode ser utilizada por alunos e professores. - As escolas sem SPO procuram o centro e são apoiadas na organização de actividades. - Pelo menos um professor de cada escola sem SPO capacitado para apoiar os alunos na construção do seu percurso vocacional. - Maior nº de jovens com acesso a oportunidades de exploração vocacional. 	<ul style="list-style-type: none"> - Materiais recolhidos e/ou criados. - Nº de pessoas que colaboram com o centro. - Nº de escolas, professores e alunos apoiados pelo centro. - Iniciativas realizadas. - Grau de participação nas actividades dinamizadas pelos professores nas escolas. - Grau de participação nas iniciativas promovidas pelo centro.

Entidade Promotora: IPJ

Parceria de Suporte

- Grupo de trabalho “educação, formação e emprego”
- Estabelecimentos de ensino
- Empresas da região

Recursos

- Produtos

Dossier de recursos em orientação vocacional para jovens.

Dossier de recursos em orientação vocacional para professores.

Tipologia de Actividades

- Abertura de um centro de recursos para jovens, pais e professores no espaço do Serviço de Integração Social e Orientação Profissional do IPJ.
- Apoio à organização de actividades de orientação vocacional nas escolas.
- Acções de consultoria junto de professores.

PROJECTOS ESTRUTURANTES DO GRUPO
“CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO”

PROJECTO “PERCURSOS DE ORIENTAÇÃO-FORMAÇÃO-INSERÇÃO DE JOVENS INSTITUCIONALIZADOS”

Problema:

- Vulnerabilidade do grupo “crianças e jovens em risco” no que se refere ao acesso à educação, formação e emprego.

Manifestações:

- Abandono escolar precoce e insucesso escolar.
- Baixo nível médio de qualificação escolar e profissional.
- Dificuldades de inserção no mercado de trabalho.
- Incidência de comportamentos desviantes e desenvolvimento de dependências.

Causas:

- Reduzida oferta de oportunidades de exploração vocacional fora do contexto escolar, que contribuam para o alargamento de cenários de futuro possíveis e para construção de projectos escolares, profissionais e de vida consistentes e realistas.
- Leque de oportunidades de ocupação dos tempos livres e de relacionamento com os pares fora do contexto da escola e da instituição empobrecido, o que tende a acentuar as desigualdades e discriminações que atingem este grupo populacional.
- Reduzida participação em actividades de apoio escolar.
- Pouca abertura das instituições à comunidade, o que compromete o desenvolvimento de actividades de intercâmbio instituição-meio envolvente capazes de combater processos de estigmatização e segregação social.

GRELHA-SÍNTESE DO PROJECTO “PERCURSOS DE ORIENTAÇÃO-FORMAÇÃO-INSERÇÃO DE JOVENS E CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADOS” (I)

Impactos Previstos	Objectivos Estratégicos	Objectivos Específicos	Resultados	Indicadores
<p>Redução das desigualdades no acesso à educação, formação e emprego.</p> <p>Redução das taxas de abandono e insucesso escolares.</p> <p>Melhoria do nível de inserção sócio-profissional.</p>	<p>Promover a abertura das instituições à comunidade e combater a segregação social dos jovens institucionalizados.</p>	<p>Até 2005, os jovens institucionalizados são positivamente discriminados no acesso à formação e ao emprego.</p>	<p>- A Casa dos Rapazes sinaliza e encaminha os jovens para os serviços públicos de emprego e formação.</p> <p>- A Equipa de Inserção do Centro de Emprego orientam os jovens de acordo com o diagnóstico personalizado das situações.</p>	<p>- N° de jovens atendidos no Centro de Emprego.</p> <p>- N° de jovens colocados no mercado de trabalho.</p> <p>- N° de jovens encaminhados para formação.</p> <p>- N° de jovens com processo de orientação escolar e profissional.</p>

GRELHA-SÍNTESE DO PROJECTO “PERCURSOS DE ORIENTAÇÃO-FORMAÇÃO-INSERÇÃO DE JOVENS E CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADOS” (II)

Impactos Previstos	Objectivos Estratégicos	Objectivos Específicos	Resultados	Indicadores
<p>Redução das desigualdades no acesso à educação, formação e emprego.</p> <p>Redução das taxas de abandono e insucesso escolares.</p> <p>Melhoria do nível de inserção sócio-profissional.</p>	<p>Promover a abertura das instituições à comunidade e combater a segregação social dos jovens institucionalizados.</p>	<p>Até 2005, criar dispositivos de apoio às actividades escolares dos jovens institucionalizados.</p>	<p>- Solicitada pela Casa dos Rapazes a colaboração da Escola Superior de Educação (ESE), no quadro de um programa de voluntariado.</p> <p>- Seleccionado um conjunto de 6 alunos voluntários pela coordenadora do voluntariado da ESE.</p> <p>- Estagiários apoiam semanalmente os jovens da Casa dos Rapazes dos vários níveis de ensino nas actividades escolares.</p>	<p>- Nº de jovens apoiados nas actividades escolares.</p> <p>- Nº de voluntários envolvidos.</p> <p>- Taxas de abandono e insucesso escolar</p> <p>- Grau de satisfação dos jovens com o apoio prestado.</p> <p>- Informações da escola em relação ao aproveitamento e progressão escolar dos jovens apoiados.</p> <p>- Registo da evolução do desempenho escolar feito pelos voluntários que acompanham os jovens.</p>

GRELHA-SÍNTESE DO PROJECTO “PERCURSOS DE ORIENTAÇÃO-FORMAÇÃO-INSERÇÃO DE JOVENS E CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADOS” (III)

Impactos Previstos	Objectivos Estratégicos	Objectivos Específicos	Resultados	Indicadores
<p>Redução das desigualdades no acesso à educação, formação e emprego.</p> <p>Redução das taxas de abandono e insucesso escolares.</p> <p>Melhoria do nível de inserção sócio-profissional.</p>	<p>Promover a abertura das instituições à comunidade e combater a segregação social dos jovens institucionalizados</p>	<p>Até 2005, proporcionar diversas actividades de interligação com a envolvente e de fomento da participação dos jovens da Casa dos Rapazes na vida comunitária.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Os jovens participam em diversas actividades promovidas pela ESE. - Organizada pelos voluntários da ESE uma colónia de férias para os jovens. - A Casa dos Rapazes recebe, no próximo ano lectivo, um estagiário da ESE (proporcionando uma oportunidade de ensaio real de práticas pedagógicas). - Os jovens são positivamente discriminados no acesso aos programas do IPI. 	<ul style="list-style-type: none"> - Nº de jovens que participam em actividades fora da instituição. - Plano das actividades desenvolvidas em parceria com outras instituições. - Nº de parceiros envolvidos. - Grau de satisfação dos jovens com as iniciativas realizadas. - Grau de satisfação dos voluntários (e outros elementos externos que contactem com a realidade institucional).

Entidade Responsável: Casa dos Rapazes

Parceria de Suporte

IEFP

IPJ

Escola Superior de Educação

ACEP

Entidades formadoras

Recursos

- Programas e Medidas de Âmbito Nacional

Programas do IPJ

Programa Sem Fronteiras

Medida/Programa: Orientação Vocacional e Formação Profissional para Jovens em Lares

Programa Ser Criança

- Programas Comunitários

Programa de Iniciativa Comunitária EQUAL 2000-2006

Tipologia de Actividades

- Actividades de informação e orientação profissional e de apoio a integração no mercado de trabalho a desenvolver pela Equipa de Inserção do Centro de Emprego junto de jovens institucionalizados (sinalizados e encaminhados pela respectiva instituição de acolhimento).
- Actividades de apoio escolar aos jovens da Casa dos Rapazes asseguradas por estagiários da Escola Superior de Educação.
- Actividades de intercâmbio entre a Casa dos Rapazes e outras instituições ou associações da comunidade (ACEP, ETAP, Escola Superior de Educação, etc.).

PROJECTO “QUALIFICAÇÃO DA INTERVENÇÃO NOS LARES DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO”

Problema:

- Baixas e inadequadas qualificações dos monitores dos lares.
- Insuficiência da oferta de formação contínua na área de intervenção com crianças e jovens em risco.
- Baixa taxa de sucesso pessoal e profissional das crianças e jovens internados.

Manifestações:

- Falta ou inadequação de competências pessoais e profissionais por parte dos activos que trabalham nos lares (grau de capacitação técnica manifestamente aquém do necessário para o desempenho de funções especializadas).
- Inadequação do acompanhamento que é feito pelos lares ao percurso desenvolvimental das crianças e jovens.

Causas:

- As instituições só recentemente despertaram para a importância da qualificação dos seus trabalhadores.
- A exigência de requisitos mínimos para o desempenho de determinadas funções não foi sempre prática generalizada.
- Falta de motivação dos activos (ou de incentivos por parte das entidades empregadoras) para investir na aprendizagem ao longo da vida.

GRELHA-SÍNTESE DO PROJECTO “QUALIFICAÇÃO DA INTERVENÇÃO NOS LARES DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO”

Impactos Previstos	Objectivos Estratégicos	Objectivos Específicos	Resultados	Indicadores
Melhoria dos serviços prestados.	Qualificar a intervenção do pessoal que trabalha nos lares.	Em 2004, organizar uma acção de formação contínua “à medida”, destinada a monitores dos 5 lares do distrito.	A definir pelo grupo de trabalho.	A definir pelo grupo de trabalho.

Entidade Promotora: CDSSS

Parceria de Suporte:

Lares de Crianças e Jovens em Risco do distrito

União das IPSS's

Entidade responsável pela formação

Recursos

- Produtos

Dossier técnico-pedagógico da formação

Tipologia de Actividades

- Celebração de acordo com entidade para organizar uma acção de formação contínua para monitores de lares de crianças e jovens.
- Constituição de grupo de monitores dos cinco lares de crianças e jovens do distrito.

PROJECTO “QUALIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS DE ACOLHIMENTO”

Problema:

- Reduzido número de famílias de acolhimento inscritas na Segurança Social tendo em conta as necessidades identificadas.
- Défice de critérios de qualidade e rigor na selecção e acompanhamento das famílias de acolhimento.
- Falta de formação destinada às famílias de acolhimento.
- Falta de informação por parte da comunidade em geral acerca das famílias de acolhimento.

Manifestações:

- Institucionalização de algumas crianças por falta de uma resposta alternativa (como deve ser a colocação em famílias de acolhimento).
- Insuficiência de qualidade da resposta famílias de acolhimento.
- Comprometimento do desenvolvimento sócio-afectivo e projecto de vida das crianças e jovens colocados em famílias de acolhimento.

Causas:

- Não tem havido um investimento sistemático na informação-formação de públicos.
- As motivações que levam as famílias a candidatar-se prendem-se, em grande parte dos casos, com contrapartidas financeiras.

GRELHA-SÍNTESE DO PROJECTO “QUALIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS DE ACOLHIMENTO”

Impactos Previstos	Objectivos Estratégicos	Objectivos Específicos	Resultados	Indicadores
<p>Aumento da cobertura da resposta famílias de acolhimento junto da população crianças e jovens em risco (como alternativa à institucionalização).</p> <p>Melhoria da qualidade do apoio prestado pelas famílias de acolhimento às crianças e jovens em risco.</p>	<p>Qualificar o processo de selecção e o percurso de constituição de famílias de acolhimento.</p>	<p>A definir pelo grupo de trabalho.</p>	<p>A definir pelo grupo de trabalho.</p>	<p>- Nº de famílias de acolhimento inscritas no CDSSS (antes e depois da implementação do projecto).</p> <p>- Nº de crianças e jovens colocados em famílias de acolhimentos (antes e depois da implementação do projecto).</p> <p>- Relação entre o nº de crianças e jovens em famílias de acolhimento e institucionalizados (antes e depois da implementação do projecto).</p>

Entidade Promotora: CDSSS

Parceria de Suporte

- Grupo de trabalho “crianças e jovens em risco”
- Grupos de referência na comunidade (Ordens Profissionais, “Lyons”, Rotários)

Recursos

- Programas e Medidas de Âmbito Nacionais

Medida/Programa: Acolhimento Familiar para Crianças e Jovens

Programa Ser Criança

- Programas Comunitários

Programa de Iniciativa Comunitária EQUAL 2000-2006

- Produtos

Roteiro/Guia para a constituição de famílias de acolhimento (percurso preparatório/formativo).

Tipologia de Actividades

- Sessões formativas dirigidas a grupos de referência na comunidade e dinamizadas pela equipa de menores da Segurança Social ou pela CPCJ.
- Angariação de novas famílias de acolhimento.

PROJECTOS ESTRUTURANTES DO GRUPO “IDOSOS”

PROJECTO “CUIDADOS CONTINUADOS DE SAÚDE”**Problema:**

- Falta de uma resposta de intervenção integrada e multiprofissional para pessoas crónico-dependentes.*
- Não existe uma unidade de internamento temporário, prestadora de cuidados de natureza curativa, paliativa e de reabilitação, que constitua alternativa ao internamento hospitalar.

Manifestações:

- Baixa qualidade de vida das pessoas dependentes, associada ao isolamento pessoal e social, perda de autonomia, sentimentos de desvalorização e baixa auto-estima.
- Tempo de internamento hospitalar muito curto, que dificulta as famílias prepararem-se para receber um doente grande dependente.
- Falta de condições para a permanência dos dependentes e dos idosos no seu domicílio ou meio social, nos casos em que isso é possível.
- Protelação de altas hospitalares por inexistência de qualquer apoio de retaguarda.

Causas:

- Não existe uma unidade de internamento temporário que constitua alternativa ao internamento hospitalar.
- Número elevado de pessoas em situação de dependência, com doença crónica ou temporária, que não têm qualquer tipo de retaguarda familiar ou suporte social.
- Crescimento acentuado, nos últimos anos, dos índices de envelhecimento e dependência (no país em geral e no distrito de Viana do Castelo em particular, registando valores acima da média nacional), o que exige uma diversificação de recursos e respostas para satisfazer necessidades emergentes.

* “cidadãos com perda de funcionalidade ou em situação de dependência, em qualquer idade, que se encontrem afectados na estrutura anatómica ou nas funções psicológica ou fisiológica, com limitação acentuada na possibilidade de tratamento curativo de curta duração, susceptível de correcção, compensação ou manutenção e que necessite de cuidados complementares e interdisciplinares de saúde, de longa duração” (Decreto-Lei nº 281/2003, de 8 de Novembro).

GRELHA-SÍNTESE DO PROJECTO “CUIDADOS CONTINUADOS DE SAÚDE”

Impactos Previstos	Objetivos Estratégicos	Objetivos Específicos	Resultados	Indicadores
<p>Aumento da cobertura de resposta a pessoas crónico-dependentes que necessitam de cuidados continuados de saúde.</p>	<p>Melhorar a qualidade de vida e promover a inserção social e comunitária das pessoas em situação de dependência.</p>	<p>Até 2006, dar início à construção de uma unidade de internamento de estadia média e prolongada, que constitua alternativa ao internamento hospitalar, para pessoas com incapacidade e dependência física e funcional marcadas.</p>	<p>- Existe um diagnóstico de necessidades, participado por diferentes actores sociais, que fundamenta de forma objectiva a necessidade de criação de uma unidade de internamento que preste cuidados continuados de saúde.</p> <p>- Definida uma entidade promotora: Santa Casa da Misericórdia.</p> <p>- Aprovado um projecto de arquitectura para a adaptação do antigo Pavilhão Cirúrgico da cidade.</p> <p>- Até final de 2004, apresentada uma candidatura ao Programa Operacional da Saúde (Saúde XXI), medida 3.1. (Criação e Adaptação de Unidades de Prestação de Cuidados de Saúde).</p>	<p>- Nº de camas disponíveis.</p> <p>- Taxa de ocupação.</p> <p>- Tempo médio de internamento.</p> <p>- Nº de técnicos afectos.</p> <p>- Nº de inscritos em lista de espera.</p> <p>- Nº de doentes encaminhados para respostas sociais.</p>

Entidade Promotora: Santa Casa da Misericórdia

Parceria de Suporte

- Grupo de trabalho “idosos”

Recursos

- Programas e Medidas de Âmbito Nacional

Programa de Apoio Integrado a Idosos

- Programas Comunitários

Programa Operacional da Saúde (Saúde XXI)

- Recursos Institucionais

Gabinete de Atendimento à Família (apoio à candidatura à medida 3.1. do Programa Saúde XXI).

Tipologia de Actividades

- Recolha de informação para elaborar um diagnóstico fundamentado de necessidades.
- Preparação de candidatura ao Programa Saúde XXI.

PROJECTO “BANCO DE AJUDAS TÉCNICAS”

Problema:

- Insuficiência das ajudas técnicas disponíveis face às necessidades identificadas.

Manifestações:

- Elevado número de pessoas que não têm acesso às ajudas técnicas necessárias para aquisição de meios essenciais para minimizar perdas de funcionalidade e autonomia (cadeiras de rodas, andarilhos, camas articuladas, fraldas, etc.).
- Incapacidade por parte das instituições de dar resposta às necessidades dos utentes a quem prestam cuidados.

Causas:

- Dispersão das ajudas existentes e falta de uma entidade coordenadora/gestora que congregue a oferta disponível e assegure a sua manutenção e distribuição racional.
- A segurança social não está, no momento actual, a corresponder ao volume de solicitações para pagamento de ajudas técnicas.

GRELHA-SÍNTESE DO PROJECTO “BANCO DE AJUDAS TÉCNICAS”

Impactos Previstos	Objectivos Estratégicos	Objectivos Específicos	Resultados	Indicadores
<p>Acesso pela comunidade às ajudas técnicas necessárias.</p> <p>Capacidade de resposta aumentada aos pedidos de ajudas técnicas.</p>	<p>Criar uma resposta integrada de gestão e oferta de ajudas técnicas à comunidade.</p>	<p>Criar um banco, sediado numa instituição do concelho, para concentrar, manter e gerir racionalmente as ajudas técnicas disponíveis.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Inventariadas ajudas técnicas a disponibilizar pelos parceiros. - Existe uma proposta fundamentada para a criação de um banco de ajudas técnicas (recursos humanos a afectar, orçamento, horário de funcionamento, etc.). - Escolhida uma instituição para acolher o banco. 	<ul style="list-style-type: none"> - N° de apoios concedidos. - N° de ajudas técnicas inventariadas. - N° de instituições envolvidas. - N° de técnicos afectos.

Entidade Promotora: A definir

Parceria de Suporte

- Grupo de trabalho “idosos”
- Centro de Formação Profissional

Recursos

- Programas Comunitários

Programa Operacional Região Norte 2000-2006

Eixo III – Intervenções da Administração Central Regional / Desconcentradas

Medida 3.8. – Saúde

Tipologia de Actividades

- Inventário sistematizado de ajudas técnicas disponíveis nas instituições.
- Registo de beneficiários e de instituições prestadoras.
- Protocolo para criação de uma oficina de manutenção e adaptação de ajudas técnicas.
- Desenho de ajudas técnicas específicas.

PROJECTO “ALARGAMENTO DA RESPOSTA DE APOIO”

Problema:

- Acentuada insuficiência de cobertura do serviço de apoio domiciliário integrado face às necessidades da comunidade.

Manifestações:

- Elevado número de idosos em situação de isolamento, sem qualquer tipo de retaguarda familiar ou social.
- Falta de condições para a permanência dos idosos no seu domicílio ou meio social em casos em que essa seria a resposta mais apropriada.

Causas:

- Existem apenas duas equipas de apoio domiciliário no concelho, abrangendo um total de 25 utentes.
- Inadequação da resposta de internamento em lar num número importante de casos.

GRELHA-SÍNTESE DO PROJECTO “ALARGAMENTO DA RESPOSTA DE APOIO”

Impactos Previstos	Objectivos Estratégicos	Objectivos Específicos	Resultados	Indicadores
<p>Aumento da cobertura da resposta “apoio domiciliário integrado”.</p>	<p>Melhorar a qualidade de vida e dos cuidados globais prestados aos idosos em situação de isolamento.</p> <p>Facilitar o acesso dos idosos em situação de isolamento a cuidados de higiene, alimentação e saúde.</p>	<p>Até 2005, criar 10 novos lugares no âmbito do serviço de apoio domiciliário integrado do Centro Social Paroquial N. Sr.ª de Fátima.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Feito o diagnóstico participado e objectivo que fundamenta a necessidade de alargamento da resposta “apoio domiciliário integrado”. - Preparada uma proposta por escrito a apresentar junto das instâncias apropriadas. - Revisto o acordo estabelecido com a Segurança Social para 15 utentes. 	<ul style="list-style-type: none"> - N.º de idosos abrangidos pela resposta de apoio domiciliário integrado. - N.º de idosos em lista de espera para receber apoio domiciliário integrado. - N.º estimado de idosos em situação de isolamento e sem suporte familiar e social. - N.º de prestadores que constituem a equipa de apoio domiciliário integrado.

Entidade Promotora: Centro Social e Paroquial N. Sr.^a de Fátima

Parceria de Suporte

- Grupo de trabalho “idosos”
- IPSS’s que prestam serviços à população idosa

Recursos

- Programas e Medidas de Âmbito Nacional

Medida/Programa: Apoio Domiciliário Integrado

Programa de Apoio Integrado a Idosos

Tipologia de Actividades

- Diagnóstico de necessidades de alargamento.
- Revisão de acordo com a Segurança Social.

**PROJECTOS ESTRUTURANTES DO GRUPO
“TOXICODEPENDÊNCIAS”**

PROGRAMA DE INTERVENÇÃO EM ALCOOLOGIA

Entidade proponente:

Núcleo de Alcoologia da Sub-Região de Saúde de Viana do Castelo.

Entidade Executora:

Núcleo de Alcoologia da Sub-Região de Saúde de Viana do Castelo.

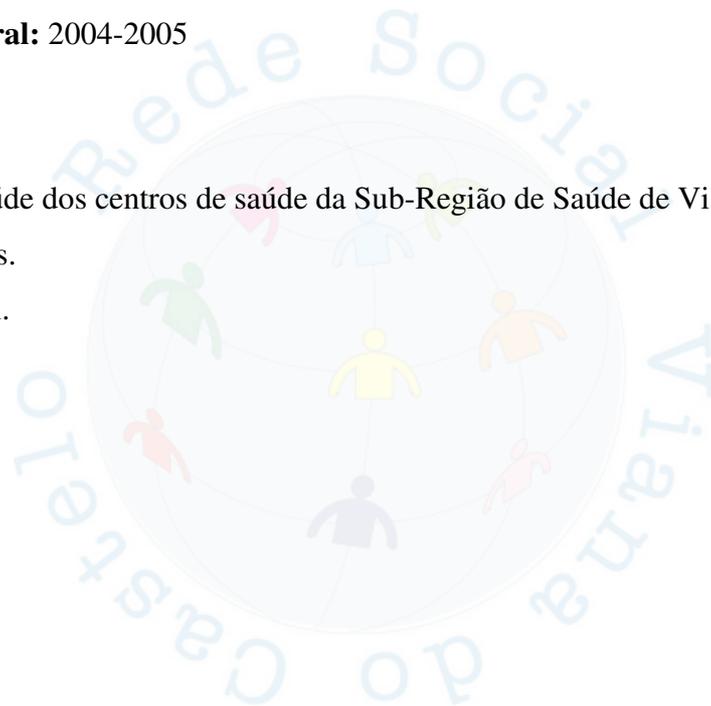
Horizonte Temporal: 2004-2005

População-Alvo:

Profissionais de saúde dos centros de saúde da Sub-Região de Saúde de Viana do Castelo.

Outros profissionais.

População em geral.



OBJECTIVOS

Objectivo Geral:

Redução do alcoolismo e dos problemas ligados ao álcool, através da prevenção, tratamento e coordenação das actividades no âmbito da alcoologia.

Objectivos Específicos:

- Dotar os profissionais de saúde com conhecimentos em alcoologia que lhes permitam uma melhor e mais precoce identificação dos utentes com consumo excessivo de álcool.
- Dotar os profissionais de saúde com conhecimentos e metodologias de tratamento.
- Visar uma abordagem que permita ajudar o indivíduo que bebe em excesso ou que supera os limites do risco.
- Contribuir para uma estratégia articulada de redução dos problemas ligados ao álcool (PLA) assente na promoção da saúde.

METAS

Meta 1 – Até ao final de Março de 2004, criar uma equipa sub-regional de alcoologia, constituída por cinco elementos: interlocutor do programa, médico de saúde pública, enfermeiro, assistente social e psicólogo.

Meta 2 – Até ao final de Março de 2004, criar equipas locais de alcoologia, envolvendo, pelo menos, cinco dos centros de saúde da Sub-Região de Saúde de Viana do Castelo (SRSVC), sendo cada uma constituída por três elementos: médico, enfermeiro e assistente social.

Meta 3 – Até ao final de Junho de 2004, criar e dar formação a uma equipa de formadores em alcoologia da SRSVC, constituída pela equipa sub-regional e por, pelo menos, cinco equipas locais.

Meta 4 – Até ao final de Março de 2005, ministrar acções de formação em alcoologia a pelo menos 50% dos profissionais de saúde dos centros de saúde envolvidos.

Meta 5 – Até ao final de Dezembro de 2004, estabelecer um protocolo de articulação entre os cuidados de saúde primária (CSP) e o Serviço de Psiquiatria e Saúde Mental do Centro Hospitalar do Alto Minho (CHAM).

Meta 6 – Até ao final de Dezembro de 2005, estabelecer parcerias, com pelo menos uma entidade no âmbito da alcoologia.

ESTRATÉGIAS

- Criar uma equipa de formadores em alcoologia da SRSVC, constituída pela equipa sub-regional e por, pelo menos, cinco equipas locais.
- Acções de formação sobre alcoolismo e PLA destinadas à equipa de formadores, ministrada pelos técnicos do Centro Regional de Alcoologia do Norte (CRAN).
- Acções de formação sobre alcoolismo e PLA destinadas aos profissionais de saúde dos centros de saúde, ministradas pela equipa de formadores.
- Estabelecer protocolo de articulação entre os CSP/SRSVC e o Serviço de Psiquiatria do CHAM.
- Identificar, conhecer e estabelecer parcerias com entidades associativas no âmbito da alcoologia.

ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA DE INTERVENÇÃO EM ALCOOLOGIA

Objectivos:

- Acompanhar a implementação do Plano de Intervenção em Alcoologia da Sub-Região de Saúde.
- Contribuir para a convergência de recursos e respostas nesta área de intervenção, bem como para o funcionamento concertado de uma rede de serviços/respostas que vá ao encontro das necessidades do respectivo grupo-alvo.
- Potenciar o alcance e o impacto da intervenção levada a cabo no âmbito do Plano de Intervenção em Alcoologia.
- Promover a participação comunitária em geral, e o envolvimento dos alcoólicos em particular, na resolução dos problemas associados ao alcoolismo.
- Sensibilizar a população, especialmente as camadas mais jovens, para a problemática do alcoolismo, numa perspectiva de prevenção primária e utilizando como suporte o movimento associativo e a rede escolar.

Impactos e Resultados Esperados:

- Consolidação da rede social e do seu modelo de funcionamento.
- Desenvolvimento de uma resposta integrada e multisectorial à problemática do alcoolismo.
- Aumento da cobertura e da capacidade de resposta instalada.

Destinatários:

- Parceiros constituintes do Conselho de Acompanhamento do Plano de Intervenção em Alcoologia.
- Instituições ou projectos que, futuramente, mostrem interesse em associar-se a este trabalho de parceria ou que participem pontualmente em reuniões do Conselho na qualidade de convidados.

Metodologia de Execução:

A preparação das reuniões cabe ao Conselho de Parceiros, sendo essa responsabilidade assumida rotativamente pelas instituições que o compõem.



II. PROJECTOS ESTRUTURANTES ESPECÍFICOS (MICRO-TERRITORIAIS)

Da mesma forma que os projectos transversais, procuram fazer convergir respostas e recursos sobre problemáticas multicausais identificadas como prioritárias, não obstante corresponderem a um nível de intervenção mais micro-territorial. Em concreto, relevam do trabalho realizado pelas Comissões Sociais Inter-Freguesias (CSIF), designadamente da concretização de um diagnóstico social e de um plano de intervenção local devidamente articulado com as linhas de orientação definidas a nível concelhio.

No momento actual de implementação da rede no concelho, estão a ser constituídas as primeiras cinco CSIF de um conjunto de dez que se espera venha a cobrir a totalidade das quarenta freguesias que o compõem. Dada a relativa insipiência deste processo, ainda em curso, não é possível avançar com projectos estruturantes, ainda que estejam já previstas algumas actividades nesse sentido, cuja definição pode encontrar-se, mais adiante, no Plano de Acção.

INTERVENÇÃO INFRA-ESTRUTURANTE

INTERVENÇÃO INFRA-ESTRUTURANTE

A intervenção social dos actores no território é condicionada por um conjunto de factores de âmbito nacional, regional e municipal que, preexistindo ao PDS, não pode deixar de ser observado.

Atentos alguns instrumentos de planeamento considerados mais relevantes, descrevem-se as suas orientações regulamentadoras gerais, procurando dar ênfase aos aspectos que, de uma forma mais evidente, se entrecruzam com as linhas de orientação definidas para o desenvolvimento concelhio. São também apresentados elementos indicativos da cobertura prevista em termos de equipamentos de apoio social.



I. PLANO NACIONAL DE ACÇÃO PARA A INCLUSÃO (PNAI) 2003 – 2005

1. O PNAI E O PROGRAMA REDE SOCIAL: O CAMINHO PARA A PARTICIPAÇÃO

O PNAI define uma estratégia nacional enquadrada por quatro objectivos comuns aos quinze Estados-Membros da União Europeia. Para além de traçar um diagnóstico global da realidade social do país, este instrumento procura sistematizar todas as medidas, projectos e programas que possam contribuir para a resolução dos problemas associados à pobreza e à exclusão social. O Programa Rede Social é um deles, desempenhando um papel crucial na própria monitorização daquele plano. A interacção entre os dois níveis de planeamento em questão concretiza-se bilateralmente, quer pelo enriquecimento que o conhecimento mais territorializado das situações de pobreza e exclusão social (produzido pelos Diagnósticos Sociais das várias redes concelhias) pode dar ao PNAI, quer pela incorporação nos Planos de Desenvolvimento Social de orientações cada vez mais próximas das realidades locais. O resultado final desta simbiose poderá trazer, assim se espera, um contributo decisivo na adequação das medidas de política de âmbito nacional aos reais problemas e necessidades dos cidadãos.

Plano Nacional de Acção para a Inclusão	Programa Rede Social
<ul style="list-style-type: none">- Instrumento de planeamento.- Âmbito nacional.- Define estratégia nacional concertada para a inclusão social.- Define metas e prioridades, desenha políticas sociais e inventaria instrumentos para a intervenção.	<ul style="list-style-type: none">- Programa estruturante.- Âmbito concelhio.- Visa o desenvolvimento de parcerias e a articulação das intervenções sociais dos diferentes actores locais.- Confere eficácia ao conjunto das intervenções sociais através do planeamento integrado e participado.

Em última análise, e procurando sintetizar de que forma a Rede Social e o PNAI confluem para a participação e a coesão social, cabe à primeira concretizar os objectivos nacionais macro-orientadores, inscrevendo-os em projectos e acções específicas e definidas “à medida” dos problemas concretos localmente identificados.

2. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

O PNAI 2003-2005 define a estratégia global a desenvolver, a nível nacional, neste período de tempo, e no quadro dos objectivos comuns definidos para a União Europeia. Trata-se de um instrumento de planeamento que engloba vários componentes estratégicos, permitindo uma abordagem multidimensional que parte de uma dimensão mais abstracta para se aproximar, numa sucessão de passos (princípios orientadores, eixos estratégicos de intervenção e grandes desafios), da acção concreta.

Em seguida, enunciam-se os objectivos comuns enformadores e os componentes estratégicos que conduzem à grande finalidade do Plano: a **promoção da inclusão social de todos**.

2.1. Os Quatro Objectivos Europeus Comuns:

- 1 – Promover a participação no emprego e o acesso de todos aos recursos, aos direitos, aos bens e aos serviços.
- 2 – Prevenir os riscos de exclusão.
- 3 – Actuar em favor dos mais vulneráveis.
- 4 – Mobilizar o conjunto dos intervenientes.

2.2. Princípios Orientadores:

- Primado das políticas públicas com a participação activa da sociedade civil.
- Consagração do conceito de cidadania.
- Articulação da universalidade de direitos e deveres com a diferenciação positiva.
- Integração e multidimensionalidade como convergência das medidas económicas, sociais e ambientais.

- Territorialização.
- Igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.
- Responsabilização do conjunto da sociedade.
- Contratualização das respostas de protecção social.

2.3. Eixos Estratégicos de Intervenção:

- Articulação do desenvolvimento económico do país com as necessidades de melhoria da coesão social.
- Integração do objectivo da coesão social nas diversas políticas sectoriais.
- Modernização dos sistemas de protecção social.
- Desenvolvimento de programas integrados.
- Expansão, desenvolvimento e qualificação da rede de serviços e equipamentos sociais.
- Promoção da igualdade de facto entre mulheres e homens.
- Mobilização para a participação de todos os intervenientes, a todos os níveis.

2.4. Grandes Desafios:

- Reduzir o risco de pobreza, que era de 21.0% em 1999, em dois pontos percentuais até 2005.
- Reduzir fortemente a pobreza infantil até 2010.
- Até 2010, garantir que 25.0% dos desempregados de longa duração participem numa medida activa de empregabilidade.
- Atingir, até 2010, um nível médio de participação em acções de formação ao longo da vida de, pelo menos, 12.5% da população adulta em idade de trabalhar (25-64 anos).
- Reduzir para metade, até 2010, o número de jovens entre os 18 e os 24 anos que apenas dispõem de 9 ou menos anos de escolaridade e não participem em acções de formação complementares.
- Fazer convergir as pensões mínimas com valores indexados ao salário mínimo nacional, até 2006.
- Criar e implementar um sistema de auditoria social às instituições de acolhimento de crianças em risco, pessoas com deficiência e idosos, tendo em vista qualificar o seu funcionamento.
- Garantir que cada cidadão tenha médico de família.

- Garantir a disponibilidade, até 2010, de estruturas de acolhimento para, pelo menos, 90.0% das crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade da escolaridade obrigatória e para pelo menos 33.0% das crianças com menos de 3 anos.
- Promover o desenvolvimento de 50 Planos Locais para as crianças e jovens em risco/perigo, em territórios com maior incidência desta problemática.
- Combater o abandono escolar precoce para atingir, até 2010, uma taxa média não superior a 10.0%.
- Assegurar a contratualização para a inserção às pessoas identificadas pelos serviços de acção social como estando em situação de exclusão social e que reúnam condições para assinarem um contrato de inserção social adequado à sua situação concreta.

Para cada Objectivo Comum, são ainda identificáveis um conjunto de domínios estratégicos de actuação, tal como é ilustrado no quadro que se segue.

Objectivos Comuns	Domínios Estratégicos
Promoção da participação no emprego e do acesso aos recursos, aos direitos, aos bens e aos serviços	<ul style="list-style-type: none"> - Formação profissional e empregabilidade. - Promoção da igualdade de acesso à educação, à formação e ao mercado de trabalho. - Reforço da educação e formação ao longo da vida. - Modernização do sistema de protecção social. - Promoção da habitação a preços compatíveis com o rendimento das famílias.
Prevenção dos riscos de exclusão	<ul style="list-style-type: none"> - Generalização das tecnologias de informação e comunicação. - Preservação dos laços familiares e das redes de solidariedade.

Objectivos Comuns	Domínios Estratégicos
Actuação em favor dos mais vulneráveis	<ul style="list-style-type: none"> - Contratualização nas medidas de inserção social dos grupos mais desfavorecidos. - Aplicação do RSI. - Prevenção e luta contra as situações de risco para as crianças. - Promoção de projectos de desenvolvimento local.
Mobilização do conjunto dos intervenientes	<ul style="list-style-type: none"> - Dinamização com vista à participação de todos, a todos os níveis, no processo PNAI.

3. ARTICULAÇÃO PNAI / PDS

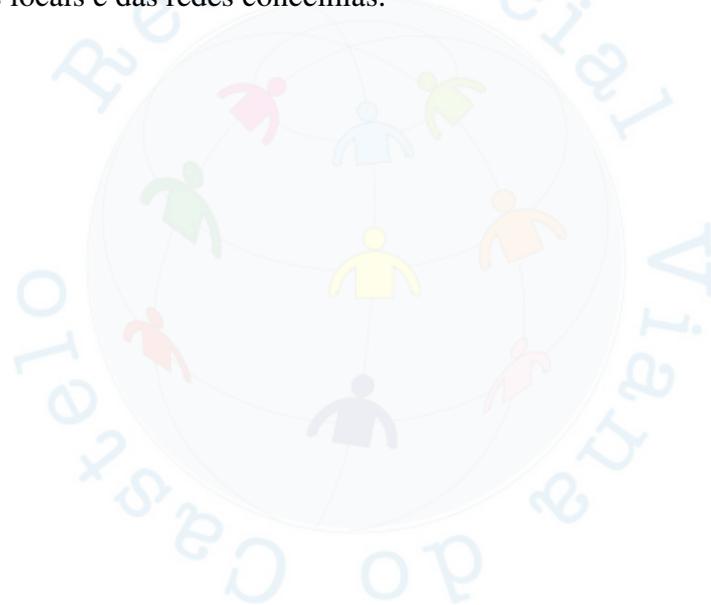
Antes de mais, a implementação de redes locais para o desenvolvimento constitui já, em si mesma, o paradigma da aplicação de um dos princípios orientadores do PNAI: a territorialização. Nessa medida, as redes sociais, cujas redes de cooperação estão já estabelecidas, são o melhor motor para, a nível local, dinamizar a participação consagrada no PNAI.

Atentos os objectivos comuns aos quinze Estados-Membros que enquadram o PNAI, é fácil colocar em evidência a forma como se entrecruzam com os grandes vectores que corporizam a dimensão estruturante do Plano de Desenvolvimento Social. O quadro que se segue permite visualizar com maior clareza essa relação.

Vectores PDS / Objectivos PNAI	Promoção da participação no emprego e do acesso aos recursos, aos direitos, aos bens e aos serviços	Prevenção dos riscos de exclusão	Actuação em favor dos mais vulneráveis	Mobilização do conjunto dos intervenientes
Desenvolvimento da rede de serviços e equipamentos de apoio social	X			X
Desenvolvimento de planos integrados de intervenção sobre territórios e populações vulneráveis		X	X	X
Promoção da saúde e da qualidade de vida		X		X
Promoção da igualdade no acesso à educação, formação e emprego	X	X	X	X
Implementação da rede para o desenvolvimento local e capacitação dos intervenientes				X
Desenvolvimento organizacional, promoção da participação e <i>empowerment</i> da comunidade				X

No que se prende com a análise global dos grandes desafios enunciados no PNAI, cabe sublinhar a importância conferida a determinadas áreas de intervenção e grupos-alvo específicos que são claramente priorizados neste PDS. São os casos da formação/emprego, da educação e da saúde, por um lado, e das crianças e jovens em risco e dos idosos, por outro. Note-se ainda que alguns dos desafios assumidos no PNAI são identificados no PDS como prioridades estratégicas a médio e longo prazo, designadamente o combate ao abandono escolar precoce.

Uma última nota para referir que o Programa Rede Social poderá ser o aliado privilegiado do PNAI na consecução de um dos seus objectivos ainda não atingidos: o de dar visibilidade à intervenção ao nível local. A participação plena da sociedade civil é também um objectivo fundamental que perpassa todo o PNAI e cuja concretização deverá tomar como ponto de partida o nível das realidades locais e das redes concelhias.



II. PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DO VALE DO LIMA 2000-2006 (Associação de Municípios do Vale do Lima)

Este plano propõe-se, em termos gerais, enquadrar estrategicamente as intervenções futuras de todos os actores relevantes a nível local e regional, no âmbito do III QCA.

À semelhança do PDS, inscreve-se numa óptica de consolidação de práticas de planeamento estratégico e de metodologias de concertação interinstitucional. Nessa medida, e salvaguardando o âmbito supra municipal do Plano Estratégico do Vale do Lima (PEVL), a intervenção concelhia enquadrada pelo PDS pode contribuir para a promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável do território.

O PEVL oferece uma perspectiva globalizante das condicionantes e das potencialidades que se abrem ao território e define como sendo a sua finalidade “promover uma base produtiva sustentável, compatível com a imagem que o território pretende difundir e que seja susceptível de fixar população jovem crescentemente escolarizada, atrair novos residentes activos e assegurar níveis mais elevados de coesão territorial e social.”

São definidas linhas de orientação estratégica numa série de domínios, que importa elencar e incorporar em futuras intervenções no concelho:

- Recursos e dinâmicas de base produtiva instalada.
- Qualificação dos recursos humanos e do emprego.
- Equipamentos sócio-culturais, património, dinâmicas e práticas culturais.
- Contextos sociais e processos de mudança.

1. RECURSOS E DINÂMICAS DE BASE PRODUTIVA INSTALADA

1.1. Sector Agro-Florestal

Nesta matéria, as orientações vão no sentido seguinte:

- Aposta na qualificação do espaço rural e na recuperação de práticas tradicionais.
- Integração da fileira turismo/agricultura/ambiente/cultura.
- Valorização de práticas e produtos tradicionais.

- Exploração de potencialidades nas áreas da horto-floricultura e da agricultura biológica.

1.2. Turismo

A região oferece condições de excelência para a prática de desportos náuticos e marítimos, o que tem fomentado a implantação de organizações de turismo activo e desportos radicais.

A qualidade do serviço prestado mostra-se insuficiente face às actuais exigências, pelo que a formação para activos da hotelaria é assumida como estratégia-chave de actuação. É também de incentivar a formação inicial de jovens para o desempenho das profissões de animadores turísticos nas vertentes formativas do património, ruralidade, natureza e desportos.

1.3. Tecido Empresarial e Indústria

O tecido industrial regional é bastante débil e com pouca diversificação sectorial, predominando as empresas de pequenas dimensões e com baixas produtividades. São apontados como vectores promissores os seguintes sectores:

- Papel e cartão;
- Produtos de madeira;
- Componentes de automóveis;
- Produtos metálicos e de electrónica;
- Produtos em granito.

A grande oportunidade de desenvolvimento do eixo do Vale do Lima será a criação de políticas de acolhimento empresarial e de atracção de investimento.

Os **objectivos estratégicos** definidos para esta área são:

- Afirmar a região como espaço de atractividade industrial em estreita ligação com uma imagem patrimonial e ambiental de excelência.
- Dinamizar o tecido económico privilegiando a emergência de atitudes de cooperação empresarial.
- Desenvolver e qualificar a oferta de serviços de apoio à actividade empresarial (*design* industrial, *marketing*, fiscalidade, consultoria de gestão, certificação).
- Reforçar a articulação, em matéria de formação profissional, entre Instituto Politécnico, escolas profissionais e centros de formação.

- Potenciar a componente de formação profissional de nível intermédio.
- Apoiar a implantação de empresas inovadoras.
- Apoiar iniciativas interinstitucionais para o aumento da competitividade regional, atracção de investimento e dinamização da cooperação económica.

2. QUALIFICAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS E DE EMPREGO

No tocante a este domínio, as orientações expressas vão no sentido da potenciação das possibilidades, ainda subproveitadas, que oferecem os mecanismos de intervenção já actuantes na matéria:

- Os serviços de orientação vocacional, escolar e profissional (serviços das escolas, UNIVA's, clubes de emprego), que frequentemente falham na ligação entre a realidade do sistema escolar e formativo e a do tecido institucional e empresarial sediado na área.
- Os serviços públicos de emprego, que revelam dificuldades na implementação de acções que respondam de uma forma efectiva aos problemas localmente diagnosticados.
- Os promotores públicos e privados de formação inicial e contínua, com um grau de penetração crescente, que ficam largamente aquém do desejável no que se refere ao binómio formação / emprego.

O PEVL salienta ainda a necessidade de explorar novos segmentos do mercado de emprego, designadamente o segmento ocupacional, a criação de emprego nas áreas da economia social e serviços de proximidade (onde é evidente a necessidade de cobertura e qualificação dos serviços prestados), e as diversas actividades associadas à dinamização do sector turístico.

3. EQUIPAMENTOS SÓCIO-CULTURAIS, PATRIMÓNIO, DINÂMICAS E PRÁTICAS CULTURAIS

O PDVL aponta alguns caminhos para potenciar a fixação local da população no que diz respeito à ocupação dos momentos de lazer:

- A oferta de ensino e formação no campo artístico e cultural deve ser uma prioridade política para o sector.
- A educação ambiental é uma boa aposta em termos formativos.

- O papel das colectividades e associações culturais e desportivas deve ser reforçado.
- A apetência pelo lazer activo e em contacto com a natureza e a busca do retorno ao mundo e aos valores rurais são oportunidades a explorar.

São os seguintes os grandes **objectivos estratégicos** para o domínio:

- Criar uma nova centralidade cultural no Vale do Lima.
- Promover a profissionalização do sector.
- Apostar na descentralização cultural para as freguesias rurais.
- Investir na formação de públicos.
- Desenvolver a cooperação institucional.
- Qualificar os espaços de lazer e de sociabilidade urbana.

4. CONTEXTOS SOCIAIS E PROCESSOS DE MUDANÇA

Perante a análise dos factores associados à pobreza e vulnerabilidade social e dos constrangimentos à mudança, são apontadas como linhas de orientação estratégica:

- Criação de um corpo técnico especificamente vocacionado para a gestão das diferentes escalas de intervenção social, da responsabilidade do Município ou outro actor relevante no quadro concelhio e centralizado na sede do concelho.
- Motivação para a criação do auto-emprego e de micro-empresas alicerçadas no mercado social de emprego para um conjunto diversificado de pessoas em situação ou risco de exclusão e potenciando os recursos locais.
- Fomento de parcerias com o tecido industrial instalado.
- Criação de parcerias com o tecido escolar envolvente.

5. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

Numa tentativa de antecipação de cenários de desenvolvimento futuro, conclui-se que, ainda que não tenha sido possível, até agora, encontrar uma base sustentada para a competitividade do Vale do Lima, são identificáveis um conjunto de domínios promissores que devem concentrar os esforços dos agentes públicos e privados com relevância social a nível local e regional:

- **Turismo, ambiente e lazer.**
- **Nova capacidade de atracção industrial.**
- **Fileira cultura / sistema urbano.**

5.1. Desafios Mobilizadores

- Afirmar o Vale do Lima como um novo espaço de atractividade industrial em estreita e sólida integração com uma imagem patrimonial e ambiental de excelência.
- O Vale do Lima como espaço de coesão exemplar litoral-interior em estreita harmonia com os valores do desenvolvimento sustentável.
- O Vale do Lima como uma rede de centros urbanos em interligação criadora com o desenvolvimento sustentável.
- O Vale do Lima como espaço de experimentação de novas formas de convivência entre a tradição e a modernidade.
- Consagrar o Vale do Lima como espaço de “rurbanização” exemplar e excelente.

III. CARTA EDUCATIVA

1. ENQUADRAMENTO LEGAL

O Decreto-Lei nº 7/2003 de 15 de Janeiro regula as competências, composição e funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação, instâncias que têm por objectivo promover a coordenação da política educativa a nível concelhio.

A Carta Educativa é um importante instrumento de planeamento e ordenamento da rede de ofertas de educação e ensino, sendo a sua elaboração da competência da Câmara Municipal, com o devido acompanhamento do Conselho Municipal de Educação (CME), que emite parecer a aprovar na assembleia municipal. Cabe a este Conselho identificar os edifícios e equipamentos educativos previstos para o concelho e respectiva localização geográfica, bem como as ofertas da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, contemplando a rede pública, privada, cooperativa e solidária.

2. O CME E A REDE SOCIAL: PONTOS DE CONVERGÊNCIA

Ainda que o CME tenha um âmbito de actuação mais restrito do que o da rede social, incidindo especificamente sobre matérias que à política educativa dizem respeito, ambos consubstanciam espaços de congregação de esforços, partilhando entre si princípios estratégicos fundamentais, dos quais se salientam os seguintes (e a forma como se concretizam no caso do CME):

- Lógica de articulação entre prioridades globais e especificidades locais, através da adequação da rede de equipamentos e respostas escolares às necessidades locais, baseada na estreita colaboração entre os órgãos municipais e os serviços do Ministério da Educação, contribuindo assim para a territorialização da intervenção.

- Incentivo às relações de cooperação e de parceria entre organismos públicos e iniciativa social privada, cabendo ao CME articular a intervenção dos agentes educativos e dos parceiros sociais.

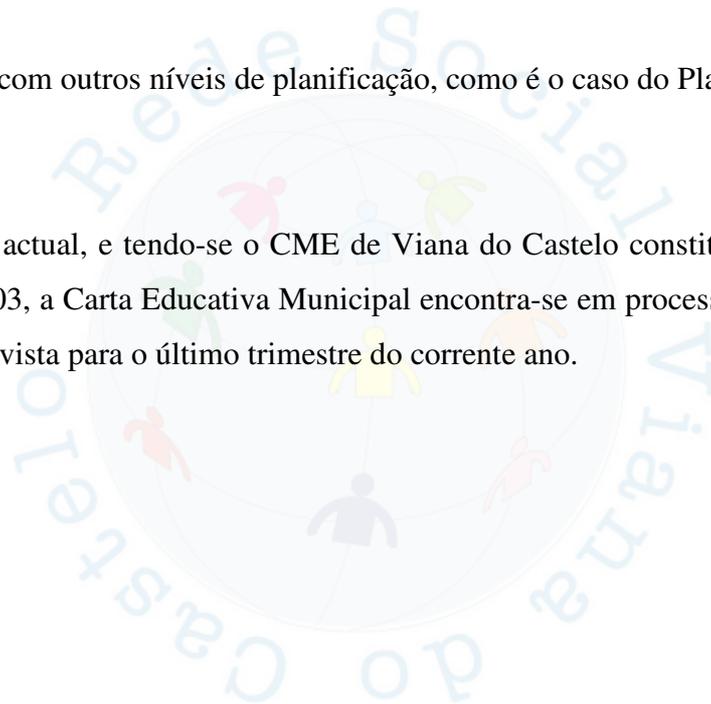
- Valorização da complementaridade de respostas, tendo em vista a distribuição equitativa de equipamentos escolares e recursos no concelho e a salvaguarda das suas necessidades de oferta formativa (o que resulta, em última instância, no adequado ordenamento da rede educativa municipal).

- Ênfase numa perspectiva desenvolvimental e preventiva da exclusão social.

- Metodologia assente na produção de instrumentos de planeamento integrado e sistemático, designadamente a carta educativa.

- Articulação com outros níveis de planificação, como é o caso do Plano Director Municipal.

No momento actual, e tendo-se o CME de Viana do Castelo constituído formalmente em 12 de Setembro de 2003, a Carta Educativa Municipal encontra-se em processo de elaboração, estando a sua conclusão prevista para o último trimestre do corrente ano.



IV. PLANO DIRECTOR MUNICIPAL

A política de ordenamento do território e urbanismo assenta num sistema de gestão territorial que, no âmbito municipal, se concretiza através dos planos municipais de ordenamento de território, compreendendo os planos directores municipais, os planos de urbanização e os planos de pormenor.

O Plano Director Municipal (PDM) constitui um importante instrumento estratégico de planeamento, tendo por função definir um modelo de organização municipal que deve constituir uma expressão territorial da estratégia de desenvolvimento local.

Tendo em conta o conteúdo material do PDM definido no Decreto-Lei nº 380/99 de 22 de Setembro, salientam-se os seguintes pontos, por realçarem a importância de articulação entre o referido instrumento e o PDS:

- Definição e caracterização da área de intervenção, identificando as redes urbana, viária, de transportes e de equipamentos de educação, de saúde, de abastecimento público e de segurança, bem como os sistemas de telecomunicações, de abastecimento de energia, de captação, de tratamento e abastecimento de água, de drenagem e tratamento de efluentes e de recolha, depósito e tratamento de resíduos.
- Definição dos sistemas de protecção dos valores e recursos naturais, culturais, agrícolas e florestais, identificando a estrutura ecológica municipal.
- Referenciação espacial dos usos e das actividades, nomeadamente através da definição das classes e categorias de espaços.
- Identificação das áreas e definição de estratégias de localização, distribuição e desenvolvimento das actividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços.

V – COBERTURA PREVISTA EM EQUIPAMENTOS DE ACÇÃO SOCIAL

1. PROJECTOS APROVADOS EM PIDDAC SEM EXECUÇÃO

Instituição:

Centro Social Paroquial de Vila Nova de Anha

Valências/Nº de Utentes:

Lar – 25 utentes

Instituição:

Casa Sacerdotal do Seminário de Viana

Valências/Nº de Utentes:

Lar de Idosos – 17 utentes

Centro de Dia – 12 utentes

Instituição:

Santa Casa da Misericórdia

Valências/Nº de Utentes:

Unidade de Apoio Integrado (UAI) – 30 utentes

Apoio Domiciliário Integrado (ADI) – 20 utentes

Instituição:

Centro Paroquial Social de Lanheses

Valências/Nº de Utentes:

Lar de Idosos – 16 utentes

Centro de Dia – 30 utentes

Centro de Actividades de Tempos Livres – 25 (com alimentação) + 25 (sem alimentação) utentes

2. PROCESSOS DE CANDIDATURA COM ENTRADA ATÉ AGOSTO DE 2002*

Instituição:

Associação de Reformados e Pensionistas de Viana

Valências/Nº de Utentes:

Centro de Dia – 30 utentes

Centro de Convívio

Lar Residencial: 6 utentes

Fase do Processo:

Não tem estudo prévio aprovado.

Não tem projecto de execução aprovado.

Instituição:

Centro Social e Cultural de Vila de Punhe

Valências/Nº de Utentes:

Lar de Idosos – 20 utentes

Centro de Dia – 30 utentes

Apoio Domiciliário – 20 utentes

Fase do Processo:

Tem estudo prévio aprovado.

Não tem projecto de execução aprovado.

* Data em que deixaram de ser aceites novas candidaturas ao PIDDAC.

Instituição:

Casa dos Rapazes e Oficinas de S. José

Valências/Nº de Utentes:

Lar de Jovens – 29 utentes

Centro de Actividades de Tempos Livres – 25 utentes

Fase do Processo:

Tem estudo prévio aprovado.

Não tem projecto de execução aprovado.

Instituição:

Centro Social e Cultural da Paróquia de Cardielos

Valências/Nº de Utentes:

Lar de Idosos – 14 utentes

Fase do Processo:

Tem estudo prévio aprovado.

Não tem projecto de execução aprovado.

Instituição:

Centro Paroquial Social de Serreleis

Valências/Nº de Utentes:

Lar de Idosos – 20 utentes

Centro de Dia – 25 utentes

Apoio Domiciliário – 30 utentes

Centro de Actividades de Tempos Livres – 50 utentes

Fase do Processo:

Não tem estudo prévio aprovado.

Não tem projecto de execução aprovado.

Instituição:

Centro Paroquial Social de Mujães

Valências/Nº de Utentes:

Centro de Convívio – 30 utentes

Apoio Domiciliário – 20 utentes

Centro de Actividades de Tempos Livres – 20 (com alimentação) + 30 (sem alimentação) utentes

Fase do Processo:

Tem estudo prévio aprovado.

Não tem projecto de execução aprovado.

Instituição:

Centro Social e Cultural da Meadela

Valências/Nº de Utentes:

Creche – 30 utentes

Fase do Processo:

Não tem estudo prévio aprovado.

Não tem projecto de execução aprovado.

Instituição:

Centro Social e Cultural de Carreço

Valências/Nº de Utentes:

Centro de Convívio – 30 utentes

Lar de Idosos – 20 utentes

Centro de Actividades de Tempos Livres – 40 utentes

Apoio Domiciliário – 20 utentes

Fase do Processo:

Tem projecto de execução aprovado.

Instituição:

Centro Social Paroquial de Deão

Valências/Nº de Utentes:

Lar de Idosos

Creche

Fase do Processo:

Não tem estudo prévio aprovado.

Não tem projecto de execução aprovado.

Instituição:

Associação Desportiva Cultural e Social de Subportela

Valências/Nº de Utentes:

Centro de Actividades de Tempos Livres

Centro de Convívio

Centro de Dia

Apoio Domiciliário

Fase do Processo:

Não tem estudo prévio aprovado.

Não tem projecto de execução aprovado.

Instituição:

Centro Social Paroquial de Vila Nova de Anha

Valências/Nº de Utentes:

Creche

Fase do Processo:

Tem projecto de execução aprovado.

Instituição:

Centro Social Paroquial de Vila Fria

Valências/Nº de Utentes:

Lar de Idosos – 20 utentes

Centro de Dia – 10 utentes

Creche – 35 utentes

Apoio Domiciliário – 20 utentes

Fase do Processo:

Tem estudo prévio aprovado.

Instituição:

Posto de Assistência Social de Alvarães

Valências/Nº de Utentes:

Creche – 40 utentes

Fase do Processo:

Não tem estudo prévio aprovado.

Não tem projecto de execução aprovado.

VISÃO ESTRATÉGICA DA INTERVENÇÃO

VISÃO ESTRATÉGICA DA INTERVENÇÃO

Para além de fornecer uma visão agregadora e promover a convergência de respostas num conjunto de problemáticas prioritárias, o PDS define alguns parâmetros para a intervenção futura no concelho, apontando metas a alcançar e caminhos a percorrer. De certa forma, trata-se de responder, ainda que parcialmente, à questão “em que sentido deve ir a intervenção?”, deixando o “como fazer” em aberto à criatividade dos actores sociais e à imprevisibilidade de uma realidade social em permanente mudança.

Os eixos estratégicos apresentados são indicativos e resultam do trabalho conjunto desenvolvido pelos parceiros no âmbito dos grupos temáticos, o mesmo se aplicando à tipologia de intervenções que os acompanha.

Apresentam-se ainda os critérios utilizados para a emissão de pareceres técnicos, que deverão ser observados pelas instituições que pretendam submeter candidaturas a aprovação.

Por último, deixam-se algumas “pistas” na área do planeamento prospectivo, que passam pela projecção de necessidades e previsão de respostas prioritárias a médio e longo prazo, seguindo o modelo de eixos de intervenção estruturante transversal já apresentado.

I. EIXOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO

1. GRUPO “EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E EMPREGO”

Adequação da Oferta Formativa às Necessidades do Mercado

Tipologia de Intervenções:

- Diagnóstico de necessidades.
- Grupos participados de diagnóstico com as empresas.

2. GRUPO “CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO”

Serviços e Respostas de Apoio para as Famílias

Tipologia de Intervenções:

- Respostas para jovens sem mobilidade.
- Horários alargados de funcionamento das instituições (noite e fins de semana).

3. GRUPO “IDOSOS”

Alargamento de Cobertura de Respostas e Serviços para os Idosos

Tipologia de Intervenções:

- Cobertura total do concelho pela resposta “apoio domiciliário”.
- Programas de animação comunitária para idosos, numa perspectiva de envelhecimento saudável.

Qualificação de Práticas das Instituições

Tipologia de Intervenções:

- Acções de formação contínua para os activos que trabalham com os idosos (com ênfase nas áreas da sexualidade, gestão de afectos e autonomia).
- Formação inicial para técnicos que pretendam trabalhar com idosos.

Optimização de Recursos Técnicos

Tipologia de Intervenções:

- Partilha entre instituições de serviços de transporte ou outros recursos.
- Integração de planos de actividades entre instituições.
- Projectos intergeracionais.

4. GRUPO “TOXICODEPENDÊNCIAS”

Intervenções em Rede, Multisectoriais e Multidisciplinares

Tipologia de Intervenções:

- Articulação entre respostas aos vários níveis.
- Reforço de recursos especializados.
- Guias de recursos na área.

II. GRELHA DE CRITÉRIOS A CONSIDERAR NA ANÁLISE TÉCNICA PARA A EMISSÃO DE PARECERES

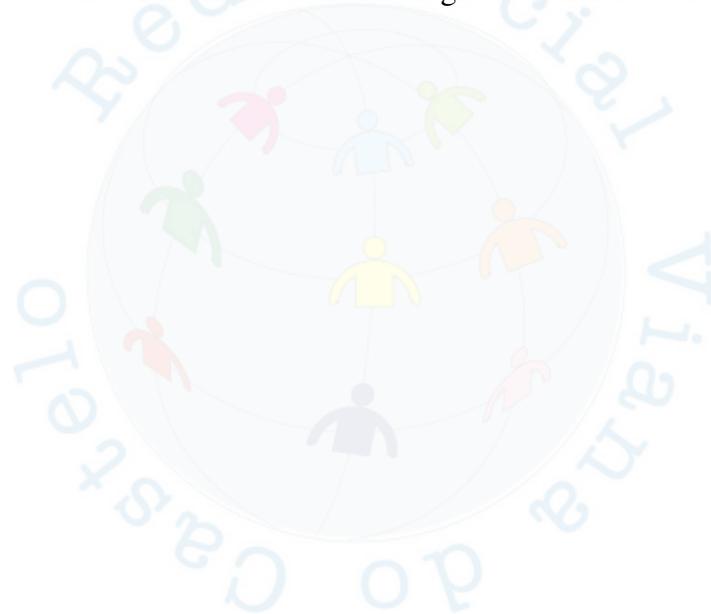
Critérios	Operacionalização	Pontuação	Ponderadores
1. Articulação dos Objectivos do Projecto com o Diagnóstico Social/ Plano de Desenvolvimento Social	1.1 Os objectivos do projecto/candidatura enquadram-se nos problemas identificados e nas necessidades definidas no Diagnóstico Social do Concelho ? Sim..... Não.....	 5 0	2
	1.2 Em que grau de prioridade identificada no diagnóstico (ou PDS) se encontram os objectivos do projecto/ candidatura ? Elevada..... Média..... Baixa..... Sem enquadramento nas prioridades.....	 5 3 1 0	2
2. Participação	2.1 O projecto/candidatura prevê a participação activa de outras entidades, especificando formas de partilha de recursos (humanos / material) ? Sim..... Não.....	 5 0	2
	2.2 O projecto/candidatura prevê a participação dos destinatários do mesmo, na definição, dinamização e/ou avaliação das acções ? Sim..... Não.....	 5 1	2

Critérios	Operacionalização		Pontuação	Ponderadores
3. Sobreposição	3.1	O projecto/candidatura em análise vem sobrepor-se, nos seus objectivos e/ou acções previstas, a algum outro existente ? Sim..... Não.....	5 0	2
4. Complementaridade	4.1	O projecto/candidatura prevê relações de complementaridade com outros projectos / respostas existentes ? Sim..... Não.....	5 0	3
5. Sustentabilidade	5.1	O projecto/candidatura define estratégias que assegurem a continuidade sustentada da intervenção face ao fim do financiamento ? Sim..... Não.....	5 0	1
6. Valorização dos Recursos Locais	6.1	O projecto/candidatura prevê a utilização de recursos e / ou potencialidades do concelho ? Sim..... Não.....	5 1	1
7. Qualificação dos Recursos	7.1	O projecto/candidatura contempla acções que visem a qualificação de recursos humanos ? Sim..... Não.....	5 1	1
8. Divulgação de Informação	8.1	O projecto/candidatura prevê formas de divulgação de informação respeitante ao seu desenvolvimento ? Sim..... Não.....	5 1	1
9. Avaliação	9.1	O projecto/candidatura prevê avaliação ? Sim..... Não.....	5 0	1

Pontuação Final (resultante do somatório da pontuação atribuída a cada critério multiplicado pelo respectivo ponderador):

- 0 a 49 pontos – parecer desfavorável
- 50 a 100 – parecer favorável

Os pareceres emitidos serão complementados com informações localmente fornecidas, quer pela União Distrital das IPSS's, quer pelas Comissões Sociais Inter-Freguesias da área de influência em questão (e desde que aquelas se encontrem formalmente constituídas). As referidas informações deverão ser objectivamente fundamentadas no diagnóstico micro-territorial dos problemas e necessidades.



III. PLANEAMENTO PROSPECTIVO

Eixo 1 – Desenvolvimento da Rede de Equipamentos e Serviços de Apoio Social

1.1. Alargamento da Rede

- Aumento da cobertura de apoio aos idosos e às crianças.

No que se refere aos idosos, e tendo em conta que o movimento de envelhecimento populacional tende a prosseguir, a criação de respostas específicas para esta população constitui-se como linha orientadora fundamental para a intervenção social futura.

O crescente envelhecimento da população (pirâmide envelhecida na base e no topo) é, por si só, uma condição de vulnerabilidade à exclusão social. Dada a proporção que este fenómeno tem vindo a assumir, parece evidente que as fórmulas clássicas de protecção social ao idoso já não se adequam à realidade actual.

Embora as repostas de internamento (lares) continuem a ser a solução possível para muitos casos, a tónica deve ser colocada no reforço dos serviços de apoio domiciliário, designadamente na sua vertente integrada. A presença de um número elevado de idosos em situação de isolamento só vem tornar esta prioridade mais saliente.

O crescente número de crónico-dependentes merece também toda a atenção, sendo de assinalar a crescente prevalência de uma série de doenças associadas ao aumento da esperança de vida, o que torna as respostas existentes manifestamente insuficientes para atender às necessidades específicas desta população.

Relativamente às crianças, as creches existentes continuam a ser insuficientes para fazer face às necessidades, sobretudo devido às mudanças profundas no estilo de vida das famílias.

- Respostas de apoio para pessoas infectadas pelo VIH/Sida e suas famílias.

O número de indivíduos infectados por esta doença, de elevados custos familiares e sociais, tem vindo a crescer significativamente sem que esse aumento seja acompanhado pela criação de respostas específicas ou pela adaptação de respostas já existentes.

A problemática da Sida pode e deve ser abordada no enquadramento das respostas sociais em equipamentos e serviços já existentes, e desde que salvaguardada a adaptação às especificidades inerentes, sendo aconselháveis as respostas de base comunitária e integradas.

No que diz respeito a serviços e equipamentos específicos, destacam-se as seguintes possibilidades:

- Centros de acompanhamento psicossocial, com o objectivo de informar, orientar e apoiar social e psicologicamente indivíduos e famílias afectadas pelo VIH/Sida, com vista à prevenção e restabelecimento do seu equilíbrio funcional.

- Respostas em equipamento destinadas a pessoas infectadas em ruptura familiar e desfavorecimento sócio-económico.

- Serviço de apoio domiciliário que assegure a prestação de cuidados individualizados no domicílio.

1.2. Qualificação da Intervenção

- **Qualificação da rede de amas.**

A existente é manifestamente insuficiente para atender às necessidades e oferece poucas garantias de qualidade do serviço prestado.

- **Formação para técnicos das IPSS's** com valências de apoio aos idosos, às crianças e jovens e aos deficientes.

- **Formação para quadros dirigentes** das instituições.

Eixo 2 – Desenvolvimento de Planos Integrados de Intervenção sobre Territórios e Populações Vulneráveis

2.1. Intervenção sobre Grupos Específicos

- Mulheres vítimas de violência doméstica.

Embora o concelho tenha uma resposta em equipamento específica para este tipo de população (Casa Abrigo), a sua capacidade é manifestamente insuficiente face às necessidades identificadas.

Por outro lado, seria importante apoiar respostas de combate à violência doméstica, a montante e a jusante, designadamente:

- Campanhas de informação dirigidas à comunidade, que sensibilizem para a gravidade de um crime que pode afectar pessoas de todas as condições sociais, culturais e económicas, e cujo carácter público faz dele um problema que diz respeito a qualquer cidadão e que deve ser activamente denunciado e combatido por todos.

- Guias para mulheres vítimas de violência doméstica (efeitos psicológicos e sociais sentidos pela vítima, estratégias para protecção das vítimas e filhos, serviços e estruturas de apoio, a quem se pode denunciar, etc.).

- Acções de sensibilização/informação/formação para pessoas directa ou indirectamente envolvidas nesta problemática:

- . Agentes da GNR e PSP.
- . Funcionários dos tribunais.
- . Técnicos de IPSS's e outras instituições com respostas de apoio social à comunidade.
- . Comunidade escolar (alunos, professores e outros).
- . Associações com responsabilidades na defesa dos direitos humanos.

- Imigrantes de Leste

Um dos grandes desafios da acção para a inclusão é o recente fenómeno da imigração. As comunidades de imigrantes são extremamente vulneráveis, correndo o risco de criminalidade e de pobreza absoluta. Importa aprofundar as políticas de integração, com especial incidência nos domínios do emprego, da protecção de direitos e da educação/formação, e combater a visão estereotipada e estigmatizante do imigrante como ameaça ao emprego e qualidade de vida.

Eixo 3 – Promoção da Saúde e da Qualidade de Vida

3.1. Educação para a Saúde

- **Acções de sensibilização para a problemática dos menores em risco** tendo como público-alvo a comunidade escolar (professores, auxiliares de educação, pais).

- Actividades de **promoção de competências pessoais e sociais** dirigidas a crianças e jovens do ensino básico, numa fase o mais precoce possível do desenvolvimento sócio-afectivo.

- **Educação cívica e ambiental.**

Do conjunto das várias acções possíveis neste âmbito, destacam-se as seguintes:

- Apoio a projectos escolares incidentes nestas áreas.
- Promoção de concursos de ideias sobre protecção ambiental junto das crianças e jovens.
- Integração no projecto educativo das escolas ou no próprio currículo de objectivos de promoção da educação cívica e ambiental.
- Organização, pelas escolas e com a participação de toda a comunidade, de jornadas do ambiente.
- Dinamização, nas escolas, de oficinas de reciclagem ou outro tipo de actividades que contribuam para a preservação do ambiente.

3.2. Qualificação dos Serviços nas Áreas do Lazer, Desporto e Cultura

- **Reforço do papel das colectividades e associações de base local.**

As instituições locais culturais, recreativas e desportivas são primordiais na oferta de espaços de convivalidade e ocupação dos tempos livres, o que lhes confere uma função aglutinadora das populações, à qual se associa uma importante capacidade de animação e mobilização local. Assim, todas as iniciativas que apoiem a dinamização do tecido associativo e a criação de novas associações devem ser incentivadas.

- **Criação de oportunidades de lazer activo**, que vão ao encontro da tendência actual para a procura de produtos baseados na qualidade ambiental e paisagística e do contacto com a natureza.

Eixo 4 – Promoção da Igualdade no Acesso à Educação, Formação e Emprego

4.1. Conhecimento, Divulgação e Ajustamento da Oferta Formativa

- **Oferta de novas respostas formativas** (pelos promotores de formação inicial e contínua), que melhorem o ajustamento entre as características de quem procura trabalho e as condições requeridas por quem o oferece.

O sistema educativo e de formação deve estar preparado para responder à necessidade de valorização dos recursos endógenos da região. Assim sendo, e no que se refere à promoção da igualdade no acesso à educação, formação e emprego, uma estratégia de promoção da empregabilidade deve passar pela oferta de formação em áreas consideradas promissoras ou em sectores cuja exploração se mostre capaz de otimizar oportunidades para o aumento da competitividade da região.

4.2. Inserção Sócio-Profissional de Grupos Desfavorecidos no Acesso ao Emprego

- Ex-reclusos

A reinserção social de ex-reclusos deve merecer, futuramente, uma atenção especial, sobretudo tendo em conta a falta de uma resposta integrada e sistemática neste domínio. Sugere-se o enfoque nas questões ligadas à preparação da liberdade dos reclusos, numa perspectiva de antecipação de dificuldades, incentivando-se uma lógica articulada de intervenção que envolva os diversos sectores: Instituto de Reinserção Social, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Direcção Geral dos Serviços Prisionais e instituições locais com relevância nas áreas da formação e da inserção profissional e social.

- Mulheres

Todas as intervenções globais e integradas que contribuam para a participação equilibrada dos homens e das mulheres, nomeadamente no mercado de trabalho, são de reforçar, no quadro da promoção das condições de exercício de cidadania, do respeito pelos direitos das mulheres e da sua capacidade de participação nos vários domínios de actividade. Destacam-se as acções que tenham

como grupo-alvo mulheres com baixas qualificações escolares e dificuldades na conciliação entre a vida familiar e a profissional, sobretudo as que fomentem o empreendedorismo feminino.

4.3. Combate ao Abandono Escolar Precoce

- **Acções de prevenção generalistas** (prevenção primária) no contexto da escola.

- **Acções de prevenção específicas**, dirigidas a grupos de risco (prevenção secundária):
 - . crianças e jovens sinalizados pela CPCJ;
 - . crianças e jovens de etnia cigana;
 - . crianças e jovens oriundos de meios sócio-economicamente desfavorecidos, em que tende a reproduzir-se um ciclo de baixas expectativas de mobilidade social ascendente.

- Desenho de **percursos formativos diferenciados** e reforço dos **currículos alternativos**.

Para além das áreas e estratégias indicadas no quadro do modelo de eixos de intervenção estruturante, deixa-se uma última nota relativa ao **desenvolvimento do tecido económico local**.

O conceito de desenvolvimento sustentável que orienta os esforços do PDS deve articular o desenvolvimento social com o desenvolvimento económico e a protecção do ambiente.

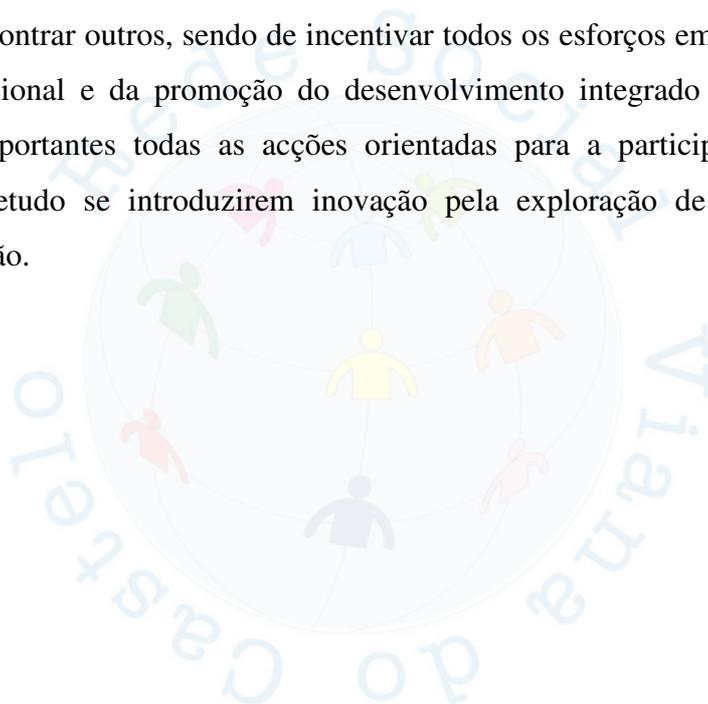
Tendo em conta a necessidade de ligação com outros instrumentos de planeamento, designadamente em áreas tradicionalmente menos orientadas para a acção social, é de encorajar a aposta em áreas económicas que o Plano Estratégico para a Região identifica como potencialidades que se abrem ao território.

SISTEMA DE INTEGRAÇÃO

SISTEMA DE INTEGRAÇÃO

O PDS é um instrumento em aberto, sendo que o cumprimento da função de articulação e enquadramento da intervenção social depende fundamentalmente da sua monitorização e avaliação, tal como da introdução de melhoramentos e correcções.

Assim, sugerem-se alguns procedimentos que podem contribuir decisivamente para a integração no PDS de novas intervenções, iniciativas e oportunidades. Para além destes, os actores sociais poderão encontrar outros, sendo de incentivar todos os esforços empreendidos no sentido da cooperação institucional e da promoção do desenvolvimento integrado do nosso concelho. São particularmente importantes todas as acções orientadas para a participação e o *empowerment* comunitários, sobretudo se introduzirem inovação pela exploração de novas metodologias de trabalho e articulação.



I. WORKSHOPS DE PLANEAMENTO PARA PREPARAÇÃO DE CANDIDATURAS

Objectivos:

- Antecipar oportunidades de financiamento e encorajar a pró-actividade das instituições na captação de recursos exógenos para a promoção do desenvolvimento social local.
- Apoiar o processo de planeamento subjacente à elaboração de projectos.
- Integrar novas oportunidades na lógica de intervenção do Plano de Desenvolvimento Social, por forma a reforçar a sua coerência e provocar a convergência de recursos nas áreas problemáticas identificadas como prioritárias e nos eixos estratégicos definidos.
- Estimular a introdução de hábitos de planeamento sistemático da intervenção pelos técnicos e instituições.
- Consolidar práticas de trabalho em rede, de concertação de esforços na definição de prioridades e estratégias e de cooperação inter-institucional.
- Contribuir para quebrar inércias instaladas e rentabilizar as forças vivas locais.
- Racionalizar meios e rentabilizar recursos, evitando sobreposições e reduzindo áreas lacunares no que se refere à apresentação de candidaturas.
- Contribuir para a distribuição equitativa de equipamentos e serviços no concelho.

Impactos e Resultados Esperados:

- Melhoria dos níveis de captação de financiamento e investimento pelo concelho.
- Consolidação da rede social e do seu modelo de funcionamento.
- Criação de um mecanismo de integração de novas oportunidades de financiamento no PDS, visto tratar-se de um instrumento aberto e que enquadra uma realidade social em permanente mudança.

Destinatários:

- Parceiros do CLAS.
- Instituições representadas nos grupos de trabalho da rede social.
- Representantes das Comissões Sociais Inter-Freguesias.
- Organizações locais pertencentes aos diversos sectores de actividade, nomeadamente IPSS's, ONG's, estabelecimentos de ensino, empresas, entidades formadoras, serviços públicos de emprego e formação, associações, entre outras.

Metodologia de Execução:

A preparação dos *Workshops* (convites, divulgação, arranjo do espaço, material de suporte, etc.) cabe ao Grupo Executivo do CLAS.

Cada *workshop* deve ter um número de participantes não superior a 15, podendo realizar-se vários, em simultâneo ou não.

Cada grupo terá um interlocutor que, num momento posterior em que se reúnem em plenário os participantes dos vários *workshops*, deverá apresentar uma síntese conclusiva do trabalho desenvolvido. Este momento permite também articular a actividade dos vários grupos, criar sinergias e evitar duplicações.

Calendário de Execução:

Os *Workshops* deverão realizar-se uma vez por ano e tendo em conta a previsibilidade da abertura de candidaturas. Sugere-se o mês de Setembro, que antecede a entrada num novo ano de actividade para várias organizações destinatárias e na medida em que uma grande parte das candidaturas, nomeadamente ao POEFDS, só se encontram em aberto nos meses seguintes.

II. ENCONTROS ANUAIS DE PROJECTOS

Objectivos:

- Acompanhar a implementação de projectos estruturantes do PDS, ao mesmo tempo que se promove a integração de intervenções já existentes e não incorporadas no trabalho da rede social ou de novas intervenções.
- Contribuir para a convergência de recursos e respostas nas prioridades definidas e reforçar a coerência e sustentabilidade do PDS.
- Dar a conhecer o trabalho desenvolvido pela rede e as linhas estruturantes do PDS a novos parceiros.
- Dar visibilidade a boas práticas e criar condições para a sua transferência através da disseminação de resultados de projectos.

Impactos e Resultados Esperados:

- Consolidação da rede social e do seu modelo de funcionamento.
- Criação de um mecanismo de integração de iniciativas em curso e de novas intervenções.
- Alargamento da rede social a novos parceiros e sectores de actividade.

Destinatários:

- Entidades promotoras de projectos.
- Organizações locais que sejam parceiras efectivas ou potenciais de projectos.

Metodologia de Execução:

A preparação dos Encontros (convites, divulgação, arranjo do espaço, material de suporte, etc.) cabe ao Grupo Executivo do CLAS.

O Encontro deve decorrer em dois momentos, dando espaço, respectivamente, à apresentação de projectos pelos participantes e à discussão alargada. Poderão ser convidados a participar representantes de projectos que actuem fora do território concelhio (ou mesmo nacional) e que constituam exemplos de boas práticas, assim como peritos na área de desenvolvimento e gestão de projectos ou afins.

Os Encontros poderão ser generalistas ou temáticos, incidindo neste caso em áreas específicas de intervenção ou num determinado programa de financiamento. Sugere-se a alternância entre os dois modelos ou o prolongamento do Encontro por alguns dias, sendo cada um deles dedicado a um domínio diferente. A organização de vários painéis em simultâneo, em que as inscrições dos participantes são feitas em função das preferências manifestadas, é outra possibilidade a considerar.

Calendário de Execução:

Sugerem-se os meses de Abril/Maio para a realização dos Encontros Anuais, ficando o primeiro previsto para 2005.

SISTEMA DE ARTICULAÇÃO

SISTEMA DE ARTICULAÇÃO

Enquanto documento estratégico de referência que enquadra todas as intervenções para a promoção do desenvolvimento social concelhio, o PDS incorpora alguma informação referente a iniciativas localmente promovidas, especialmente as que actuam em áreas identificadas como prioritárias pela rede, mas que não consubstanciam projectos estruturantes produzidos no seu âmbito específico. Pretende-se assim dar cumprimento a uma das funções do Plano: conferir visibilidade às intervenções em curso no quadro das necessidades, problemas e objectivos de desenvolvimento definidos, bem como reforçar iniciativas que contribuam para aproximar o concelho da realidade social desejável.

Por outro lado, são avançadas propostas no sentido de criar dispositivos/mecanismos que concorram para a construção de respostas mais integradas, ainda que na fase actual de implementação da rede sejam modestos os avanços no sentido do cruzamento efectivo de intervenções. Espera-se que, futuramente, o PDS possa reflectir de forma mais significativa essa articulação.

**QUADRO-SÍNTESE DE INICITIVAS EM CURSO POR EIXOS DE INTERVENÇÃO
PRIORITÁRIOS**

Eixos de Intervenção	Iniciativas em Curso
Eixo 1 – Desenvolvimento da Rede de Equipamentos e Serviços de Apoio Social	- Gabinete de Apoio a Candidaturas
Eixo 2 – Desenvolvimento de Planos Integrados de Intervenção sobre Territórios e Populações Vulneráveis	- CASA (Centro de Acolhimento) - Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica - Espaço I - Centro Local de Apoio ao Imigrante
Eixo 3 – Promoção da Saúde e da Qualidade de Vida	- Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicodependências - Projecto Ecos - Consulta a Consumidores - Equipa de Rua - Projecto Auto-Estima - Gabinete Cidade Saudável
Eixo 4 – Promoção da Igualdade no Acesso à Educação Formação e Emprego	- PEETI - Programa Vida-Emprego - Centro de Formação e Integração Sócio-Profissional - Centro de Emprego Protegido

GABINETE DE PROJECTOS

Entidade Promotora: Gabinete de Atendimento à Família (GAF)

Descrição:

O Gabinete tem por objectivo prestar apoio técnico a instituições que pretendam desenvolver projectos de intervenção de natureza psicossocial/comunitária.

Actividades Desenvolvidas:

- Apoio técnico à elaboração de candidaturas a programas de financiamento para projectos de intervenção psicossocial/comunitária.
- Planeamento de intervenções comunitárias (avaliação de necessidades, desenho da intervenção, desenho e implementação de metodologias de avaliação).
- Criação de materiais.
- Formação de técnicos.
- Elaboração de planos de formação.
- Acompanhamento técnico dos projectos/supervisão.

CASA – CENTRO DE APOIO AOS SEM ABRIGO

Entidade Promotora: GAF

Descrição:

Oferece uma resposta estruturada e englobante às problemáticas de exclusão social (toxicodependência, alcoolismo, seropositividade, desemprego, sem abrigo, imigrantes, etc.).

Objectivos:

- Promover a inclusão social através do desenvolvimento de competências facilitadoras da integração pessoal, familiar e profissional.
- Acompanhamento psicossocial com vista à organização do processo de integração social e à definição consciente de um projecto de vida.
- Satisfazer as necessidades de acolhimento, alimentação, higiene e saúde das pessoas em situação de exclusão social.

Actividades Desenvolvidas / Serviços Prestados:

- **Centro de Dia** - *Ateliers* ocupacionais de reciclagem de papel, cerâmica, encadernação, artesanato, etc..
- **Centro de Noite** - Acolhimento de pessoas em situação de sem abrigo, com capacidade para 12 utentes do sexo masculino.
- **Refeitório Social** - Com capacidade para 25 utentes, serve as refeições de jantar de segunda a sexta e de almoço e jantar aos sábados, domingos e feriados.
- **Balneários**
- **Lavandaria**
- **Distribuição de Géneros Alimentares e Roupas.**

CASA ABRIGO “DAR VOZ ÀS MULHERES”

Entidade Promotora: GAF

Descrição:

Serviço gratuito destinado a acolher e acompanhar mulheres (e seus filhos menores) vítimas de maus tratos.

Objectivos:

- Acolher, acompanhar e integrar mulheres e famílias monoparentais cujo progenitor, do sexo feminino, tenha sido vítima de violência doméstica.
- Promover a reconstrução do projecto de vida de cada mulher / família, como forma de facilitar a sua integração profissional, social e afectiva.

ESPAÇO I

Entidade Promotora: GAF

Descrição:

Projecto resultante da experiência de acolhimento aos imigrantes e que desenvolve as seguintes acções:

- Estudo do fenómeno migratório no distrito de Viana do Castelo.
- Animação sócio-cultural, comunitária e interpessoal (criação e dinamização de um centro de recursos e convívio).
- Informação e sensibilização da comunidade local.
- Apoio psicossocial e jurídico.
- Apoio na formação e reintegração profissional.

CLAI – CENTRO LOCAL DE APOIO AO IMIGRANTE

Entidade Promotora: Cáritas Diocesana de Viana do Castelo

Descrição:

Espaço de atendimento e informação que visa acolher os imigrantes em Portugal, qualquer que seja a nacionalidade, religião ou etnia.

Serviços Prestados:

- Computador com acesso à *Internet*.
- Atendimento individualizado feito por um mediador.
- Telefone SOS Imigrante, com um atendimento multilíngue.
- Fichas temáticas em Português, Inglês e Russo sobre questões ligadas à situação do imigrante:
 - . Lei da Imigração.
 - . Guia de saúde para o imigrante.
 - . Reagrupamento familiar.
 - . Retorno voluntário.
 - . Nacionalidade portuguesa.
 - . Acesso à educação para os filhos de imigrantes.

PRAZER DE VIVER - PLANO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO PRIMÁRIA DAS TOXICODPENDÊNCIAS

Entidade Promotora: Associação Cultural e de Educação Popular - ACEP

“... a verdadeira prevenção não parte da consciência dos perigos do consumo de drogas, mas da convicção profunda de que o prazer da droga é um prazer de segunda face ao prazer de viver na alegria, no esforço, na luta, na dor, no triunfo, na emoção, no amor.”

in prefácio de Nuno Miguel na obra “Droga de Vida, Vidas de Droga” de Luís Patrício

Áreas de Intervenção:

Prevenção na Família

Prevenção em Espaços de Lazer e Desportivos

Objectivos Gerais:

- Envolver os actores fundamentais na prevenção primária da toxicodpendência, Escola, Família e Comunidade, no sentido de valorizar e incentivar os projectos dos jovens e proporcionar-lhes formas/actividades de viver com prazer em detrimento do prazer de consumir drogas.
- Promover e facilitar a adopção de estilos de vida e ocupação dos tempos livres saudáveis nos jovens, que vão de encontro às suas necessidades e aspirações.
- Promover a prevenção primária das toxicodpendências através do envolvimento directo dos jovens no processo.

População - Alvo Final/ Directa:

- 11 aos 15 anos
- 16 aos 20 anos

População-Alvo Estratégica/ Intermédia/ Agentes de Mudança:

- Técnicos da Área Social
- Pais/ Famílias
- Técnicos de Educação
- Grupo de Pares
- Técnicos de Saúde
- Membros de Associações (ONG's, Org.Voluntários)
- Monitores
- Auxiliares de Acção Educativa

Espaços de Implementação do Projecto:

- Associações Culturais/ Recreativas
- Clubes/ Associações Desportivas
- ACEP
- Juntas de Freguesia
- IPSS's

Acções Desenvolvidas:**Acção n.º 1 - Banco Brincar e Ler (BBL) a favor das crianças**

Visa dinamizar um BANCO BRINCAR E LER A FAVOR DAS CRIANÇAS em que os protagonistas do projecto são os jovens. Partindo do pressuposto que os jovens são solidários e inovadores, pretende-se implementar a ideia do BBL a Favor das Crianças nas freguesias onde os jovens se mostrem mais predispostos a participar, criando assim um conjunto de delegações de BBL ao nível das freguesias, sendo a sede na ACEP, que servirá como estudo de caso.

Os jovens participantes terão que dinamizar a recolha de livros e brinquedos nas famílias onde estes já cumpriram o seu papel.

Serão criadas oficinas de tratamento e restauro desses mesmos objectos, bem como oficinas para o tratamento gráfico, divulgação e informação do BBL.

Será aberto um concurso de ideias para que os jovens possam apresentar a “imagem”, logotipo e “marca” do BBL.

Serão organizados e estruturados espaços de jogo e livro criando a Rede de Ludotecas e Bibliotecas das freguesias, sendo os jovens os actores do processo de constituição e de animação.

Objectivos Específicos:

- Desenvolver estratégias de envolvimento dos jovens na actividade, trabalhando a questão do grupo de pares e o prazer de estar com os outros.
- Organizar e dinamizar a actividade que surge como estratégia de trabalho com os jovens.
- Ajudar os jovens a estruturar todos os passos da actividade, nomeadamente a criação da Assembleia (com um representante de cada uma das freguesias e onde os jovens vão discutir e avaliar o processo) e a Rede de Ludotecas e Bibliotecas nas freguesias.
- Criar oficinas de apoio à actividade, como por exemplo de artes plásticas, carpintaria, restauro, *design* gráfico, etc..

População-Alvo (N.º e tipo):

- 50 jovens dos 11 aos 15 anos

Ação n.º 2 - Roteiro Cultural

Trata-se de uma segunda estratégia para trabalhar o prazer de estar com os outros e tem como objectivo facilitar aos jovens dos 16 aos 20 anos espaços e actividades culturais que possam existir no concelho de Viana do Castelo, como alternativa aos espaços de lazer nocturnos como bares e discotecas.

Objectivos Específicos:

- Conhecer a realidade do concelho relativamente a ofertas culturais para os jovens da faixa etária estabelecida.
- Elaborar o Roteiro de acordo com os interesses dos jovens.
- Trabalhar o prazer de estar com os outros desenvolvendo o gosto pela cultura e por actividades alternativas aos espaços mais susceptíveis de consumo de drogas.

População-Alvo (N.º e tipo):

- 200 jovens dos 16 aos 20 anos

Acção n.º 3 - Escola de Pais

Esta acção visa preparar, organizar e estruturar um curso no âmbito da Escola de Pais onde se pretende contribuir para a formação dos pais e outros agentes que participam na educação dos jovens ao seu cuidado. Os conteúdos previstos são:

- Mudanças físicas e psíquicas na adolescência.
- Bem-estar físico, imagem corporal, autoestima e despertar da sexualidade.
- Desenvolvimento social, relações interpessoais com família, amigos e “namorados”.
- Desenvolvimento afectivo e bem-estar psicológico.
- Os riscos na sociedade actual e os comportamentos de risco.
- A família perante o crescimento e o processo de autonomização dos filhos.
- Desenhar um projecto de vida.

Objectivos Específicos:

- Organizar actividades concebidas para desenvolver estratégias que permitam promover e fortalecer relações saudáveis e positivas entre pais e filhos.
- Contribuir para uma auto-aprendizagem através da reflexão sobre a própria experiência de pais e o diálogo com os outros.
- Possibilitar aos pais momentos de “olhar” os filhos, sempre depois de se “olharem” a si próprios enquanto adultos.

População-Alvo (N.º e tipo):

- 15 pais

PROJECTO ECOS

Entidade Promotora: GAF

Descrição:

Projecto de prevenção primária das toxicodependências, destinado às famílias com filhos que apresentem factores de risco passíveis de propiciarem, no futuro, o uso e abuso de drogas. Inscreve-se no âmbito do Programa Quadro Prevenir II, desenvolvido pelo Instituto Português da Toxicodependência (IDT).

Objectivos:

- Intervir directamente nos agregados familiares no seu todo ou através das partes, quer a nível social quer psicológico, bem como nos contextos envolventes, promovendo o desenvolvimento global da família e facilitando a emergência de factores protectores face ao consumo de drogas, reduzindo simultaneamente os factores de risco.
- Criar e dinamizar grupos de desenvolvimento de pais que permitam reforçar e desenvolver competências parentais passíveis de criarem na família estruturas e dinâmicas protectoras do consumo de drogas.
- Envolver os pais na comunidade e capacitá-los através da formação para serem eles próprios agentes activos de prevenção junto dos seus pares.
- Criar materiais preventivos atractivos e inovadores que permitam o envolvimento dos seus destinatários e que sejam adequados às características específicas dos diferentes grupos da população a que se destinam.

CONSULTA A CONSUMIDORES

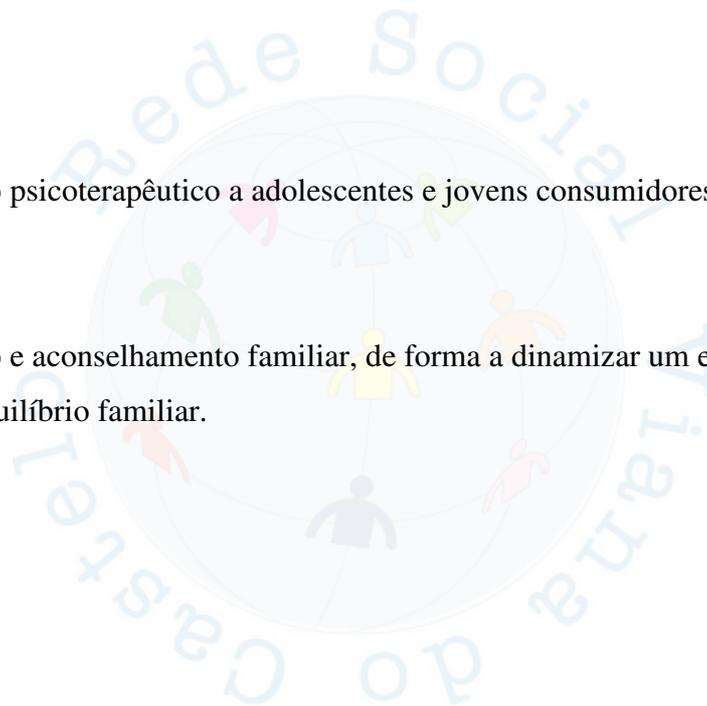
Entidade Promotora: Centro de Atendimento a Toxicodependentes (CAT)

Descrição:

Serviço de acompanhamento a adolescentes e jovens consumidores de drogas recreativas (*ecstasy*, LSD, etc.), e respectivos pais e/ou outros educadores.

Objectivos:

- Acompanhamento psicoterapêutico a adolescentes e jovens consumidores de substâncias psicoactivas.
- Acompanhamento e aconselhamento familiar, de forma a dinamizar um espaço de reflexão que contribua para o equilíbrio familiar.



EQUIPA DE RUA “ESTRADA COM HORIZONTES”

Entidade Promotora: GAF

Descrição:

Serviço em posto móvel que se destina a promover a redução de riscos e a minimização de danos, intervindo no espaço público onde o consumo de droga seja visto como um problema social.

Objectivos:

- Fornecer informações no âmbito das dependências.
- Distribuir material (água destilada, filtros, toalhetes, preservativos e manuais de redução de riscos) e proceder à troca de seringas com vista à redução de riscos.
- Avaliar e intervir para promover o encaminhamento adequado das pessoas em situação de risco.
- Proporcionar acesso às mais elementares necessidades (higiene, alimentação, roupa).

PROJECTO AUTOESTIMA*

Entidade Promotora: Administração Regional de Saúde do Norte

Descrição:

Projecto criado em 1997 (com actividades no terreno iniciadas no ano seguinte) tendo como população alvo as mulheres que exercem prostituição de rua. Em termos de âmbito geográfico, a intervenção foi à partida prevista nas cidades de Matosinhos, Braga e Viana do Castelo, tendo-se depois alargado a Guimarães, Barcelos, Famalicão, Póvoa do Varzim, Vila do Conde, Santo Tirso e Vila Nova de Gaia. O projecto enquadra-se numa estratégia de recuperação/reforço da autoestima, no sentido de conseguir uma maior preocupação com a própria saúde e uma maior integração da população alvo.

Objectivo Geral:

Aumentar o nível de saúde e proteger as mulheres e os homens que se dedicam à prostituição do risco de contágio pelo VIH e outras doenças sexualmente transmitidas (DST).

Objectivos Específicos:

- Aumentar o nível de conhecimentos sobre SIDA e DST e sobre a sua prevenção, na população alvo.
- Aumentar a utilização de meios preventivos e a sua correcta utilização.
- Diagnosticar e tratar precocemente as DST e, nas mulheres, o cancro da mama e do colo uterino.
- Facilitar o acesso aos serviços de saúde, aos serviços sociais e fornecer aconselhamento jurídico.
- Criar e manter uma base de dados epidemiológica.

* Extraído de:

Administração Regional de Saúde do Norte/Ministério da Saúde (2003). **Autoestima: Programa de Saúde (Documento para Divulgação)**.

- Partilhar informação, experiências e metodologias com os parceiros e com outros projectos que se dediquem ao mesmo tipo de população.

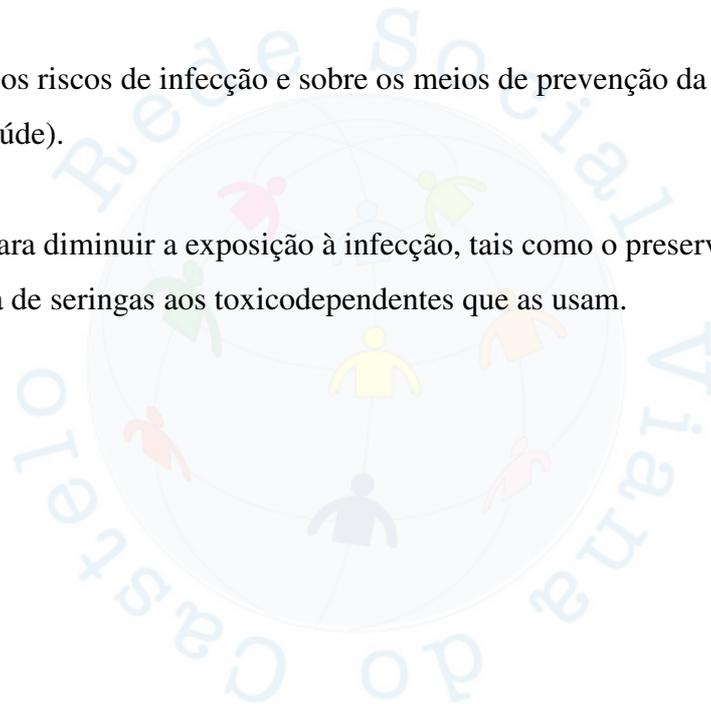
Actividades Desenvolvidas:

- Oferta de serviços, nomeadamente de saúde, sediada em centros de aconselhamento.

- Busca activa na rua de população alvo, para estabelecimento de contacto nos seus locais de trabalho.

- Informação sobre os riscos de infecção e sobre os meios de prevenção da SIDA e outras DST (educação para a saúde).

- Oferta de meios para diminuir a exposição à infecção, tais como o preservativo, a vacina da Hepatite B e a troca de seringas aos toxicod dependentes que as usam.



GABINETE CIDADE SAUDÁVEL

INTRODUÇÃO

O projecto “Viana do Castelo Cidade Saudável” resulta da adesão da cidade de Viana do Castelo, em 1997, ao projecto Cidades Saudáveis da Organização Mundial de Saúde (OMS), que tem por base o conceito da Saúde Para Todos (SPT) e as orientações da Carta de OTAWA. O objectivo da criação deste projecto é a aplicação destes princípios a nível local. O movimento Global das Cidades Saudáveis nasceu desta iniciativa, em 1986, a partir da qual foram criadas várias redes nacionais e internacionais de Cidades Saudáveis.

A Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis foi criada em Outubro de 1997, com nove cidades, incluindo a cidade de Viana do Castelo, contando já com treze cidades e com a manifestação de intenção de mais seis cidades de integrar esta rede. A cidade de Viana do Castelo passou a integrar também, em 2001, a Rede Europeia de Cidades Saudáveis, juntamente com mais duas cidades portuguesas: Amadora e Seixal.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO EM SAÚDE

A aplicação do Projecto “Viana do Castelo Cidade Saudável” assenta no princípio da promoção da saúde e no incremento da participação comunitária. Deste modo, no Plano de Desenvolvimento em Saúde - documento que tem como principal objectivo a materialização de várias acções destinadas a promover a saúde da população residente na área urbana de Viana do Castelo – elaborado em 2000, no âmbito deste projecto, são propostas várias acções de promoção da saúde, das quais se destacam:

- A **Requalificação do Espaço Urbano o Habitacional**, que tem como principal objectivo promover a fixação dos cidadãos nas áreas centrais da cidade e dimensionar os espaços em expansão;

- **O Ambiente**, área que pretende ser trabalhada em duas vertentes:

- **Recolha Selectiva de Resíduos Sólidos Urbanos**, com vista a aumentar a recolha selectiva dos resíduos;
- **Ruído e Qualidade do Ar**, com vista a caracterizar, monitorizar e mitigar os níveis de ruído e de poluentes atmosféricos;

- A **Cultura da Idade**, cujo objectivo é proporcionar um espaço de reflexão e prática que permita abordar a problemática da idade como fenómeno natural e positivo;
- **Oportunidades e Lazer** – Actividade física e espaços culturais, com vista a aumentar, diversificar, rentabilizar e potenciar os espaços de lazer e culturais existentes;
- **Acessibilidade**, que tem por objectivo não só eliminar as barreiras físicas adaptando a cidade a todos os cidadãos e em todas as situações, como promover o acesso à informação.

ACÇÕES

Para a concretização dos objectivos deste projecto, foram constituídas equipas multidisciplinares e intersectoriais, que, em parceria com o Gabinete do projecto “Viana do Castelo Cidade Saudável”, têm como principal objectivo a caracterização e identificação de debilidades/soluções em diversas áreas consideradas prioritárias para a promoção da saúde da população.

Estas equipas integram, para além de um médico de saúde pública, que coordena, representantes das várias instituições e associações ligadas às temáticas que são trabalhadas e cidadãos que participam voluntariamente. A ideia subjacente à criação destas equipas é o princípio da participação e do envolvimento da comunidade que este projecto pretende desenvolver.

Ambiente

Esta temática tem sido trabalhada em duas vertentes:

a) **Separação dos resíduos sólidos urbanos**, cuja equipa integra elementos da Resulima, da Ecoteca, do Centro da Área Educativa (CAE) e dos Serviços Municipalizados de Saneamento Básico, e voluntários. Tem sido trabalhada sobretudo ao nível das camadas mais jovens, junto das escolas da área urbana da cidade, funcionando como campanhas de educação ambiental.

b) **Ruído e Qualidade do Ar**. Neste âmbito foi estabelecido um protocolo entre a Câmara Municipal de Viana do Castelo, a Universidade do Minho e a Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTG) do Instituto Superior Politécnico de Viana do Castelo, para elaboração da Carta do Ruído e da Carta Ambiental da cidade.

O propósito destas Cartas é a identificação dos níveis do ruído e de poluição atmosférica, a partir dos quais se estudarão as medidas mitigadoras que deverão ser adoptadas e integradas no planeamento urbanístico da cidade, no sentido de melhorar os níveis de qualidade destas duas componentes ambientais: ruído e ar.

Numa tentativa de minimizar as consequências negativas do tráfego automóvel na cidade, desde o ano de 2001, inclusive, que a cidade de Viana do Castelo tem aderido ao “Dia Europeu sem Carros”, interditando ao trânsito algumas artérias da cidade, no sentido de sensibilizar a população para os efeitos negativos que a poluição produzida pelo tráfego automóvel acarreta para a cidade.

Actividade física e espaços culturais

Nesta área, estava previsto no Plano de Desenvolvimento em Saúde, aumentar, diversificar, rentabilizar e potenciar os espaços culturais e de lazer existentes na cidade, com actividades orientadas para a promoção da saúde. Com este propósito, e funcionando como campanha de sensibilização para a prática do exercício físico, com todos os benefícios para a saúde daí decorrentes, criou-se o **Programa “Domingos Saudáveis”**, do lema “Mexa-se pela sua saúde” lançado pela OMS no dia 7 de Abril de 2002 (Dia Mundial da Saúde).

Este Programa, realizado em parceria com Associações Desportivas e Recreativas, inclui várias actividades físicas ao ar livre (caminhadas, ginástica, passeios de bicicleta, futebol e basquetebol) realizadas aos domingos de manhã, entre os meses de Maio e Setembro. É um programa onde todos podem participar, independentemente da idade e da condição física, já que qualquer destas actividades é desenvolvida de acordo com a população participante e a Câmara Municipal coloca ao dispor todos meios necessários à sua realização. Pretende-se com este programa apelar à participação dos cidadãos que não têm hábito de prática da actividade física e, conseqüentemente, promover uma melhoria na saúde da população.

Acessibilidade

O trabalho desenvolvido nesta área tem como principal finalidade tornar acessível a cidade, adaptando-a a todos os indivíduos e a todas as situações, eliminando barreiras, quer urbanísticas quer arquitectónicas e alertando e prevenindo para situações futuras. Pretende-se transformar Viana numa cidade inclusiva que promova e facilite o exercício da cidadania, independentemente das capacidades físicas dos seus habitantes.

Com esta finalidade, a equipa interdisciplinar e multisectorial, constituída por um Médico de Saúde Pública, representantes da Equipa de Apoios Educativos, da Associação Portuguesa de Pais e Amigos dos Cidadãos Deficientes Mentais (APPACDM) e da Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO), e voluntários, já efectuou um diagnóstico das ruas da cidade, tendo criado um Índice de Acessibilidade Global, no sentido de priorizar as intervenções necessárias.

Foi também elaborado um “Documento de Consensos”, que não é mais do que a descrição das normas impostas pelo Decreto-Lei nº 123/97, de 22 de Maio, no que se refere às barreiras físicas, mas redigida de uma forma simplificada, de modo a facilitar a sua leitura aos actores sociais responsáveis pela aplicação desta lei. Neste momento, a equipa está a promover uma campanha de sensibilização, que consiste na distribuição deste documento de consensos, bem como de um panfleto baseado no projecto de acessibilidades, por todos os actores sociais que de alguma forma estejam envolvidos em acções em que esta problemática deva ser considerada (Juntas de Freguesia, urbanistas, técnicos, construtores, etc.)

“Envelhecer com Qualidade”

Este projecto está ainda em fase de implementação e tem por objectivo geral contribuir para uma participação mais activa dos idosos na vida comunitária, nomeadamente nas actividades culturais e de lazer, através da realização de programas e actividades numa perspectiva intergeracional e do incentivo ao voluntariado. Este projecto vai ser desenvolvido de acordo com as orientações da OMS para a IV Fase da Rede Europeia de Cidades Saudáveis, uma vez que o Envelhecimento Saudável é um dos temas a serem trabalhados pelas cidades que vierem a integrar aquela fase.

PEETI – PLANO PARA A ELIMINAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Entidade Tutelar: Ministério da Segurança Social e do Trabalho

Descrição:

Medida de política social activa que tem como destinatários os menores que se encontrem nas seguintes situações: abandono escolar sem terem concluído a escolaridade obrigatória, risco de inserção precoce no mercado de trabalho, exploração de trabalho infantil e vítimas das piores formas de exploração.

Objectivos:

- Identificar, acompanhar e caracterizar a situação de crianças vítimas de exploração de trabalho infantil ou em risco, decorrente de abandono escolar.
- Assegurar uma resposta às situações sinalizadas, com recurso a estratégias flexíveis e diferenciadas.
- Combater as piores formas de exploração de trabalho infantil.
- Promover a inserção social e educacional de crianças e jovens vítimas de exploração pelo trabalho.

Acções Desenvolvidas:

- Sinalização, diagnóstico e encaminhamento de situações de trabalho infantil e abandono escolar.
- Programa Integrado e Planos Individuais de Educação e Formação.
- Programa/Projectos de férias.
- Atribuição de bolsas de formação.
- Acompanhamento de situações de piores formas de exploração.

PROGRAMA VIDA-EMPREGO

Entidade Promotora: IDT/IEFP

Descrição:

Programa criado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 136/98 de 4 de Dezembro, constituindo-se como um mecanismo de promoção do acesso dos toxicodependentes à plena participação social e profissional.

Medidas Específicas:

- Mediação para a Formação e o Emprego – Consiste no apoio à contratação de mediadores que acompanhem o processo de inserção profissional dos toxicodependentes que estejam a ser tratados ou tenham terminado o tratamento.
- Estágios de Integração Sócio-Profissional – Visam a inserção na vida activa de toxicodependentes que se encontrem ou tenham terminado processos de tratamento em comunidade terapêutica, regime de ambulatório, ou no quadro do sistema prisional, através de uma formação prática remunerada.
- Apoio ao Emprego – Destina-se a apoiar entidades que empreguem toxicodependentes, através da atribuição de subsídios, destinados a compartilhar nos encargos com a remuneração, segurança social e outros, dos trabalhadores admitidos.
- Prémio de Integração Sócio-Profissional – Medida destinada a apoiar as entidades empregadoras que admitam toxicodependentes, preferencialmente os que transitam de uma das outras medidas do programa, mediante contrato de trabalho sem termos, devidamente enquadrados pelas entidades de tratamento.
- Apoio ao Auto-Emprego – Consiste na comparticipação nas despesas de investimento, início de actividade e despesas iniciais de funcionamento de unidades empresariais que, independentemente do seu estatuto jurídico, sejam promovidas por toxicodependentes, devidamente enquadrados pelas entidades de tratamento.

CENTRO DE FORMAÇÃO E INTEGRAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL

Entidade Promotora: GAF

Descrição:

Proporciona aos utentes do GAF em situação de carência e exclusão social a possibilidade de um acompanhamento facilitador da sua integração sócio-profissional.

Objectivos:

- Desenvolver competências profissionais de participação, responsabilidade e produtividade, de forma a promover a inserção no mercado de trabalho e o exercício pleno da cidadania.
- Promover o acesso a níveis de qualificação profissional que facilitem a inserção no mercado de trabalho.
- Sensibilizar e envolver a sociedade civil no processo de inclusão social.

Serviços Prestados:

- Orientação Vocacional.
- Técnicas de procura activa de emprego.
- Formação Profissional.
- Apoio à integração no mercado de trabalho.
- Acompanhamento pós-colocação profissional.
- Contactos/divulgação junto de entidades empregadoras.

CEPVI
CENTRO DE EMPREGO PROTEGIDO DE VIANA DO CASTELO

Entidade Promotora: APPACDM de Viana do Castelo

Descrição:

O Centro de Emprego Protegido é uma unidade de produção que, integrada no conjunto da actividade económica nacional e beneficiando de medidas especiais de apoio por parte do Estado, visa assegurar a valorização pessoal e profissional dos cidadãos com uma qualquer incapacidade, facilitando a sua passagem, quando possível, para um emprego não protegido (Dec. Lei nº 40/83 de 25 de Janeiro).

Objectivos:

- Proporcionar formação a todo e qualquer cidadão com uma qualquer incapacidade, que possua capacidade média de trabalho igual ou superior a um terço da capacidade normal exigida a um trabalhador dito normal no mesmo posto de trabalho.
- Celebrar com essa pessoa (trabalhador em regime de emprego protegido) um contrato de trabalho, proporcionando-lhe um estatuto de trabalhador e uma situação de emprego estável.
- Promover a transição para o mercado aberto de trabalho (emprego não protegido) sempre que possível.

Áreas laborais/prestação de serviços:

Lavandaria industrial de roupa branca
Tecelagem /Bonecas porcelana c/trajes regionais
Artefactos de madeira
Carpintaria
Parques infantis

Restauro

Serralharia

Construção civil

Pintura

Pichelaria/electricidade

Criação de ovelhas

Viveiros

Jardinagem

Actividades Hoteleiras e similares

Estação de Serviço



DISPOSITIVOS DE ARTICULAÇÃO

FÓRUMS DE ARTICULAÇÃO DE REDES TEMÁTICAS (SUB-REDES DE INTERVENÇÃO)

Objectivos:

- Dar a conhecer os planos de actividade das sub-redes (ou instituições parceiras, no caso de se optar por reunir entidades que intervêm num mesmo domínio).
- Entrecruzar iniciativas em áreas de actuação comuns tendo em vista a economia de meios e o reforço do alcance e impacto, e procurar abordagens mais integradas da realidade social e da sua transformação.
- Criar sinergias em áreas problemáticas prioritárias, designadamente através da construção de planos de actividades conjuntos e participados co-responsavelmente aos níveis do planeamento, da implementação e da avaliação.

Impactos e Resultados Esperados:

- Melhoria da articulação entre as sub-redes que actuam no território.
- Nova dinâmica local de intervenção social, mais articulada e capaz de produzir respostas mais eficazes para os problemas sociais e para os desafios do desenvolvimento.
- Construção de um modelo integrado de funcionamento.
- Desmultiplicação de conselhos e comissões, tendo como consequência a diminuição das sobreposições de serviços, competências e funções.
- Rentabilização de recursos, tempo e técnicos, libertando estes últimos para o desempenho mais eficaz do seu papel profissional e melhorando a qualidade do serviço prestado ao utente.

Destinatários:

- CPCJ
- Conselho Municipal de Educação
- Núcleo Executivo do RSI
- Grupo Executivo do CLAS
- Outras redes temáticas.

Metodologia de Execução:

Sugere-se que, em cada ano, uma das sub-redes coordene o evento (rotativamente), ainda que o Grupo Executivo possa apoiar a entidade organizadora.

Calendário de Execução:

No primeiro trimestre de cada ano, quando estiver concluído o balanço das actividades do ano anterior e delineado o plano de actividade para o ano em curso.

PLANO DE ACÇÃO

**I. GRUPO DE TRABALHO “EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E
EMPREGO”**

PLANO DE ACTIVIDADES DO PROJECTO “QUALIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO RSI”

Actividades	Data	Responsável	Parceiros / Recursos
<p>Actividades Preparatórias</p> <ul style="list-style-type: none"> - Construção de um questionário (ver anexo) para auscultar interesses e aspirações profissionais dos beneficiários que frequentam o 1º ciclo do ensino recorrente. - Contacto com coordenação concelhia do ensino recorrente para propor a aplicação do questionário. - Aplicação do questionário, com o apoio dos professores, a 4 turmas de 1º ciclo do ensino recorrente constituídas por beneficiários (num total de 64 alunos). - Análise das respostas obtidas e síntese de conclusões em relação aos domínios que melhor representam os interesses profissionais dos beneficiários. 	<p>Abril de 2003</p> <p>Abril de 2003</p> <p>Junho de 2003</p> <p>Julho de 2003</p>	<p>Técnica da Rede</p> <p>Segurança Social</p> <p>Segurança Social</p> <p>Técnica da Rede</p>	<p>IPJ</p> <p>- Coordenação concelhia do ensino recorrente</p> <p>- Professores do ensino recorrente</p> <p>- Grupo de trabalho</p>

PLANO DE ACTIVIDADES DO PROJECTO “ESPAÇO EMPREGO-FORMAÇÃO”

Actividades	Data	Responsável	Parceiros / Recursos
<p>Actividades Preparatórias</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reunião do grupo para preparar uma proposta. - Levantamento de necessidades de apetrechamento material do espaço. 	<p>3 de Abril de 2003</p> <p>Abril de 2003</p>	<p>Técnica da Rede</p> <p>IPJ</p>	<p>- Grupo de trabalho</p>
<p>Actividades de Projecto</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estabelecimento do protocolo de cooperação. - Libertação de um espaço no IPJ para criar o serviço emprego-formação. - Abertura do espaço com o equipamento e materiais disponíveis. - Actualização semanal da informação sobre a oferta de emprego disponível no centro de emprego. - Recolha e organização semanal de anúncios de emprego publicados em jornais e no Diário da República. 	<p>Julho de 2003</p> <p>2º Semestre de 2003</p> <p>2º Semestre de 2003</p> <p>Em Curso</p> <p>Em Curso</p>	<p>IPJ</p> <p>IPJ</p> <p>IPJ</p> <p>IPJ</p> <p>IPJ</p> <p>IPJ</p>	<p>- Centro de Emprego</p> <p>- Grupo de trabalho</p> <p>- Grupo de trabalho</p> <p>- Centro de Emprego</p> <p>- Jornais</p> <p>- Diário da República</p> <p>- Empregadores locais</p>

PLANO DE ACTIVIDADES DO PROJECTO “ESPAÇO EMPREGO-FORMAÇÃO” (CONT.)

Actividades	Data	Responsável	Parceiros / Recursos
<ul style="list-style-type: none"> - Divulgação do espaço (elaboração e distribuição de desdobráveis, contactos telefónicos, envio de circulares). - Contactos com várias empresas, escolas e outras instituições da região. - Criação de uma base de dados relativos aos jovens inscritos. - Indicação de jovens inscritos com perfil adequado para dar resposta a pedidos de entidades empregadoras. - Realização de uma sessão de informação sobre o “Concursos de Ideias” do projecto LimaCria. - Promoção de iniciativas abertas à participação das escolas: painéis de profissionais, “oficinas” de profissões, etc.. - Publicação de uma agenda de eventos que proporcionem aos jovens o contacto com o mundo da formação e do emprego: feiras, encontros, exposições, visitas a escolas, etc.. 	<p>1º Semestre de 2004</p> <p>Em Curso</p> <p>1º Semestre de 2004</p> <p>Em Curso</p> <p>12 de Dezembro de 2003</p> <p>Março a Junho de 2004</p> <p>Abril de 2004</p>	<p>IPJ</p> <p>IPJ</p> <p>IPJ</p> <p>IPJ</p> <p>IPJ</p> <p>IPJ</p> <p>IPJ</p>	<p>- Organizações locais</p> <p>- Organizações locais</p> <p>- LimaCria</p> <p>- Escolas</p> <p>- Profissionais convidados</p> <p>- Escolas</p> <p>- Câmaras Municipais</p> <p>- Unidades de Inserção na Vida Activa</p>

PLANO DE ACTIVIDADES DO PROJECTO “GUIA DE RECURSOS FORMATIVOS”

Actividades	Data	Responsável	Parceiros / Recursos
<p>Actividades Preparatórias:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Levantamento de entidades do concelho acreditadas pelo Inofo. - Levantamento de outras entidades com reconhecida competência para organizar acções de formação. - Reunião de grupo de trabalho para inventariar lista final de entidades a convidar para participar no projecto. <p>Actividades de Projecto:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reunião com entidades acreditadas pelo Inofo . - Reunião com Instituto Politécnico, Escolas Profissionais, Centro de Formação Profissional, Associação Empresarial e Associação Industrial. - Recolha exaustiva da oferta de formação de acordo com uma grelha previamente consensualizada com os parceiros. 	<p>Setembro de 2003</p> <p>Setembro de 2003</p> <p>8 de Outubro de 2003</p> <p>30 de Outubro de 2003</p> <p>26 de Novembro de 2003</p>	<p>IPJ</p> <p>Técnica da Rede</p> <p>Técnica da Rede</p> <p>Técnica da Rede</p> <p>Técnica da Rede</p>	<p>- Grupo de trabalho</p> <p>- Grupo de trabalho</p>

PLANO DE ACTIVIDADES DO PROJECTO “GUIA DE RECURSOS FORMATIVOS” (CONT.)

Actividades	Data	Responsável	Parceiros / Recursos
<ul style="list-style-type: none"> - Construção de uma base de dados pelos formandos de um curso de <i>webdesign</i> promovido por uma das entidades parceiras: Viana Soft. - Alojamento da base de dados na página de <i>internet</i> da rede social. - Atribuição de uma palavra-passe a cada entidade, para posterior introdução da informação. - Divulgação do instrumento construído através de contactos telefónicos e envio de correio (electrónico ou outro) a todos os parceiros da rede social e outras instituições a elencar. - Publicação de pequenas notas em boletins informativos, revistas ou jornais locais. 	<p>Fevereiro de 2003</p> <p>1º Semestre de 2004</p> <p>1º Semestre de 2004</p> <p>2º Semestre de 2004</p> <p>2º Semestre de 2004</p>	<p>Viana Soft</p> <p>Câmara Municipal</p> <p>Câmara Municipal</p> <p>Grupo de Trabalho</p> <p>Grupo de Trabalho</p>	<p>- Câmara Municipal</p>

PLANO DE ACTIVIDADES DO PROJECTO “CENTRO DE RECURSOS EM ORIENTAÇÃO VOCACIONAL”

Actividades	Data	Responsável	Parceiros / Recursos
<p>Actividades Preparatórias</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contactos telefónicos com todas as escolas do 2º e 3º ciclos do concelho. - Reunião com a coordenadora distrital dos Serviços de Psicologia e Orientação (SPO). - Pesquisa e recolha de materiais que possam estar disponíveis no centro de recursos. <p>Actividades de Projecto</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reuniões com professores interessados em dinamizar actividades nas suas escolas. - Construção de um <i>dossier</i> de actividades para os professores. 	<p>Junho de 2003</p> <p>20 Outubro de 2003</p> <p>1º Trimestre de 2004</p> <p>Ano Lectivo 2004/2005</p> <p>Ano Lectivo 2004/2005</p>	<p>IPJ</p> <p>Técnica da Rede</p> <p>IPJ</p> <p>IPJ</p> <p>IPJ</p>	<p>- Escolas do 2º e 3º ciclos</p> <p>- SPO</p> <p>- SPO</p> <p>- Centros de Recursos</p> <p>- Escolas</p> <p>- SPO</p>

II. GRUPO DE TRABALHO “CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO”

PLANO DE ACTIVIDADES DO PROJECTO ‘PERCURSOS DE ORIENTAÇÃO-FORMAÇÃO-INSERÇÃO DE JOVENS INSTITUCIONALIZADOS’

Actividades	Data	Responsável	Parceiros / Recursos
<p>Actividades Preparatórias</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação de canal de comunicação entre técnico da Casa dos Rapazes e técnica de emprego e conselheira de orientação profissional do IEFP. - Apresentação de proposta de parceria com a ESE, no âmbito do seu programa de voluntariado. - Selecção de alunos para constituição de equipa de voluntários. 	<p>Novembro de 2003</p> <p>Novembro de 2003</p> <p>Novembro de 2003</p>	<p>Casa dos Rapazes</p> <p>Casa dos Rapazes</p> <p>ESE</p>	<p>- Centro de Emprego</p> <p>- Escola Superior de Educação</p> <p>- Casa dos Rapazes</p>
<p>Actividades de Projecto</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atendimento de jovens da Casa dos Rapazes e encaminhamento para orientação/formação ou colocação no mercado de trabalho. - Apoio escolar semanal nas diversas áreas disciplinares e para os vários níveis de ensino, prestado pela equipa de voluntários. - Participação dos jovens da Casa dos Rapazes em actividades promovidas na ESE (jogos matemáticos, sala de informática, etc.). 	<p>Dezembro de 2003</p> <p>Desde Dezembro de 2003</p> <p>Ano lectivo 2003/2004</p>	<p>Centro de Emprego</p> <p>ESSE</p> <p>Casa dos Rapazes</p>	<p>- Casa dos Rapazes</p> <p>- Casa dos Rapazes</p> <p>- Equipa técnica da Casa dos Rapazes</p> <p>- ESE</p>

PLANO DE ACTIVIDADES DO PROJECTO ‘PERCURSOS DE ORIENTAÇÃO-FORMAÇÃO-INSERÇÃO DE JOVENS INSTITUCIONALIZADOS’ (CONT.)

Actividades	Data	Responsável	Parceiros / Recursos
<ul style="list-style-type: none"> - Dinamização de uma oficina ocupacional na Casa dos Rapazes, dinamizada por 3 estagiários do curso profissional de Animação Social. - Exposição de trabalhos, na ESE, realizados na oficina ocupacional dinamizada pela ETAP. - Participação dos jovens da Casa dos Rapazes em actividades promovidas pela ACEP, nomeadamente no âmbito do Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicodependências (roteiro cultural). - Visita ao Centro de Experimentação das Ciências, Arte e Cultura da ACEP. - Colónia de férias para os jovens da Casa dos Rapazes organizada pela equipa de voluntários da ESE. - Acolhimento de um estágio curricular da ESE pela Casa dos Rapazes. - Actividades de intercâmbio com o IPJ. 	<p>1º Trimestre de 2003</p> <p>Abril de 2004</p> <p>Ano Lectivo de 2003/2004</p> <p>2º Semestre de 2004</p> <p>Agosto de 2004</p> <p>Ano Lectivo de 2004/2005</p> <p>Até 2005</p>	<p>ETAP</p> <p>Casa dos Rapazes</p> <p>ESE</p> <p>Casa dos Rapazes</p>	<p>- Casa dos Rapazes</p> <p>- ESE</p> <p>- ETAP</p> <p>- ACEP</p> <p>- ACEP</p> <p>- ESE</p> <p>- Casa dos Rapazes</p> <p>- IPJ</p>

PLANO DE ACTIVIDADES DO PROJECTO “QUALIFICAÇÃO DA INTERVENÇÃO NOS LARES DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO”

Actividades	Data	Responsável	Parceiros / Recursos
<p>Actividades Preparatórias</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reunião entre Segurança Social e Centro de Formação Profissional - Contactos com entidades formadoras alternativas ao Centro de Formação Profissional <p>Actividades de Projecto</p> <ul style="list-style-type: none"> A definir pelo grupo de trabalho 	<p>Janeiro de 2004</p> <p>Fevereiro de 2004</p>	<p>Centro de Emprego</p> <p>Segurança Social</p>	<p>- Segurança Social</p>

III. GRUPO DE TRABALHO “IDOSOS”

PLANO DE ACTIVIDADES DO PROJECTO “CUIDADOS CONTINUADOS DE SAÚDE”

Actividades	Data	Responsável	Parceiros / Recursos
<p>Actividades Preparatórias</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alargamento do grupo de trabalho, passando a incluir a Santa Casa da Misericórdia, o CHAM e a Sub-Região de Saúde. - Reuniões de grupo de trabalho para analisar possibilidades de financiamento para a construção de uma unidade de internamento de estada intermédia. - Pesquisa/recolha de materiais para apresentação de uma candidatura. - Contactos com o Gabinete de Gestão do Programa Saúde XXI. 	<p>Outubro de 2003</p> <p>Outubro a Dezembro de 2003</p> <p>Novembro de 2003</p> <p>Outubro a Dezembro de 2003</p>	<p>Técnica da Rede</p> <p>Técnica da Rede</p> <p>Técnica da Rede</p> <p>Técnica da Rede</p>	<p>- Segurança Social</p> <p>- Grupo de trabalho</p> <p>- Santa Casa da Misericórdia (SCM)</p> <p>- Grupo de trabalho</p> <p>- GAF</p> <p>- Arquitecto responsável pelo projecto</p> <p>- GAF</p>
<p>Actividades de Projecto</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaborar um <i>dossier</i> actualizado para a fundamentação da candidatura (diagnóstico de necessidades). - Redimensionar o projecto de arquitectura da Santa Casa. - Elaborar uma candidatura à medida 3.1. do Programa Saúde XXI. 	<p>1º Semestre de 2004</p> <p>1º Semestre de 2004</p> <p>Agosto de 2004</p>	<p>SCM</p> <p>SCM</p> <p>SCM</p>	<p>- Arquitecto responsável pelo projecto</p> <p>- GAF</p>

PLANO DE ACTIVIDADES DO PROJECTO ‘BANCO DE AJUDAS TÉCNICAS’

Actividades	Data	Responsável	Parceiros / Recursos
<p>Actividades Preparatórias</p> <p>- Contactar com o CCDR-Norte para averiguar existência de verbas para ajudas técnicas.</p> <p>- Contactar com instituições de outros concelhos que tenham criado bancos de ajudas técnicas.</p> <p>Actividades de Projecto</p> <p>A definir pelo grupo de trabalho</p>	<p>Abril de 2004</p> <p>Abril de 2004</p>	<p>Técnica da Rede</p> <p>Centro Social Paroquial N. Sr.ª de Fátima</p>	<p>- Segurança Social</p> <p>- Grupo de trabalho</p>

PLANO DE ACTIVIDADES DO PROJECTO “ALARGAMENTO DA RESPOSTA DE APOIO”

Actividades	Data	Responsável	Parceiros / Recursos
<p>Actividades Preparatórias</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reunião entre a Segurança Social e o Centro S. P. N. Sr.ª de Fátima. - Diagnóstico das necessidades de alargamento. 	<p>Maio de 2004</p> <p>Maio de 2004</p>	<p>Centro Social Paroquial N. Sr.ª de Fátima</p> <p>Centro Social Paroquial N. Sr.ª de Fátima</p>	<p>- Segurança Social</p> <p>- Grupo de trabalho</p>
<p>Actividades de Projecto</p> <p>A definir pelo grupo de trabalho</p>			

IV. GRUPO DE TRABALHO “TOXICODEPENDÊNCIAS”

PLANO DE ACTIVIDADES**PROGRAMA DE INTERVENÇÃO EM ALCOOLOGIA DA SUB-REGIÃO DE SAÚDE DE VIANA DO CASTELO**

Actividade 1 – Criar uma equipa de formadores em alcoologia da SRSVC.

Quem: SRSVC/equipa sub-regional.

Quando: Durante os meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 2004.

Como: Nomeação de um médico de saúde pública, um enfermeiro, um assistente social e um psicólogo para a equipa sub-regional; nomeação de um médico, um enfermeiro e um assistente social para as equipas locais.

Onde: SRSVC/centros de saúde.

Objectivos: Formar um núcleo de alcoologia da SRSVC, constituído por equipas multidisciplinares de âmbito sub-regional e local que permitam a criação de uma rede alcoológica sub-regional.

Actividade 2 – Acções de formação sobre alcoolismo e problemas ligados ao álcool (PLA) destinadas à equipa de formadores.

Quem: Técnicos do CRAN.

Quando: Entre os meses de Abril e Junho de 2004, com duração de 3 dias (21 h).

Como: Cursos de formação em alcoologia para profissionais de saúde.

Onde: CRAN

Objectivos: Identificar os PLA como multifactoriais e multidisciplinares; dotar os formandos dos instrumentos de detecção precoce, identificação e tratamento dos PLA; aplicar os conceitos e técnicas de identificação e resolução dos PLA; desenvolver uma atitude profissional capaz de fomentar a formação na área da alcoologia.

Actividade 3 – Acções de formação sobre alcoolismo e PLA destinadas aos profissionais de saúde dos centros de saúde.

Quem: Equipa de formadores.

Quando: De Setembro de 2004 a Maio de 2005, uma vez por mês, com duração de 1 h por sessão (9 h).

Como: Palestras de exposição teórico-prática durante os primeiros 30' e discussão nos restantes 30'.

Onde: Sala de formação da sede dos centros de saúde.

Objectivos: Treino dos profissionais de saúde em abordagem de consumidores excessivos de bebidas alcoólicas, de tipo intervenção breve, bem como na detecção precoce, identificação e tratamento dos PLA.

Actividade 4 – Estabelecer um protocolo de articulação entre os CSP/SRSVC e outros serviços locais do Ministério da Saúde com responsabilidades na abordagem deste problema.

Quem: Núcleo de alcoologia / centros de saúde./ outros.

Quando: Durante os meses de Setembro, Outubro e Novembro de 2004.

Como: Elaboração de protocolo em alcoologia.

Onde: SRSVC / CSP / outros.

Objectivos: Assegurar a colaboração em acções preventivas e metodologias de diagnóstico e tratamentos acessíveis efectivos.

Actividade 5 – Identificar entidades associativas no âmbito da alcoologia, ao nível da SRSVC, e conhecer os seus objectivos de intervenção na comunidade.

Quem: Equipa sub-regional

Quando: De Janeiro de 2004 a Dezembro de 2005.

Como: Pedidos de informação, deslocações aos locais, reuniões com os responsáveis.

Onde: Instalações das associações / SRSVC.

Objectivos: Assegurar o apoio de estruturas de reabilitação psicossocial para dependentes e doentes alcoólicos; assegurar a divulgação de acções no âmbito da alcoologia; promover campanhas de informação e sensibilização e programas de treino junto dos profissionais de saúde, no âmbito da alcoologia.

PLANO OPERACIONAL DO GRUPO DE TRABALHO “TOXICODEPENDÊNCIAS”

Actividades	Data	Responsável	Parceiros / Recursos
<ul style="list-style-type: none"> - Levantamento de Recursos na área de intervenção do grupo de trabalho 	Abril de 2004		<ul style="list-style-type: none"> - ACEP - GAF - CAT - Sub-Região de Saúde
<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação de Programa de Intervenção em Alcoologia da Sub-Região de Saúde 	Abril de 2004	Sub-Região de Saúde	
<ul style="list-style-type: none"> - Proposta de contrato de parceria 	Maio de 2004	Técnica da Rede	<ul style="list-style-type: none"> - Projecto “Aveiro Digital”
<ul style="list-style-type: none"> - Inventário de potenciais parceiros 	Junho de 2004	Sub-Região de Saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Gabinete Cidade Saudável
<ul style="list-style-type: none"> - Preparação do 1º Encontro de Grupos da Rede 	Junho de 2004	Rede Social	<ul style="list-style-type: none"> - ACEP

V. DIMENSÃO DE INTEGRAÇÃO

PLANO OPERACIONAL DA DIMENSÃO DE INTEGRAÇÃO

Actividades	Data	Responsável	Parceiros / Recursos
<p>- 1º <i>Workshop</i> de Planeamento para Preparação de Candidaturas</p>	<p>Setembro de 2003</p>	<p>Grupo Executivo</p>	<p>- Parceiros do CLAS e das CSIF - Organizações locais - Gabinetes de Gestão de Programas/Projectos</p>
<p>- 1º Encontro Anual de Projectos</p>	<p>Abril de 2005</p>	<p>Grupo Executivo</p>	<p>- Entidades promotoras de projectos - Organizações locais</p>

VI. COMISSÕES SOCIAIS INTER-FREGUESIAS

PLANO OPERACIONAL PARA A CONSTITUIÇÃO DAS CSIF

Actividades	Data	Responsável	Parceiros / Recursos
<ul style="list-style-type: none"> - Agrupamento das quarenta freguesias do concelho em dez CSIF (ver anexo). - Definição das CSIF a constituir numa primeira fase do processo, até Maio de 2004, prevendo-se a cobertura de todo o concelho a mais longo prazo. - Listagem exaustiva de equipamentos de acção social existentes em cada freguesia e respectiva equipa técnica. - Selecção de um conjunto de técnicos representativos das organizações sociais das freguesias abrangidas pela primeira fase de constituição de CSIF e ligadas a diferentes sectores, tais como acção social, saúde e associativismo. - Preparação de um <i>workshop</i> com a duração de dois dias, tendo em vista a qualificação da intervenção nas CSIF e dirigido ao conjunto de técnicos escolhidos (ver programa em anexo). 	<p>1º Semestre de 2003</p> <p>Maio de 2003</p> <p>Julho a Setembro de 2003</p> <p>Até Novembro de 2003</p> <p>Outubro a Dezembro de 2003</p>	<p>Grupo Executivo</p> <p>Grupo Executivo</p> <p>Técnica da Rede</p> <p>Grupo Executivo</p> <p>Grupo Executivo</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Actores Sociais relevantes - Vereador das Juntas - Segurança Social - Técnicas da Segurança Social - Parceiros da Rede - Consultor da Rede

PLANO OPERACIONAL PARA A CONSTITUIÇÃO DAS CSIF (CONT.)

Actividades	Data	Responsável	Parceiros / Recursos
<p>- Reuniões com um ou vários técnicos (da mesma área geográfica de actuação) no sentido de apresentar o trabalho da rede social em geral e a proposta de constituição de CSIF em particular, auscultar expectativas em relação ao processo e motivar para a participação no workshop.</p> <p>- Realização de um <i>workshop</i> (ver plano de acção em anexo) para dezanove técnicos das freguesias.</p> <p>- Promoção de reuniões com os Presidentes de Junta das freguesias que constituem as primeiras cinco CSIF (uma para cada comissão).</p> <p>- Realização de 5 <i>workshops</i> de avaliação e planeamento participados (ver anexo).</p> <p>- Sessões de formalização de cinco CSIF, com aprovação do respectivo regulamento.</p>	<p>Dezembro de 2003</p> <p>7 e 8 de Janeiro de 2003</p> <p>Até Abril de 2004</p> <p>Fevereiro a Maio de 2004</p> <p>Até Junho de 2004</p>	<p>Grupo Executivo</p> <p>Consultor da Rede</p> <p>Grupo Executivo</p> <p>Facilitadores</p> <p>Parceiros das CSIF</p>	<p>- Juntas de Freguesia</p> <p>- Qualificadores das CSIF</p> <p>- Grupo Executivo</p> <p>- Qualificadores</p> <p>- Técnicos das freguesias</p> <p>- Representantes das instituições participante</p> <p>- Grupo Executivo</p> <p>- Qualificadores</p>

**PLANO OPERACIONAL
CSIF DE ALVARÃES, VILA FRANCA E VILA FRIA**

Actividades	Data	Responsável	Parceiros / Recursos
<p>- Levantamento do nº de idoso em isolamento.</p>	<p>Maio de 2004</p>	<p>Centro Social Paroquial de Vila Franca</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Párocos - Juntas de Freguesia - Centro de Saúde (a contactar)
<p>- Levantamento do nº de consumidores adolescentes.</p>	<p>Maio de 2004</p>	<p>Lar de São José</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Escolas - Centros de Saúde
<p>- Levantamento de equipamentos.</p>	<p>Maio de 2004</p>	<p>Junta de Freguesia de Alvarães</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Câmara Municipal - Segurança Social - Juntas de Freguesia - DREN / CAE - IEFP

PLANO OPERACIONAL
CSIF DE BARROSELAS, CARVOEIRO, MUJÃES, PORTELA SUZÁ E VILA DE PUNHE

Actividades	Data	Responsável	Parceiros / Recursos
<ul style="list-style-type: none"> - Reunião de constituição formal da Comissão Social Inter-Freguesias. - Identificação de casos de isolamento de idosos. - Constituição de uma equipa de voluntários de intervenção social. 	<p>15 de Abril de 2004</p> <p>Maio de 2004</p> <p>Maio de 2004</p>	<p>Grupo Executivo</p> <p>Lar de Barrocelas</p> <p>Conferências S. Vicente de Paulo / Escuteiros</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Junta de Freguesia de Barrocelas - Parceiros da CSIF - Juntas de Freguesia - IPSS's - Segurança Social - Centro de Saúde de Barrocelas - Conferências S. Vicente de Paulo - Escuteiros - Juntas de Freguesia

PLANO OPERACIONAL
CSIF DE MEADELA, SANTA MARTA DE PORTUZELO, SERRELEIS E CARDIELOS

Actividades	Data	Responsável	Parceiros / Recursos
<p>- Constituição formal da CSIF.</p> <p>- Levantamento das situações de crónico-dependentes.</p> <p>- Levantamento das estruturas de ocupação de tempos livres e desporto.</p>	<p>6 de Maio de 2004</p> <p>Junho de 2004</p> <p>Julho de 2004</p>	<p>Qualificador</p> <p>Centro de Saúde de V. C.</p> <p>Centro Social e Cultural da Meadela</p>	<p>- Junta de Freguesia da Meadela</p> <p>- Parceiros da CSIF</p> <p>- Conf.ª Vicentina</p> <p>- Centros Sociais e Paroquiais</p> <p>- Juntas de Freguesia</p> <p>- Segurança Social</p> <p>- Juntas de Freguesia</p> <p>- Assoc. de Mor. da Cova</p> <p>- Escuteiros</p> <p>- Grupos Folclóricos</p>

ANEXOS

ANEXO 1: ABREVIATURAS/SIGLAS

ACEP – Associação Cultural e de Educação Popular da Meadela

APPACDM – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental

ATL – Actividades de Tempos Livres

CAT – Centro de Atendimento a Toxicodependentes

CCDR – Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Regional

CDSSS – Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social

CHAM – Centro Hospitalar do Alto Minho

CLAS – Conselho Local de Acção Social

CME – Conselho Municipal de Educação

CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo

CRAN – Centro Regional de Alcoologia do Norte

CSIF – Comissões Sociais Inter-Freguesias

CSP – Cuidados de Saúde Primária

DST – Doenças Sexualmente Transmitidas

ESE – Escola Superior de Educação

ETAP – Escola Tecnológica, Artística e Profissional do Alto Minho

GAF – Gabinete de Atendimento à Família

GNR – Guarda Nacional Republicana

IDT – Instituto da Droga e Toxicodependência

IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional

INOFOR – Instituto para a Inovação na Formação

IPJ – Instituto Português da Juventude

IPSS's – Instituições Privadas de Solidariedade Social

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONG's – Organizações Não Governamentais

PDS – Plano de Desenvolvimento Social

PEETI – Programa para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil

PEVL – Plano Estratégico do Vale do Lima

PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PLA – Problemas Ligados ao Álcool

PNAI – Plano Nacional de Acção para a Inclusão

POEFDS – Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social

PSP – Polícia de Segurança Pública

QCA – Quadro Comunitário de Apoio

RSI – Rendimento Social de Inserção

SPO's – Serviços de Psicologia e Orientação

SRSVC – Sub-Região de Saúde de Viana do Castelo

UNIVA – Unidade de Inserção na Vida Activa

VIH – Vírus da Imunodeficiência Humana



ANEXO 2: LISTA DE ENTIDADES PARTICIPANTES

Associação Cultural e de Educação Popular da Meadela

Associação Nacional de Formadores em Ciências Empresariais

Associação para a Cooperação entre Baldios

Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão com Deficiência Mental

Associação Regional dos Agricultores do Alto Minho

Câmara Municipal

Casa dos Rapazes e Oficinas de S. José

Centro Britânico do Alto Minho

Centro da Área Educativa

Centro de Atendimento a Toxicodependentes

Centro de Saúde de Viana do Castelo

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social

Centro Hospitalar do Alto Minho

Centro Social e Paroquial de N. Sr.^a de Fátima

Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo

Despertar – Psicologia a Desenvolvimento Educacional, Lda.

Esprominho – Escola Profissional do Alto Minho

Estaleiros Navais

Forpescas – Centro de Formação em Pescas

Gabinete Cidade Saudável

Gabinete de Atendimento à Família

Instituto da Droga e Toxicod dependência

Instituto de Reinserção Social

Instituto do Emprego e Formação Profissional

Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Instituto Português da Juventude

Portucel Viana

Psicoviana Consultores

Santa Casa da Misericórdia

Sénior – Associação para o Estudo e Desenvolvimento da Acção Social

Sub-Região de Saúde

União Distrital das IPSS's

Viana Soft – Formação em Informática

ANEXO 3: FONTES DOCUMENTAIS

Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos, Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento, Ministério do Trabalho e da Solidariedade. Lisboa: 2003.

Núcleo da Rede Social (2001). **Programa Rede Social**, Instituto para o Desenvolvimento Social/Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

Núcleo da Rede Social (2002). **Plano de Desenvolvimento Social**, Instituto para o Desenvolvimento Social / Ministério da Segurança Social e do Trabalho.

Núcleo da Rede Social (2003). **Guia de Recursos para o Desenvolvimento Social**, Instituto de Solidariedade e Segurança Social.

Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Lima 2000-2006, Associação de Municípios do Vale do Lima.

Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2003-2005, Lisboa: 2003.

Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006, Lisboa: 2000.

Schiefer, Ulrich & Dobel, Reinald (2001). **MAPA-PROJECT. A Pratical Guide to Integrated Project Planning and Evaluation**. Budapest: OSI-IEP.

Sites na Internet

www.ccr-n.pt

www.cm-viana-castelo.pt

www.cm-vnfamalicao.pt

www.equal.pt

www.iefp.pt

www.min-edu.pt

www.min-saude.pt

www.pnai.pt

www.poefds.pt

www.qca.pt

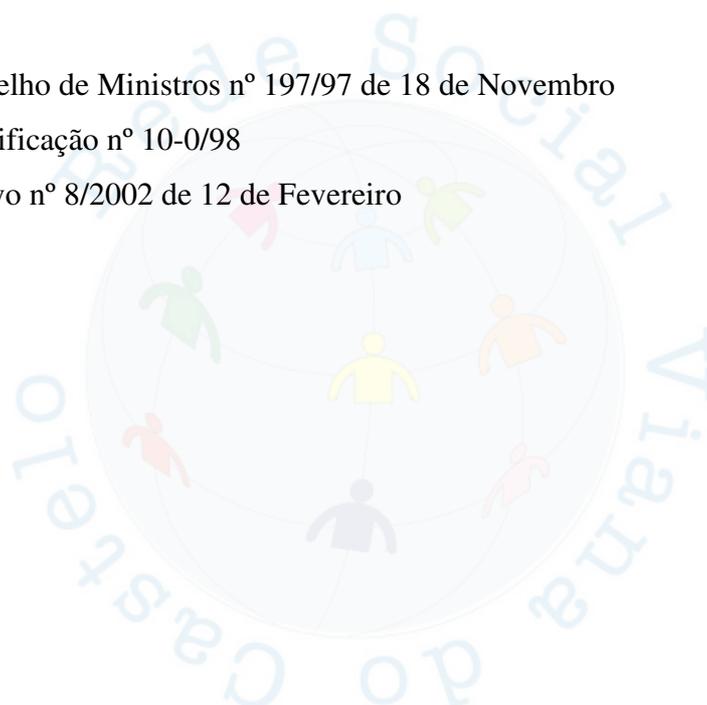
www.seg-social.pt

Enquadramento Legal do Programa Rede Social

Resolução do Conselho de Ministros nº 197/97 de 18 de Novembro

Declaração de Rectificação nº 10-0/98

Despacho Normativo nº 8/2002 de 12 de Fevereiro



ANEXO 4 – INSTRUMENTOS DE APOIO

QUESTIONÁRIO

I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Data de Nascimento: _____

II - PERCURSO ESCOLAR E PROFISSIONAL

1 – Antes de frequentar este curso já tinha andado na escola? _____

2 – Se respondeu sim à pergunta anterior, quantos anos? _____

Porque é que deixou a escola?

3 – Ao longo da sua vida, que profissões já teve?

4 – Neste momento, como é que se sente por estar a estudar (coloque uma cruz na opção que escolher):

Muito satisfeito ____

Satisfeito ____

Pouco satisfeito ____

5 – O que é que gosta mais na escola? _____

6 – O que é que gosta menos na escola? _____

III – FUTURO ESCOLAR E PROFISSIONAL

1 – De futuro, gostaria de continuar a estudar? _____

2 – Se respondeu sim à pergunta anterior, até que ano de escolaridade gostaria de estudar?

Até ao 6º ano ____

Até ao 9º ano ____

Até depois do 9º ano ____

3 – Em termos profissionais, quais são as áreas de formação que gostaria de frequentar?

Ramo Automóvel ____

Mecânica ____

Electricidade ____

Carpintaria / Marcenaria ____

Serralharia ____

Construção Civil ____

Artesanato (vidro, cestaria, bordados, cerâmica, etc.) ____

Tipografia ____

Cozinha / Pastelaria ____

Empregado de Mesa / Bar ____

Apoio à Comunidade (crianças, idosos, deficientes, etc.) ____

Jardinagem/ Espaços Verdes ____

Outros ____

Quais? _____

MUITO OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO

QUESTIONÁRIO**IDENTIFICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO**

Designação: _____
Morada: _____
Telefone: _____ e-mail: _____
Nº de Sócios: _____
Nº Médio de Utentes (por ano): _____

1. Em termos etários que grupo ou grupos constituem a população-alvo da associação?

- 0 aos 6 anos _____
- 7 aos 12 anos _____
- 13 aos 15 anos _____
- 16 aos 18 anos _____
- maiores de 18 anos _____

2. Que tipo de actividades são geralmente desenvolvidas pela associação e qual o respectivo público-alvo?

Actividade

Público-alvo

3. A associação costuma definir um plano anual de actividades? _____

Se sim, estaria disponível para divulgá-lo junto da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens?

4. De uma forma aproximada, apresente a calendarização das actividades já previstas até ao final do ano (se preferir pode enviar esta informação em anexo):

5. Qual é a constituição profissional da equipa técnica responsável pelo planeamento e desenvolvimento das actividades?

6. A associação tem conhecimento do papel da CPCJ e das situações em que esta deve intervir? _____

ANEXO 5 - METODOLOGIA

CONSTITUIÇÃO DE GRUPOS TEMÁTICOS DE TRABALHO

Em Novembro de 2002, a rede social de Viana do Castelo promoveu um *workshop* com a duração de 28 horas, orientado pelo Dr. António Batista, tendo em vista a capacitação de um conjunto de técnicos, representativos de diversos sectores e instituições relevantes para o desenvolvimento social local, nas seguintes áreas:

- Lógica e Estrutura do Trabalho em Rede.
- Métodos e Técnicas de Diagnóstico, Planeamento Estratégico e Planeamento Operacional.

Com base na utilização de uma metodologia participativa, com ênfase no recurso às técnicas da visualização e da facilitação, foram identificados um vasto leque de problemas, tendo-se depois procedido à sua priorização e agrupamento por áreas (construção de nuvens de problemas).

A constituição de três grandes grupos de trabalho e a elaboração de um primeiro plano operacional resultaram da conjugação do diagnóstico consensualizado com os resultados já alcançados com o Programa-Piloto de Implementação da Rede, designadamente a produção / publicação de um primeiro levantamento de recursos, serviços e equipamentos concelhios, e uma proposta preliminar de constituição de grupos de trabalho configurada numa reunião realizada em 2001.

Em última análise, constituíram-se grupos de trabalho participados, num primeiro momento, pelas instituições convidadas a participar no *workshop*, tendo como objectivos a identificação de necessidades/problemas/potencialidades e a definição de prioridades e de estratégias de intervenção para cada uma das áreas de problemas priorizadas (em função quer do seu impacto, quer da capacidade de intervenção instalada).

Grupo 1 – Serviços e Equipamentos Sociais

Grupo 2 – Educação, Formação e Emprego

Grupo 3 - Toxicodependências

Desde Janeiro de 2003 a esta parte, os grupos têm progredido a diferentes ritmos e com modelos de funcionamento e dinâmicas próprias, não sendo alheios a esta diferenciação factores tais como: implicação e comprometimento das instituições parceiras, grau de autonomia e capacidade de decisão dos técnicos, abertura à comunicação interinstitucional, hábitos de trabalho em grupo, entre outros. É de salientar que a sua composição tem sofrido diversas alterações, quer em termos de interlocutores quer de instituições representadas, resultantes não só de constrangimentos ligados à mobilidade de recursos humanos, mas também do rumo que o trabalho desenvolvido foi tomando e que levou à integração de novos parceiros em função de problemas e necessidades emergentes. Esta instabilidade acabou por produzir efeitos contraditórios:

- Dificuldade em realizar um trabalho consistente e sustentado, com conseqüente perda de eficácia.
- Perda da coesão do grupo e da motivação e empenhamento dos seus membros.
- Enriquecimento do trabalho efectuado pela progressiva integração de novos parceiros e perspectivas, dando origem a pausas reflexivas e volte-faces.
- Aumento do número de actores sociais implicados na definição de prioridades e estratégias para o desenvolvimento social local.

O balanço do funcionamento dos grupos de trabalhos é francamente positivo, mais sob o ponto de vista do processo dinâmico e interactivo gerado do que do resultado propriamente dito. A concretização do tipo de mudanças prosseguidas no âmbito do desenvolvimento organizacional fica a dever-se em dose significativa a este nível temático de construção da intervenção, que tem contribuído para a partilha de saberes e recursos, a criação de hábitos de trabalho em grupos pluriprofissionais, a introdução de procedimentos de planeamento e avaliação nas práticas quotidianas, a priorização de uma lógica de intervenção integrada, em suma, para a insinuação de uma nova forma de pensar a intervenção social e de trabalhar em prol do desenvolvimento.

MAPA – MÉTODO APLICADO DE PLANEAMENTO E AVALIAÇÃO

O que é o Mapa

O Mapa é um conjunto estruturado e coerente de procedimentos e normas técnicas que permite definir, planear e avaliar projectos de intervenção, desenvolvimento e/ou cooperação.

Procedimentos

Os procedimentos são o conjunto de articulações comunicacionais, que determinam os momentos de decisão, negociação e execução que envolvem os participantes ao longo do projecto.

Normas Técnicas

Conjunto de normas *standart* internacionais e padrões técnicos de planeamento e avaliação incorporadas sequencialmente ao longo do processo.

A quem se destina

Destina-se a equipas a trabalhar em projectos em:

ONG's

Empresas

Municípios

IPSS's

Administração Pública

Diagnóstico de Partida

- Dificuldade de comunicação e negociação inter institucional e inter cultural entre os participantes.
- Dificuldade de fazer intervir e participar o grupo alvo na definição do projecto.
- Incerteza e pouca clareza no processo de planeamento e avaliação.

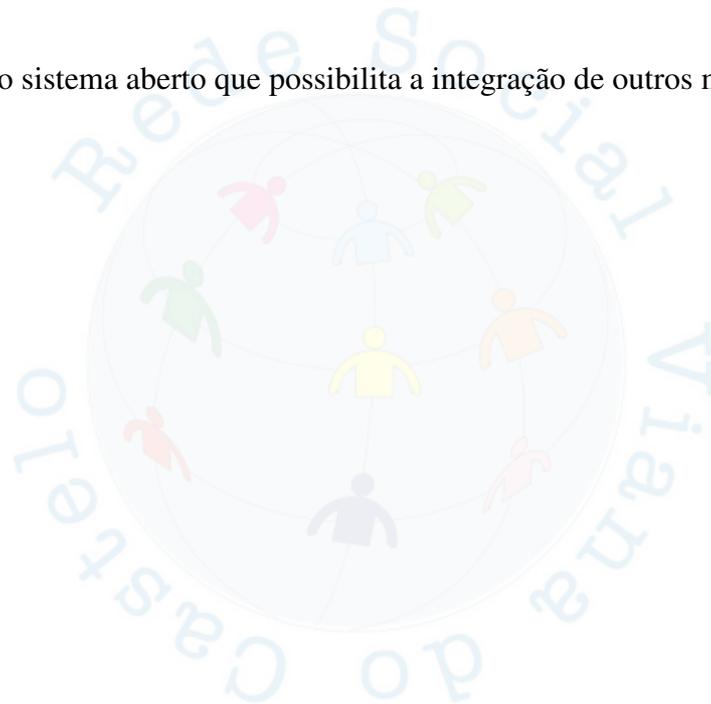
Objectivos do MAPA:

- Criar um interface de competência técnica para otimizar o planeamento e a avaliação dos projectos.
- Adequar o Ciclo do Projecto aos fluxos de decisão, comunicação e negociação que envolvem os participantes nos projectos.
- Uniformizar e padronizar nas instituições e organizações a linguagem técnica do planeamento e avaliação.
- Compatibilizar as normas técnicas do planeamento e avaliação com os padrões internacionais.
- Planear a avaliação como um sistema aberto de aprendizagem e correcção dos projectos.
- Permitir a avaliação e o replaneamento dos projectos em qualquer fase da sua implementação.
- Facilitar a tomada de decisões *in situ* de modo a favorecer a operacionalidade do projecto.
- Gerar um aumento de eficiência e produtividade na capacidade de planeamento e avaliação pela atribuição de critérios e indicadores objectivos para a gestão global do sistema.

Princípios Básicos do Mapa:

- A participação como base de comunicação que permite a interacção eficaz dos variados actores.
- A participação como método de negociação do projecto entre todas as partes que intervêm no projecto: financiadores, parceiros, beneficiários, entidade gestora, etc..
- A clarificação dos processos de decisão, que são objectivados e tornados transparentes.
- O incremento da qualidade técnica que a integração de conhecimentos dos peritos externos permite.

- O rigor de procedimentos e normas técnicas que permitem reduzir a fricção e conflitualidade inerentes aos projectos.
- A integração de um sistema de *monitoring* em todas as etapas do ciclo do projecto.
- Avaliação objectiva e transparente em todas as fases do projecto.
- A base no “Ciclo do Projecto da União Europeia”- norma internacional de planeamento e avaliação.
- A concepção como sistema aberto que possibilita a integração de outros métodos e técnicas onde necessários e úteis.



PLANO DE ACÇÃO PARA A CONSTITUIÇÃO DAS CSIF

Objectivo Geral:

Em Maio de 2004, dezoito das quarenta freguesias do concelho de Viana do Castelo estão cobertas por Comissões Sociais Inter-Freguesias.

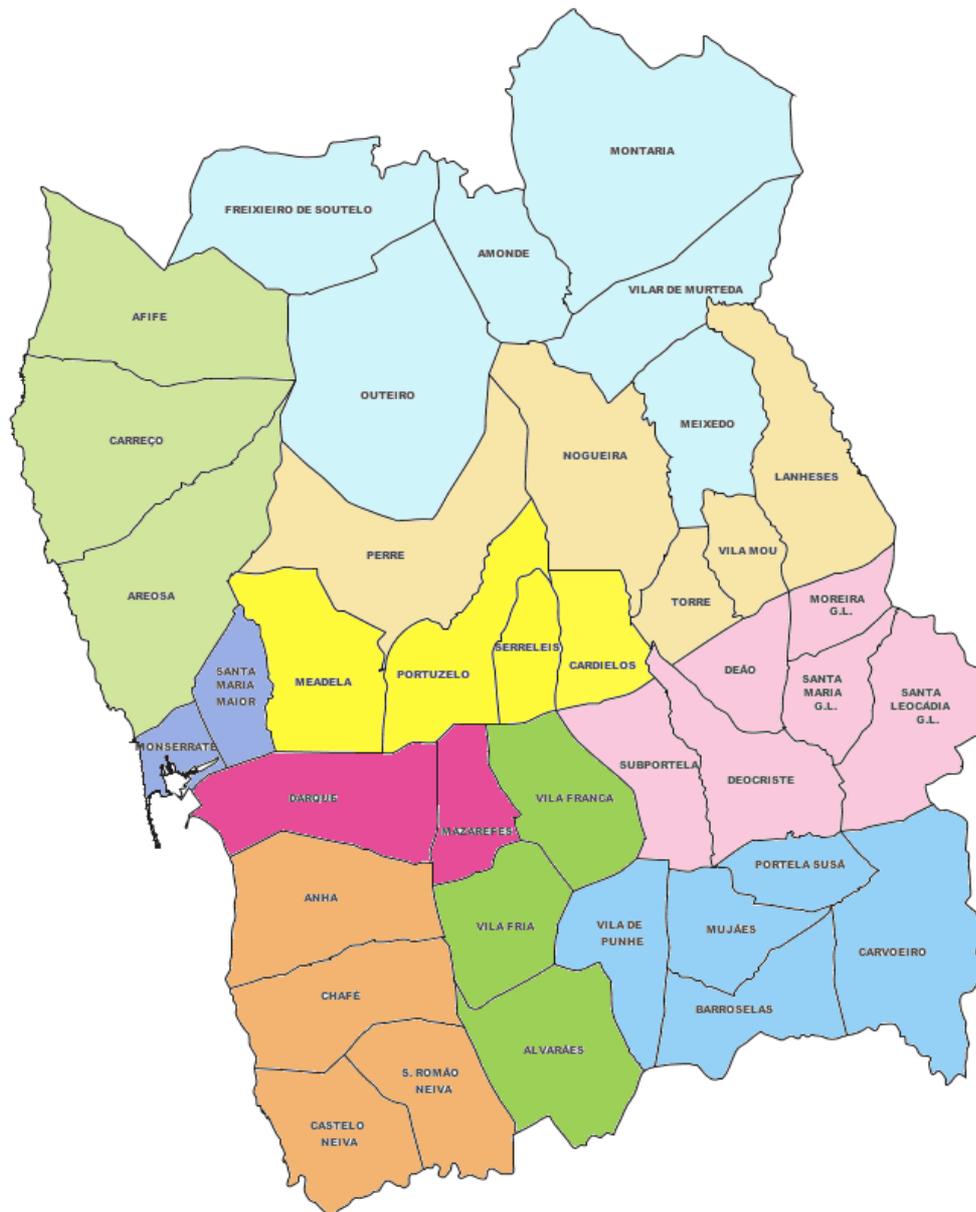
Objectivos Específicos:

1 – Até final de 2003 está constituído um conjunto de técnicos que trabalham nas diversas organizações das freguesias que compõem as primeiras cinco CSIF a formar: Darque, Mazarefes, Anha, Chafé, Castelo de Neiva, São Romão, Meadela, Portuzelo, Serreleis, Cardielos, Vila Fria, Vila Franca, Alvarães, Mujães, Barroelas, Portela e Vila de Punhe.

2 – Nos dias 7 e 8 de Janeiro de 2004, realização de um *workshop*, para formação de qualificadores das CSIF, dirigido a dezanove técnicos.

3 – Até Maio de 2004, os qualificadores dinamizam *workshops* de avaliação e planeamento participados com cinco CSIF.

4 – Em Maio de 2004 estão constituídas formalmente as primeiras cinco CSIF.

COBERTURA DO CONCELHO POR CSIF

CSIF 1 - Barrocelas; Carvoeiro; Portela; Mujaes; Vila de Punhe

CSIF 2 - Darque, Mazarefes

CSIF 3 - Anha; Chafé; Castelo de Neiva; São Romão do Neiva

CSIF 4 - Vila Fria; Vila Franca; Alvarães

CSIF 5 - Moreira; Santa Leocádia de Geraz do Lima; Santa Maria de Geraz do Lima; Deão; Deocriste; Subportela

CSIF 6 - Monserrate; Santa Maria Maior

CSIF 7 - Areosa; Carreço; Afife

CSIF 8 - Meadela; Santa Marta de Portuzelo; Serreleis; Cardielos

CSIF 9 - Perre; Nogueira; Torre; Vila Mou; Lanheses

CSIF 10 - Amonde; Montaria; Murteda; Freixieiro de Soutelo; Outeiro; Meixedo

PROGRAMA DO *WORKSHOP* DE QUALIFICAÇÃO DA INTERVENÇÃO DAS CSIF

Destinatários:

Técnicos integrados nas CSIF

Objectivo:

Treino de competências técnicas de planeamento e avaliação em rede

Conteúdos:

- Integração das CSIF na Rede Social
- Diagnóstico Social nas CSIF
- Planeamento da intervenção nas CSIF
- Gestão de equipas de trabalho nas CSIF
- Integração no PDS do concelho
- Monitorização e avaliação nas CSIF

Nota Técnica:

Qualificador

A qualificação dos processos de intervenção, organizações ou projectos responde à necessidade de incorporação crescente de normas e padrões técnicos que optimizem resultados pelo aumento de eficiência e eficácia.

A qualificação incide na dimensão metodológica e técnico-operativa ao apoiar com o recurso ao instrumental de planeamento, gestão e avaliação os ciclos de decisão em qualquer plataforma de intervenção.

A incorporação desta capacidade técnica é a função do qualificador. Acompanhar os processos com a produção de um sistema de feedback que represente uma mais-valia técnica em cada etapa é a tarefa do qualificador .

O qualificador está próximo da decisão introduzindo *apport* técnico, remetendo para capacidade técnica interna ou externa, identificando as oportunidades de desenvolvimento e capacitação interna. Sempre que possível disponibiliza instrumental técnico ou pesquisa e identifica os recursos para a progressão da intervenção.

PLANO DE ACÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE WORKSHOPS NAS CSIF

CSIF	FACILITADOR	DATA	QUALIFICADOR
Darque Mazarefes	António Eva	2ª Quinzena Fevereiro	Susana
Anha Chafé Castelo de Neiva São Romão	Susana Paula Penteadó	2ª Quinzena Janeiro	Cidália
Vila Fria Vila Franca Subportela Alvarães	Ricardo Rosa Alice	1ª Quinzena Fevereiro	Cláudia
Barroselas Carvoeiro Portela Mujães Vila de Punhe	Tânia Augusta	1ª Quinzena Fevereiro	Paula Penteadó
Meadela Santa Marta Cardielos Serreleis	Maria de Jesus Docília	2ª Quinzena Fevereiro	António

Critérios para a Elaboração do Plano de Acção:

- Cada CSIF, antes de formalmente constituída, começa por realizar uma primeira sessão de trabalho para a qual serão convidadas a participar (conjuntamente pela rede social e pelas Juntas de Freguesia) as entidades com papel relevante na intervenção social local.
- A primeira sessão de trabalho de cada CSIF é dinamizada por um facilitador e um co-facilitador participantes no *workshop*.
- O papel dos facilitadores esgota-se na primeira sessão de trabalho, o que significa que estes técnicos não acompanham o trabalho a desenvolver posteriormente pela CSIF.
- Cada CSIF conta com o apoio de um qualificador (um técnico que participou no *workshop* e trabalha numa instituição da área territorial abrangida pela comissão).
- O desempenho do papel de qualificador pode ser rotativo, dando a vários técnicos a possibilidade de experienciarem as funções inerentes.

WORKSHOP DE AVALIAÇÃO E PLANEAMENTO PARTICIPADO NAS CSIF

Trata-se de uma sessão de trabalho em que todos os participantes interagem para estruturar uma parceria entre várias entidades de um mesmo território. Essa parceria nasce em torno de um diagnóstico de problemas e de um plano de acção para a sua resolução que devem resultar da participação de todos.

O *workshop* é dinamizado por dois “facilitadores” (técnicos que foram preparados pelo consultor da rede social) que auxiliam o grupo na construção de um diagnóstico dos principais problemas das freguesias representadas e de alguns objectivos e actividades a levar a cabo por grupos de trabalho.

O grupo não deve ter muito mais do que 20 elementos.

A sala deve ser suficientemente grande para permitir o trabalho em grupo, de preferência sem mesas e com cadeiras.

PLANO DE TRABALHO PARA A CONSTRUÇÃO DO PDS

Data	Acção	Destinatários	Resultados
21, 22, 27 e 28 de Novembro de 2002	<i>Workshop</i> “Desenvolvimento Social e Planificação Estratégica Territorial”	Técnicos Superiores das organizações concelhias parceiras na rede	- 13 técnicos com competências na área de diagnóstico de necessidades e definição de estratégias de intervenção no domínio do social. - 3 grupos temáticos de trabalho constituídos.
Setembro de 2003 a Março de 2004	<i>Workshops</i> temáticos breves: “Planeamento Estratégico e Operacional da Intervenção”	Grupos temáticos de trabalho	Cada grupo de trabalho tem uma proposta de intervenção para integração no PDS.
7 e 8 de Janeiro de 2004	<i>Workshop</i> “Qualificação da Intervenção nas CSIF”	Técnicos das freguesias que integram as primeiras 5 CSIF a constituir.	-19 técnicos capacitados para qualificar a intervenção nas CSIF. - Atribuição, a cada CSIF, de dois facilitadores e de 1 qualificador.
Até Maio de 2004	Encontros de Reflexão para a Construção do PDS	Parceiros da rede	Existe um documento que incorpora o trabalho dos grupos temáticos e das CSIF – PDS – para ser discutido e aprovado no plenário do CLAS.